

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 24 DE SETEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.089

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa  
MESA

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco de Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Cesar Souza Júnior  
Dirceu Dresch  
Pedro Uczai  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Terças-feiras, às 9:00 horas

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Adherbal Deba Cabral  
Jean Kuhlmann  
Terças-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Giancarlo Tomelin  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
Jean Kuhlmann  
Giancarlo Tomelin  
Professor Grandó  
Terças-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Décio Góes  
Kennedy Nunes  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Adherbal Deba Cabral  
Pedro Uczai  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
Quartas-feiras às 11:00 horas

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
Carlos Chiodini  
Quartas-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Renato Hinnig  
Edison Andrino  
Ismael dos Santos  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

### COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice-  
Presidente  
Darci de Matos  
Giancarlo Tomelin  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Terças-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Genésio Goulart  
José Natal Pereira  
Rogério Mendonça ( Peninha)  
Professora Odete de Jesus  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 10:00 horas

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente  
Antônio Aguiar - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Genésio Goulart  
Professor Grandó  
Lício Mauro da Silveira  
Quartas-feiras às 08:00 horas

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Genésio Goulart  
Ismael dos Santos  
Carlos Chiodini  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**


**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 2089**  
**1ª EDIÇÃO - 06 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**ÍNDICE**
**Plenário**

Ata da 081ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 17/09/2009 .... 2

**Publicações Diversas**

Ata da Procuradoria .....	13
Atas das Comissões	
Permanentes .....	13
Audiência Pública .....	14
Aviso de Resultado .....	22
Ofícios .....	27
Projetos de Lei .....	28
Projeto de Lei Complementar .....	32
Projeto de Emenda Constitucional .....	32

**PLENÁRIO**

# ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Cesar Souza Júnior - Círio Vandresen Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

**SUMÁRIO**
**Breves Comunicações**

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Elogia o governador pela instalação da ENA no estado; reporta-se a projeto de sua autoria que visa mudar o Regimento Interno.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Cumprimenta autoridades de Guaraciaba; discorre sobre os resultados da viagem a Brasília.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Ressalta a importância das ferrovias para a economia e a integração do estado; apela para que recursos do Fundo Social sejam destinados aos municípios castigados pelo tornado.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Opina que os recursos federais para atendimento à calamidade devem ser passados diretamente às prefeituras; informa os avanços dos projetos que preveem a construção de duas ferrovias em SC.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Pede esclarecimentos sobre recursos repassados ao Movimento

Rondonista de SC; critica o sucateamento das estradas de ferro no Brasil e elogia o governo federal por retomar o projeto ferroviário.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Fornece informações sobre as ações do governo federal na retomada do modal ferroviário.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Comemora conquistas do governo Lula no campo econômico.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** ( aparte) - Reforça a importância dos avanços do governo petista.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reafirma sua convicção na social democracia; apela aos deputados para a solução do impasse entre prefeito e vice de São Francisco do Sul; reclama da falta de segurança em Joinville.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Coloca a posição contrária do PPS à criação de novo tributo para financiar a Saúde e à taxação da caderneta de poupança.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Comemora a conquista da Vinícola Sanjo, que recebeu duas medalhas de ouro no Concurso Mundial de Bruxelas, etapa de Pernambuco.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Exalta a dedicação do deputado Reno Caramori na divulgação da qualidade do vinho catarinense.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** (aparte) - Ressalta a importância econômica da produção vinícola do estado.

**DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN** (aparte) - Lembra a importância terapêutica do vinho.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Aborda a criação da UFFS; apela ao Deinfra que não permita reparos na BR-101, trecho norte, durante o dia.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (aparte) - Manifesta sua crença no regime democrático.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** - Destaca necessidade de mobilização catarinense pelos royalties do pré-sal.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Comenta sua agenda de final de semana; cumprimenta o prefeito Dário Berger pela postura firme no PMDB; aborda projeto de lei de sua autoria que visa impedir trotes telefônicos a órgãos de emergência.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Deseja sucesso na empreitada com vistas a uma cadeira na Câmara Federal.

**Ordem do Dia**

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (pela ordem) - Refere-se à Indicação n. 0630/2009, de sua autoria.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Refere-se à Indicação n. 0631/2009, de sua autoria.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.330/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

**Explicação Pessoal**

**DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN** - Discorre sobre a pesca e a aqüicultura no estado.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Reporta-se aos prejuízos causados pelos fenômenos climáticos, especialmente no sul do estado.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Aborda as festas típicas do sul do estado; critica o governador Luiz Henrique por seus projetos irreais.

**DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN** (aparte) - Pede ajuda para que a secretaria da Educação implante o programa da merenda escolar com produtos da agricultura familiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Professor Grandó, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, hoje o governo do estado dá um exemplo para o Brasil e para a América Latina, pois é o primeiro estado a contar com uma das grandes escolas de Administração do mundo, que formou os maiores administradores do planeta: a ENA - Escola Nacional de Administração -, fruto de uma parceria entre o Brasil e a França.

Para se ter uma ideia da importância dessa instituição, basta observar a rigidez da seleção, pois é praticamente um concurso nacional, que reúne, na França, mais de 2.000 candidatos, dos quais somente 40 são escolhidos para fazer o curso de Administração Pública.

Isso é muito importante para o estado, para o Brasil, eis que precisamos melhorar a qualidade da administração pública. Além da transparência, precisamos também da competência neste mundo moderno, neste mundo favorável a mudanças diante das crises que se apresentam, onde o papel do poder público é cada vez maior. E para isso a competência é realmente fundamental, porque o poder público é a instância geradora de emprego, de pesquisa, de ciência, de desenvolvimento, de planejamento familiar, de riquezas.

Então, Santa Catarina mais uma vez é pioneira nesse exemplo, um exemplo único do que realmente é a educação voltada ao servidor público, valorizando o servidor público. Por isso é que as primeiras turmas serão de servidores públicos efetivos. E isso mostra que, independentemente quem esteja no governo, no futuro haverá sempre um corpo administrativo dando sugestões, ideias e melhor ajudando a governar Santa Catarina.

Bom seria, sr. presidente, se tivéssemos realmente um regime parlamentarista, no qual o funcionalismo comanda a administração pública, sem a grande intervenção do governo, como ocorre no atual sistema. Mas assim mesmo o governador Luiz Henrique, consciente da responsabilidade da administração pública, que é fundamental para gerar o desenvolvimento no estado, fará dessa escola um exemplo de administração pública.

Outra questão que gostaria de levantar, sr. presidente e companheiros deputados, é o projeto que estou apresentando a esta Casa para mudarmos o nosso Regimento Interno, especificamente na questão do bem fazer das leis. Isto é importante: o bem fazer das leis. Esta Casa faz as leis, mas não está fazendo de maneira que possa melhorar o fazer dessas leis. E cito um exemplo. Na Câmara Federal vota-se primeiramente o projeto, depois os destaques, ou seja, as emendas. Aqui votamos primeiro as emendas para depois votarmos o projeto. Ora, às vezes um projeto, como é o caso do Código Ambiental, vem com muitos artigos, 293 no caso, e se você é contra um ou dois artigos, você se manifesta contra, como ocorreu, e depois não tem como votar favorável mesmo que os demais 291 artigos

estejam corretos. Você acaba manifestando-se contra o projeto ou abstando-se.

O que acontece? Quando você vota primeiro o projeto e faz as emendas depois, você não deixa as árvores atrapalharem a visão da floresta.

Mas o que ocorreu aqui com a questão do salário mínimo regionalizado? Todos os deputados eram favoráveis. Mas o que aconteceu? Em vez de se votar primeiro o projeto, já que eram todos favoráveis, e depois votar os destaques, aconteceu de votarmos primeiro o destaque que se referia à presença ou não do governo na comissão de negociação, o que colocou em risco, inclusive, o projeto como um todo.

Então, entendo que mudando o nosso Regimento Interno, após ampla discussão nas devidas comissões e neste plenário, é claro, estaremos ajudando, no nosso ponto de vista, a fazer leis melhores, com melhores condições de discussão e agilidade. E recorrendo à experiência da Câmara Federal, então, não restarão dúvidas de que essa emenda que iremos apresentar ao nosso Regimento Interno será bem aceita não somente pelos parlamentares, mas por toda a sociedade, eis que é uma forma moderna de governar.

Srs. deputados, em termos de tempo também ganharemos muito porque se vota primeiramente o projeto e depois se discutem os destaques. Isso é comum em assembleias, em reuniões nas quais participam quatro mil, cinco mil pessoas, e onde cada um dá a sua opinião. Quando temos, por exemplo, reunião com os professores, com todas as categorias, quando se trata de questões ambientais, quando existe muita discussão, sempre se votam os princípios primeiro e depois os destaques, as particularidades.

Volto a dizer para não deixarmos as árvores atrapalharem a visão das florestas. E é nesse sentido que entendemos que estaremos contribuindo, através do nosso mandato, com o bem fazer das leis, porque é o nosso papel. E quem vai ganhar com isso é o povo de Santa Catarina, certamente!

Era isso, sr. presidente, que nós tínhamos a transmitir no dia de hoje.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da Rádio AleSC Digital e da TVAL, também quero, de uma forma muito carinhosa, cumprimentar uns amigos lá de Guaraciaba, amigos do coração: os vereadores Vandecir Dorigon, Lauri Roque Binol, que juntamente com o prefeito Ademir Zimmermann estão em Florianópolis para uma audiência na Defesa Civil, agora, às 10h. Eu irei também. Irei juntos na audiência com o major Márcio, buscar todas as alternativas para melhor ajudar as famílias que foram atingidas pela catástrofe ocorrida na semana passada.

Quero cumprimentar todos os vereadores de Guaraciaba em nome dos dois, do Binol e do Dorigon, assim como o prefeito também, enfim, todos que se estão mobilizando junto conosco. Ontem, eles estavam em Brasília buscando recursos que o governo possui de reserva para atender a casos emergenciais, ou seja, a todas aquelas famílias que tiveram as suas casas destruídas, que tiveram prejuízos com a destruição das granjas e suas criações. É a mesma coisa do que alguém perder o emprego, não basta apenas construir a casa, não basta apenas transferir a dívida que ele tem para quatro meses ou cinco meses para frente, porque ele vai continuar em dificuldades. A granja, o galpão, assim como a casa, ele demorou a vida inteira de trabalho para chegar a adquirir e construir, e são o seu ganha-pão.

Por isso está aqui o vereador Vandecir Dorigon, juntamente com o prefeito. E cito

Guaraciaba porque foi a cidade mais atingida, mas há outras cidades que também tiveram prejuízos. E é intenção deles, como também a nossa, é que aqueles que tiveram destruídos os seus galpões e as suas casas - e repito aqui, não basta financiar a casa, não basta refinar ou transferir a dívida agrícola - tenham a oportunidade, através da Defesa Civil, de adquirir novamente aquilo que tinham antes, para que possam continuar produzindo e sustentando a família.

Quero cumprimentar também o vereador de Mondai, que está acompanhado da vereadora Sônia Lüdke, que foi professora da Udesc e fez a faculdade através do ensino a distância, juntamente com mais 16 mil professoras. Inclusive, sinto um orgulho danado quando caminho por este estado e encontro essas professoras que fizeram a licenciatura plena através da Udesc, porque na época era deputado federal e a maior emenda à Educação foi concedida através do meu gabinete. A minha cota especial foi destinada para a Udesc, que criou, então, uma grande bolsa de estudos para atender, primeiramente, 3.500 professores, mas depois acabamos atendendo praticamente 16 mil alunos. Foi a maior formatura de todos os tempos no Brasil.

Portanto, está aqui presente a vereadora Sônia Lüdke e, em seu nome, quero saudar todas as professoras, os professores e os formandos da Udesc daquela época, porque aquela foi a primeira formatura a distância em Pedagogia.

Gostaria ainda de saudar o presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello, que organizou, no dia de ontem, uma viagem a Brasília, com a presença dos líderes partidários. Estavam lá o líder do PP, deputado Sílvio Dreveck; os líderes do PT, deputados Pedro Uczai e Jailson Lima; o líder do governo, representado pelo deputado José Natal - e inclusive ele ainda está lá representando a Assembleia Legislativa numa atividade; e o deputado Sargento Amari Soares. Enfim, estava lá a Assembleia Legislativa buscando recursos, reclamando aquilo que é nosso direito, uma vez que estamos aqui sempre atentos aos investimentos que precisam ser feitos.

Quero, rapidamente, destacar cinco coisas. A primeira delas é a ferrovia litorânea norte/sul, ligando Araquari a Ibituba, permitindo a interligação dos nossos cinco portos: São Francisco do Sul, Navegantes, Itajaí, Ibituba e Laguna. Logo acima temos o porto de Itapoá, e essa ferrovia poderia ser estendida posteriormente até lá.

A segunda ferrovia importante é a ferrovia do frango, a ferrovia do Mercosul, a ferrovia que vai interligar, de leste a oeste, o estado inteiro, e que fará também a interligação com a Argentina, o Paraguai e o Chile. Essa ferrovia, sem dúvida nenhuma, vai encurtar ainda a distância entre o Brasil e os países asiáticos, porque para chegarmos à China e ao Japão através do oceano Atlântico temos que dar meia volta ao mundo. Se sairmos daqui pelo oceano Pacífico, utilizando os portos do Chile, diminuiremos muito a distância, mas para isso precisamos da ferrovia leste/oeste para baratear o transporte daqui até o Chile.

Agora está no ponto de o governo pagar - e já está fazendo - o projeto técnico. Feito o projeto técnico - e a norte/sul vai custar talvez R\$ 10 milhões, e a leste/oeste mais de R\$ 20 milhões -, aí, sim, mais adiante vamos ter o processo de licitação e começaremos, então, a construção.

Deputado Sílvio Dreveck, a ferrovia leste/oeste terá, aproximadamente, 900km, e a informação que tenho é que uma ferrovia custa o dobro de uma rodovia bem feita. Por que ela custa mais caro? Porque não pode haver muitas curvas, muitas subidas, com isso acaba havendo mais obras de deslocamento de materiais, mais obras de arte. Mas mesmo que gastássemos R\$ 4 milhões por quilômetro na ferrovia litorânea, que terá 235km, com R\$ 1 bilhão teríamos a integração de todos os portos.

Falaram-me que os *royalties* do petróleo deram, só para o Rio de Janeiro, no ano passado, R\$ 7 bilhões. Aqui em Santa Catarina, se tivéssemos uma cota, talvez pudéssemos ter direito a R\$ 1 bilhão em *royalties*. Mas digo isso só para verem que, apesar de ser muito, pode não significar tanto, diante do tamanho da arrecadação.

A ferrovia leste/oeste deverá custar R\$ 3 bilhões ou R\$ 4 bilhões, mas, sem dúvida, vai ser a ressurreição do estado de Santa Catarina e marcará a nossa integração.

Falamos, na nossa viagem, sobre a questão das casas populares - e precisamos viabilizá-las para cidades com menos de 50 mil habitantes; buscamos os nossos direitos junto ao pré-sal, e tivemos uma audiência com o ministro Edson Lobão; e ainda abordamos a PEC n. 0057, que trata da criação de mais 50 municípios no Brasil.

Já foram criados, em Santa Catarina, os municípios de Pescaria Brava e Balneário Rincão. E se não fizermos nada, a eleição só vai acontecer em 2012. Mas como gostaríamos que fosse feita antes, fomos pedir ao presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer, uma lei para, quem sabe, propiciar isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Serafim Venzon, v.exa., que nos acompanhou ontem numa audiência com o ministro dos Transportes, juntamente com o deputado Jailson Lima, que preside a sessão neste momento, colocou com muita propriedade a importância e a relevância que tem o sistema ferroviário no mundo moderno.

No Brasil estamos muito longe da nossa necessidade e do que o país precisa em termos de ferrovias. Mas essa ação do governo federal, no que diz respeito à execução dos projetos da ferrovia litorânea, que fará a interligação dos portos catarinenses, de Imbituba a Itapoa, e da ferrovia leste/oeste, que ligará Itajaí a Chapecó, já está sendo realizada.

Ontem, fruto de uma ação muito bem demonstrada pelos deputados estaduais de Santa Catarina, e até pela integração econômica entre o Paraná, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul, ficamos sabendo que os projetos desses dois trechos já estão em execução. Com relação ao trecho de Chapecó a São Miguel d'Oeste, está sendo estudada a sua viabilidade.

Houve, principalmente por parte do deputado Pedro Uczai, a argumentação de que no estudo de viabilidade econômica desse último trecho não se deixasse de levar em consideração os aspectos da integração, o que vai representar economicamente para a região, pois fará a interligação com o Paraná, o Mato Grosso do Sul e o próprio Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, com a Argentina e o Chile.

Eu não tenho dúvida de que a população brasileira e a população catarinense terão um ganho econômico-social extraordinário, porque esse projeto executado viabilizará a nossa economia e, ao mesmo tempo, estabilizará um pouco o nosso sistema rodoviário, que está comprometido pelo crescimento do Brasil e pelo crescimento do número de veículos e caminhões que trafegam transportando a produção brasileira. Além disso, haverá uma redução considerável do número de acidentes, melhorando, evidentemente, a vida da população.

Mas também não poderíamos deixar de registrar, neste momento, que nesses dois dias em que estivemos em Brasília acompanhando os nossos prefeitos, em especial as prefeituras dos municípios atingidos pela catástrofe do vendaval, do tornado, tivemos audiências em vários

ministérios. E o apelo que fizemos com relação a esses municípios é que o governo destine recursos emergenciais, mas diretamente às prefeituras, deputado Pedro Uczai. Esse foi o nosso apelo, e v.exa. acompanhou a nossa posição, porque a situação não pode esperar 60, 90 dias. Os municípios precisam de recursos imediatamente para socorrer as famílias. Há casos em que há necessidade até de aportar recursos para que elas possam adquirir alguns bens, vestimentas e alimentos. Isso poderia ser feito até em forma de repasse de recursos, como ocorreu recentemente no nordeste.

Os atingidos não podem esperar, sr. presidente, que os recursos fiquem presos na burocracia, como ocorreu no caso do vale do Itajaí. O que eu estranho é que vieram recursos do governo federal para atender aqueles municípios, mas até hoje, sr. presidente, não temos clareza e não temos transparência do que foi executado. Há informações extraoficiais de que vieram mais de R\$ 300 milhões para fazer a recuperação de rodovias, de vias públicas e para obras de drenagem. Ao mesmo tempo, sabe-se que esse dinheiro foi gasto e que muitos problemas ainda estão para ser resolvidos.

E a minha pergunta, srs. deputados, é a seguinte: por que, nesse caso emergencial, o estado também não destina recursos do Fundo Social? O Fundo Social tem um papel importante nesses casos emergenciais, mas não vemos nenhuma ação concreta de recursos do Fundo Social destinados aos municípios.

Ora, se esse dinheiro não depende da autorização da Assembleia Legislativa, porque já foi autorizado no passado, se não depende de autorização orçamentária, porque ele está disponível, é uma questão de prioridade!

E quero lembrar que no planalto norte também houve municípios atingidos pelo vendaval. Os mais atingidos foram Papanduva, Monte Castelo e Major Vieira, mas isso não quer dizer que outros também não tenham sido afetados, como Mafra, Itaiópolis, Rio Negrinho e outros.

No ano passado foi feita muita propaganda de que o planalto norte receberia grandes empreendimentos, como a implantação de uma unidade da Sadia em Mafra, e da Aurora, em Canoinhas. Até agora não aconteceu nada! Tomara que no ano que vem essa propaganda não volte para criar uma falsa expectativa àquela população.

Mas voltando ao Fundo Social, quero dizer que há anos reivindicamos para o planalto norte catarinense recursos para a cooperativa de fruticultura, a fim de que seja adquirida uma classificadora e também uma câmara fria. Até hoje não aconteceu. Então, que prioridades são essas, se não se não atende a população, principalmente nesse momento difícil por que está passando Santa Catarina?

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, do Partido dos Trabalhadores, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, quero manifestar-me, neste horário, sobre a nossa presença em Brasília pelo menos em três grandes acontecimentos.

O primeiro grande acontecimento foi a criação da nossa nova Universidade Federal da Fronteira Sul. Depois de 50 anos, teremos a segunda universidade federal no estado, que contará com 39 novos cursos a partir de março

de 2010. Essa universidade será *multicampi*, com cinco *campi*: Chapecó, em Santa Catarina; Laranjeiras e Realeza, no Paraná; e Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul.

A sanção presidencial da lei que cria a nova universidade federal permite que se faça concurso para a contratação de professores e técnicos; permite a seleção dos estudantes que vão fazer parte dos primeiros cursos que iniciarão em 2010; e permite implementar um critério mais justo para que os alunos das escolas públicas possam acessar a universidade. Ou seja, o aluno proveniente da escola pública vai ter preferência, prioridade, na universidade pública, na medida em que as provas do Enem vão ter uma pontuação, que será somada à pontuação que será dada aos que frequentam a escola pública. O aluno de escola pública, portanto, conquistou o direito de acessar a universidade pública.

Por isso fiquei muito feliz de ter participado desse momento emocionante em Brasília, juntamente com muitas lideranças dos três estados do sul. Fiquei extremamente emocionado porque sou professor, sou educador, trabalhei e lutei com tantas lideranças para conquistar essa nova universidade. Dessa maneira, de forma sintética comemoro essa conquista, essa vitória.

A segunda razão da nossa ida a Brasília deveu-se à catástrofe, ao vendaval que ocorreu no oeste de Santa Catarina. Há pouco tivemos a presença do prefeito Ademir Zimmermann, de Guaraciaba, que esteve em Brasília também e que decretou estado de calamidade pública no seu município, pois lá o problema foi mais sério e o tornado fez estragos bem maiores do que nos outros 63 municípios.

Tivemos boas vitórias, boas conquistas, bons recursos para os nossos municípios, mas queremos ainda, como disse o deputado Sílvio Dreveck, pedir que os recursos da Defesa Civil Nacional não sejam destinados ao governo do estado para depois serem repassados aos municípios. Eles têm que ser enviados diretamente, como ocorreu no caso da estiagem, quando conseguimos que o ministério de Integração Nacional repassasse os recursos diretamente aos municípios. Existe algum problema? Não. Existe algum problema de investimento? Não. Existe algum problema de controle social? Não, está lá no município sendo investido.

Agora, lamentavelmente, buscar essa relação com o governo do estado?! O governo do estado tem que intermediar, buscar junto conosco os recursos, mas tem que estar a serviço dos municípios. E o que mais lamentamos no episódio das enchentes do ano passado - e o deputado Padre Círio Vandresen fez um pronunciamento ontem sobre o assunto - é que os recursos vieram para o governo do estado e percebemos que o próprio governo encaminhou ao Banco do Brasil o relatório e não encaminhou ao ministério da Agricultura. Como consequência disso os agricultores estão esperando até agora e não receberam. Por quê? Porque o governo do estado não fez o encaminhamento e já se passaram dez meses!

Então, fazem discursos em todos os lugares e nesta tribuna, como o deputado Giancarlo Tomelin fez, dizendo que a responsabilidade é do governo federal! É uma mentira! É uma farsa! Foram R\$ 2,7 bilhões! Nunca o governo federal foi tão solidário com um estado como o foi com o estado de Santa Catarina nas enchentes de novembro.

Mas há outros problemas graves, deputado Padre Círio Vandresen. Estamos preocupados com o superfaturamento; estamos preocupados com o desvio de

dinheiro; estamos preocupados com a ponte do vale de Itajaí, que custou muito, foram horas/máquinas orçadas muito além do preço de mercado.

Então, o governo do estado tem que nos explicar por que uma ponte sem licitação custou muito mais do que uma ponte normal nas licitações que as prefeituras têm feito na própria região. Nós queremos saber e vamos investigar! É isso que os deputados da base do governo precisam nos explicar aqui.

Por isso, nossa solidariedade a todos os municípios atingidos pelos vendavais. Estivemos em Brasília em várias audiências nos ministérios e queremos crer que como o governo federal foi solidário em novembro durante as enchentes de Santa Catarina, será novamente com os municípios e, principalmente, com a população diretamente atingida pelos tornados.

Sr. presidente, a terceira e última razão da nossa visita a Brasília ontem - e os deputados Sílvio Dreveck e Serafim Venzon já se manifestaram sobre o assunto -, foi tratar das ferrovias a serem construídas no estado. Eu coordeno a Frente Parlamentar das Ferrovias, que agrega deputados estaduais, deputados federais e senadores de Santa Catarina, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, para tratar da construção da malha ferroviária.

Aqui em Santa Catarina, o projeto da ferrovia litorânea, que vai interligar os nossos portos, já está em fase de licitação. O contorno ferroviário de Joinville, de R\$ 56,5 milhões, e o do porto de São Francisco do Sul já estão em obras. Além disso, estamos em discussão para viabilizar o edital de licitação do projeto ferroviário da integração, que eu chamo de leste/oeste ou ferrovia do frango, que vai de Itajaí a Chapecó. O trecho final, de Chapecó à fronteira com a Argentina, está sendo estudado o projeto de viabilidade econômica e técnica.

Nesse contexto das ferrovias, já percebemos na própria audiência da semana passada, no Paraná, que o projeto apresentado pelos representantes da Ferroeste mostrou que há viabilidade na ligação ferroviária de Cascavel a Chapecó; para aquele ramal já há viabilidade econômica e técnica. Portanto, queremos integrar Santa Catarina aos demais estados através de ferrovias; integrar o nosso oeste, o nosso extremo oeste e o nosso litoral também através de ferrovia e não só por rodovias. Assim, queremos integrar Santa Catarina com os países do Mercosul.

A nossa posição junto ao ministro Alfredo Nascimento, na tarde de ontem, foi no sentido de que o projeto de viabilidade técnica e econômica da ligação leste/oeste tem que ter no horizonte a ligação com os países do Mercosul, principalmente a Argentina e o Chile, ou seja, até o porto de Antofagasta, no Chile, para que possamos fazer a ligação bioceânica, num processo de globalização da nossa economia.

Srs. deputados, precisamos fazer a ligação bioceânica e é por isso que estamos chamando essa ferrovia de ferrovia da integração. Esse é o caminho, ou seja, a construção dessa ferrovia da integração, que ligará o nosso estado a outros estados, mas que ligará, principalmente, o nosso estado aos países do Mercosul. Mato Grosso do Sul poderá integrar-se com o Paraguai e com o Chile, sim, mas Santa Catarina também necessita, para o seu desenvolvimento estratégico, ter uma ligação com os países do Mercosul.

Por isso, a mobilização dos prefeitos do oeste, do meio-oeste e do extremo oeste; a mobilização das lideranças empresariais e

comunitárias; a mobilização das lideranças políticas - deputados estaduais, federais e senadores -, que lutaram nos últimos 90 dias, permitiram essa conquista, essa vitória. E agora, além de Itajaí a Chapecó, a ferrovia vai estender-se até a fronteira com a Argentina e, consequentemente, integrar os países do Mercosul. É uma conquista! A ferrovia passará por Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Ponte Alta, Joaçaba, Herval do Oeste, Xanxerê e Chapecó, até a fronteira com a Argentina.

É uma conquista! O trem vai apitar no oeste catarinense!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, concordo plenamente com o deputado que me antecedeu sobre a questão da ponte superfaturada. Acho que o deputado Pedro Uczai tem total e legítima razão em questionar essa situação. Acho que uma das funções do parlamentar, do deputado, é justamente a de fiscalizar e até questionar o direcionamento do dinheiro público. E é isso que o deputado Pedro Uczai está fazendo.

Mas também gostaria que o nobre deputado questionasse junto ao governo federal que rumo teve e no que foram gastos os R\$ 70 milhões liberados para o Movimento Rondonista em Santa Catarina. Esse movimento, pelo que me consta, cuida da questão indígena em Santa Catarina e eu gostaria desses esclarecimentos, mas não posso fazer pedido de informação para o governo federal, não é, deputado Jailson Lima?

Então, vou fazer esse pedido ao Fórum Parlamentar Catarinense para que possamos saber o direcionamento desses R\$ 70 milhões que foram dados ao Movimento Rondonista em Santa Catarina, se é que foram dados. Mas chegou-nos a informação de que houve o repasse nos últimos três ou quatro anos, uma coisa assim. É muito dinheiro, é muita grana para cuidar dos índios que, na nossa região, nós sabemos, passam por necessidades de todo tipo, de toda ordem e precisam de um acompanhamento governamental e de tratamento para o problema de alimentação.

O padre Luiz Fachini, lá de Joinville, sabe disso e não me deixa mentir, pois ele é uma das pessoas mais envolvidas com esse problema e sabe o quanto os índios da nossa região sofrem, os poucos índios que ainda existem na nossa região, são pouquíssimos. No entanto, o Movimento Rondonista recebeu R\$ 70 milhões em Santa Catarina, nesses últimos tempos, para cuidar dos índios. Vou fazer, já que sou um parlamentar e essa é minha obrigação, um pedido aos parlamentares federais para que questionem o governo federal para sabermos no que foi gasto tanto dinheiro, se há tantos índios passando necessidade.

Quero congratular-me com o deputado Pedro Uczai e com o governo. Critico quando tenho que criticar, mas também reconheço e elogio quando tenho por que elogiar. O governo federal está tentando reparar o mal que foi feito neste país, um verdadeiro desmonte do sistema ferroviário desde a época de Juscelino Kubitschek, que ao construir Brasília deu força às transportadoras; e a questão se agravou na época da ditadura. O ex-ministro Mário Andreazza se estivesse vivo não me deixaria mentir. Quem não lembra dele? O governo

federal passou a fazer um verdadeiro desmonte das ferrovias no país, principalmente na gestão do ministro Mário Andreazza!

Então, nós acabamos, na verdade, reféns do transporte rodoviário para tudo neste país. O custo Brasil poderia ser muito mais baixo e estar hoje em outra dimensão, apesar de nossas dimensões continentais como país, se as ferrovias tivessem sido preservadas, melhoradas e aumentadas.

Fico pensando em ver a preocupação do governo federal tentando resgatar esse modal ferroviário. Queira Deus que o governo leve isso adiante e que o próximo também tenha esse mesmo sentimento, para que possamos ver concluída a ferrovia litorânea que está, pelo menos, na pauta das conversações. Está em licitação, não é deputado Pedro Uczai?

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sim, a ferrovia litorânea já está em licitação, já foi licitado o projeto executivo, no valor de R\$ 8 milhões; ainda não foi julgado, mas está licitado.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O entorno ferroviário lá de Joinville é um sonho de todos nós, deputado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Já está em licitação.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - São R\$ 56 milhões?

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Não, são R\$ 56,5 milhões!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Também o entorno ferroviário de São Francisco do Sul, que é uma luta nossa antiga?

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Lá já está em obras. Quanto ao trecho de Itajaí a Chapecó, no mês de setembro, no máximo no começo de outubro, será feita a licitação. Já há R\$ 16 milhões disponíveis no PAC para a licitação do projeto executivo.

Quanto à questão da América Latina Logística, há um problema. E ontem eu perguntei ao ministro se não poderíamos lutar para reativar a América Latina Logística ou se o governo pretendia assumir. O ministro informou que o contrato da empresa privatizada é leonino a favor dela e que o governo não consegue reassumir a ferrovia porque precisa pegar a malha ferroviária toda.

Foi uma coisa lamentável o que aconteceu com as ferrovias, pois ao invés de serem reativadas com a privatização, dez mil quilômetros foram desativados no país! Então, temos que retomar essa luta!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu só espero que haja sensibilidade suficiente para o próximo governo levar adiante essas iniciativas, porque um começa e o outro, quando assume, já tem outra ideia, para a obra e o dinheiro público vai-se esvaindo e não chega a lugar nenhum.

É isto o que nós queremos, deputado Pedro Uczai: o entorno ferroviário de Joinville a São Francisco do Sul. Isso é extremamente necessário, mas não sei se não vamos, como diz o caboclo, tropeçar no problema da demarcação das terras indígenas. Estou com uma forte impressão e sentimento de que vamos também achar uma solução para isso, porque estamos trabalhando nesse sentido. Então, acho que poderemos encontrar um denominador comum, sem deixar desamparados os índios, a quem devemos respeitar, tratar bem e amparar, mas temos também que achar uma solução que atenda os anseios de todos e também o desenvolvimento da nossa região, especialmente no entorno

ferroviário de Joinville e no entorno ferroviário de São Francisco do Sul.

Que notícia boa essa da ferrovia litorânea! Queira Deus que isso se torne realidade o mais rapidamente possível!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, assomo a esta tribuna, no horário do nosso partido, para comemorar algumas conquistas no setor da economia do governo do presidente Lula, sobre as respostas que o nosso governo vem dando, neste último ano, com relação à crise que se abateu sobre o mundo inteiro e como o Brasil está fazendo para sair dela. O Brasil está fazendo escola e os economistas de muitos países estão-nos visitando para ver como estamos saindo da crise. A direita conservadora neoliberal estava apostando que o Brasil quebraria, que o presidente Lula se desgastaria politicamente e que logo eles poderiam governar o país novamente.

Srs. deputados, foram contratados 242 mil trabalhadores no mês de agosto. Proporcionalmente, podemos inferir que neste ano houve um aumento no número de trabalhadores no Brasil de 700 a um milhão. Em plena crise mundial, as respostas que o governo brasileiro vem dando são motivo de comemoração. Mais empregos, manutenção do poder de compra, do poder aquisitivo dos trabalhadores, ampliação do crédito pelos bancos estatais, cujas privatizações foram evitadas.

Quem sabe a grande lição dessa saída da crise seja a seguinte: chega, não voltem mais os liberais, os neoliberais, aqueles que privatizaram este país, que desmontaram as grandes empresas estatais, que privatizaram as ferrovias!

Lamentavelmente, tivemos que ouvir do ministro Alfredo Nascimento, ontem, que em torno de 30.000km de ferrovias foram concedidas à América Latina Logística, e 10.000km foram desativadas depois da privatização. Vejam o equívoco cometido neste país no setor ferroviário, além de outros setores.

O problema é que os promotores dão entrada na Justiça, o governo quer recuperar os trechos ferroviários desativados, mas a Justiça não permite. Por quê? Porque o contrato beneficia a empresa concessionária. Mas a verdade é que a empresa privada não investiu nas ferrovias, não recuperou as ferrovias desativadas e só ativou aquelas que têm alta lucratividade. Que concessão pública foi essa? Que crime contra o Brasil foi esse que os neoliberais produziram ao longo da última década? A privatização é o motivo pelo qual a região norte de Santa Catarina está sem ferrovias. Os municípios de Canoinhas, Porto União, Caçador, Herval do Oeste, Joaçaba e assim por diante foram altamente prejudicados.

Essa forma de pensar dos governos fracassou, fracassou no mundo e fracassou no Brasil. Já o governo Lula, ao invés de aumentar os juros como fez Fernando Henrique, reduziu as taxas; ao invés de reduzir os recursos dos programas sociais como fizeram Fernando Henrique e os neoliberais, ampliou os programas e criou novos, como o Minha Casa,

Minha Vida, que vai possibilitar a construção de um milhão de novas moradias; ao invés de diminuir o crédito, os bancos oficiais foram os principais protagonistas da ampliação do crédito para o setor produtivo e para o setor econômico; ao invés de diminuir o investimento na educação, ampliou o número de escolas técnicas federais e criou novas universidades federais.

Nenhum presidente desta República criou tantas universidades federais como um operário presidente chamado Luiz Inácio Lula da Silva. Juscelino Kubitschek criou dez universidades federais; Luiz Inácio Lula da Silva acaba de criar a 11ª universidade no seu período de governo, inclusive a Universidade Federal da Fronteira Sul, que terá um *campus* e a sede na minha querida cidade de Chapecó.

Podemos comemorar também a criação de mais 242 mil novos empregos no mês de agosto. É uma conquista, é uma vitória. O risco Brasil está baixo, está voltando aos patamares de antes da crise que se abateu sobre o mundo no ano passado. O Brasil está no caminho certo, o Brasil está no rumo certo, o Brasil está-se transformando numa grande nação!

E mais, a Petrobras que tantos tentaram privatizar, que o governo anterior tentou privatizar, foi salva pelo governo Lula. Vamos fazer com que a Petrobras e a Petrosal sejam instrumentos não só de concentração de renda, de riqueza, mas instrumentos de distribuição de renda para propiciar mais igualdade social neste país; para fazer a revolução na Educação, pagando salários dignos para os professores e educadores; para fazer com que os recursos advindos do petróleo sejam investidos em mais energia limpa, em mais energia renovável.

Srs. deputados, é nesse contexto que eu comemo a conquista da criação desse número importante de novos empregos pelo governo Lula. E quando se fala em emprego, fala-se em distribuição de renda, fala-se em dignidade.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu quero, com muita alegria, conceder um aparte ao deputado Décio Góes, para que possa fazer o seu comentário.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado, é importante ressaltar essas questões porque a Oposição tem tentado embaralhar a opinião pública. Mas a população também está sentindo em casa a melhoria da sua qualidade de vida nos últimos tempos, com o Brasil crescendo e distribuindo renda. A crise foi enfrentada desta forma: com investimentos em infra-estrutura, com a criação de novas universidades.

Entretanto, estranhamente a imprensa catarinense não registrou a grandiosidade da vinda, por exemplo, da Universidade Federal da Fronteira Sul para o nosso oeste. Os investimentos, os programas sociais, o fortalecimento do mercado interno resultando em mais empregos são algumas das conquistas deste novo Brasil. O presidente Lula realmente provou que a crise atingiu o Brasil apenas como uma marolinha e não como um tsunami, para desespero da Oposição.

O presidente Lula vai ao oeste na sexta-feira ver o que aconteceu nas cidades da região em função dos fenômenos climáticos dos últimos dias. Precisamos agilizar a liberação de recursos para poder enfrentar aquela situação e acho que o presidente vai ser muito bem recebido em função, inclusive, da nova universidade.

No que se refere à nossa visita a Brasília, ontem, no que concerne às tratativas

ligadas à ferrovia litorânea, é importante ressaltar a importância do Parlamento catarinense estar presente. O deputado Jorginho Mello conseguiu levar a representação de todas as bancadas estaduais, que se juntou à bancada federal e aos senadores para, todos juntos, resgatarmos essa dívida histórica com Santa Catarina, ou seja, a reativação e a ampliação do modal ferroviário. E também fomos ao ministério...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Pedro Uczai, eu prestei muita atenção nas suas palavras. V.Exa, tem uma convicção ideológica inabalável. Eu o admiro e respeito-o por isso, sem, contudo, concordar com tudo o que v.exa. fala, até porque...

Deputado Pedro Uczai, gostaria de sua atenção! V.Exa. tem convicções absolutas e inabaláveis com relação à forma de governo. Embora eu não concorde, respeito plenamente as suas convicções, mas entendo que o socialismo absoluto também não deu certo, basta ver o que se descortinou com a queda da cortina de ferro, com a queda do muro de Berlim: o comunismo e o socialismo absoluto ruíram.

Ao mesmo tempo, deputado Pedro Uczai, também vimos recentemente que o liberalismo absoluto não funciona, vimos que o mundo sofreu um grande baque por conta da liberdade total e absoluta da iniciativa privada, principalmente o setor financeiro. E é por isso, que eu tenho uma convicção muito grande na ideologia do meu partido, que é um partido social democrata. O PSDB condensa as duas coisas: a democracia com o social.

Assim, por acreditar na social democracia, deputado Pedro Uczai, é que, com relação a algumas das suas afirmações, principalmente a fúria estatizante do governo do meu partido, quero dizer-lhe que não era bem assim. Agora, se hoje nós vemos, graças a Deus, o cobrador de ônibus e o catador de papel, que empurra o seu carrinho pelas ruas, com telefone celular, é porque o governo tucano privatizou a telefonia e democratizou-a. Caso contrário, hoje estaríamos na contramão do mundo na questão da telefonia fixa e móvel.

Então, existem casos e casos. Evidentemente que v.exa. e muitas outras pessoas se apegam ao fato de o nosso governo ter tentado privatizar a Petrobras. Mas, sinceramente, não acredito que o presidente Fernando Henrique Cardoso quisesse fazer isso, não acredito que ele iria perder o juízo a ponto de privatizar a Petrobras. Acho que, na verdade, estavam querendo fazer uma meia sola.

Quanto ao pré-sal, há uma propaganda enorme em cima disso, mas nós sabemos que para conseguir retirar esse petróleo lá de baixo vamos ter que esperar até 2020 mais ou menos. Contudo, estão fazendo uma festa impressionante em cima disso.

Mas com tudo isso, deputado Pedro Uczai, respeito suas convicções, eu o admiro muito pela forma como se conduz nesta Casa e acho que é um dos grandes valores e uma das cabeças arejadas deste Parlamento. Parabéns pela sua maneira de ser e por suas convicções também, mesmo que não concorde com muitas delas.

Nós estamos com um problema em São Francisco do Sul e vamos ter que apelar para o PP, para o deputado Sílvio Dreveck, que

é da nossa região; para o deputado Kennedy Nunes, que é de Joinville. E eu, por ser de lá também, tenho um apreço muito grande por São Francisco do Sul e posso imanar-me aos amigos, aos colegas. Vamos ter que apelar ainda ao deputado Dagomar Carneiro para ver se achamos uma solução para o problema que está ocorrendo entre o prefeito Luiz Zera e o seu vice-prefeito Dorlei João Antunes. A coisa tomou um rumo muito desagradável e constrangedor para todos nós, principalmente para o município de São Francisco do Sul, já que o vice-prefeito está despachando, está trabalhando na praça.

Nós, que estamos mais perto, conhecemos muito de perto e, inclusive, somos amigo dos dois, do vice-prefeito, que é um músico por excelência, possui uma banda, é cantor, uma pessoa extremamente popular; e do prefeito, que tem uma cultura empresarial muito grande, vem de família de empresários, e tem uma grande empresa que atua no porto de São Francisco do Sul.

Os dois têm visões muito diferenciadas com relação à administração, o prefeito quer a prefeitura funcionando como uma empresa, e o vice-prefeito quer ver a prefeitura funcionando mais ou menos dentro daquilo que ele entende como um modelo popular, atendendo as bandas que são amigas, abrindo a porta e deixando todo mundo entrar, porque a prefeitura é a casa do povo e todos têm que ser atendidos. E aí houve o choque de convicções, um choque na forma de administrar.

O prefeito acha que por ser o prefeito tem que dar as ordens, tem que determinar as coisas. O vice-prefeito entende que também tem que ter o seu direito assegurado de receber as pessoas, de tocar o seu barco e também tomar algumas decisões. E a coisa degringolou de vez. Primeiro o vice-prefeito foi afastado para um canto da prefeitura. A coisa azedou. O prefeito trocou a fechadura da sala do vice-prefeito, lá num cantinho da prefeitura, e o vice-prefeito não pode mais nem entrar na prefeitura. Assim, ele foi para a praça.

Há uma controvérsia muito grande porque grande parte das pessoas apoia o vice-prefeito e outras entendem que a prefeitura precisa ter ordem, tem que funcionar de acordo com aquilo que o prefeito está preconizando.

Então, o que temos que fazer? Na verdade, vou apelar aos parlamentares do PP para fazermos uma visita ao prefeito Luiz Zera e ao vice-prefeito, para ver se conseguimos colocá-los sentados frente a frente. E nós poderíamos ser os mediadores e tentar fazer um acerto entre os dois. Acredito que poderíamos alcançar um bom resultado e fazer com que São Francisco do Sul voltasse à paz na questão político-administrativa, acabando de vez com o constrangimento diário de ver o vice-prefeito despachando em plena praça pública.

Sr. presidente, quero mais uma vez lamentar profundamente a falta de segurança, em que pese todo o esforço do governo, em que pese todo o esforço das nossas Polícias Militar e Civil em Joinville, que não é pouco, mas o crime, o assalto avança, progride com muito mais rapidez do que a polícia, do que o governo, do que o esforço de todos. Como costume dizer, é igual a chuchu na serra, cresce desordenadamente.

Hoje pela manhã uma verdureira foi assaltada e o dono, que vinha para Florianópolis comprar verduras, levou um tiro do assaltante na hora em que embarcava no carro. Isso é uma coisa absurda! Acontece todo santo dia! É uma festa! E não se sabe mais o que fazer para controlar!

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, este parlamentar já se manifestou quanto à tentativa da criação de um novo imposto em substituição à CPMF, aquele famoso imposto sobre o cheque. E novamente no horário do nosso partido estamos manifestando-nos contra. O PPS é a favor da aplicação da PEC n. 29, que prevê que os estados apliquem 12% do Orçamento na Saúde, o governo federal, 10% e os municípios, 15%, o que permitiria que o SUS realmente funcionasse. A demanda da Saúde é muito grande, e para que o poder público dê conta dessa demanda é preciso que os três entes federados participem com recursos orçamentários, não havendo, assim, necessidade da criação de um novo tributo.

O PPS tem também uma posição a respeito da taxação da caderneta de poupança. E chamo aqui atenção para um raciocínio muito simples, ou seja, se o objetivo do governo é fazer com os fundos não migrem para a poupança, basta desonerar os fundos dos impostos, basta tirar os encargos com que o governo onera os fundos e não taxar a poupança.

O que o governo quer com isso? É a sanha da arrecadação de impostos. O governo quer arrecadar, continuar onerando os fundos, ganhando nos fundos. Mas como os investidores estão transferindo seus recursos para a poupança, ele quer ganhar agora também na poupança, porque se o objetivo era fazer com que quem aplicasse nos fundos não aplicasse na poupança, bastaria desonerar os fundos.

Então, temos que ter aí a máxima atenção. E eu gostaria de ler a nota do nosso partido em nível nacional, emitida através do nosso líder, deputado Fernando Coruja.

(Passa a ler.)

"Antecipando-se à chegada do projeto que instituirá tributação nos rendimentos da caderneta de poupança, a bancada do Partido Popular Socialista na Câmara dos Deputados quer ter acesso a dados oficiais da equipe econômica. O partido, por meio do líder Fernando Coruja, enviou ainda na noite desta terça-feira requerimento endereçado ao ministério da Fazenda para obter respostas a uma série de perguntas sobre o tema.

O principal questionamento dos deputados é para que o governo informe se haverá queda na taxa básica de juros ao tributar os poupadores brasileiros, já que o governo argumenta que um dos impeditivos de uma maior redução da Selic seria a remuneração paga a quem tem dinheiro nas cadernetas de poupança."

Essa Selic está dando trabalho, é o famoso juro que o Brasil cobra. É um dos juros mais altos do mundo. Diante de toda essa crise financeira, os bancos dos mais variados países sofreram prejuízo. E qual foi único lugar do mundo onde banco nenhum teve prejuízo, deputado Reno Caramori? O Brasil. No Brasil nenhum banco teve prejuízo. Quer dizer, o juro é ganho sobre o suor do povo, sobre o suor de quem aplica, de quem gera emprego, que é a indústria que produz desenvolvimento. Agora temos mais essa manobra, até porque a poupança tem a característica de aplicar em habitação e na construção civil para gerar empregos.

Portanto, queremos saber sobre a eventual fuga de investidores para as

cadernetas, informações consistentes sobre esse risco no sistema e o porquê de o governo querer tributar em 22,5% os rendimentos da poupança, para quem tiver saldo acima de R\$ 50 mil. É muito alto isso nos rendimentos da poupança.

Diante disso, estamos aguardando essas informações de forma transparente, porque essa discussão vai ser travada em nível nacional. E desde já deixamos claro àqueles que investem na poupança a preocupação do PPS com essa luta e a importância da poupança para o...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, normalmente no horário dos Partidos Políticos discutimos alguma questão política. Mas quero pedir vênha ao meu líder, deputado Sílvio Dreveck, para abordar alguma coisa mais alegre. E a alegria se deve ao que lemos, hoje pela manhã, no *Diário Catarinense*, no Informe Econômico, uma notinha que engrandece Santa Catarina e, por que não, que prova mais uma vez a qualidade do produto catarinense.

Inúmeras vezes temos ocupado esta tribuna mostrando como é importante produzirmos com qualidade para colocarmos no mercado nacional e internacional produtos competitivos. E é isso o que vem ocorrendo com os vinhos de Tangará. Para nossa alegria, mais uma empresa catarinense, desta vez a Vinícola Sanjo, está sendo destacada pela imprensa.

(Passa a ler.)

"No mapa dos vinhos, Santa Catarina reforça presença no mapa dos vinhos de qualidade. A Vinícola Sanjo, da cooperativa do mesmo nome, de São Joaquim, trouxe duas medalhas de ouro do Concurso Mundial de Bruxelas, etapa Brasil, realizado sábado em Pernambuco.

O vinho *Núbio Cabernet Sauvignon 2005* foi um dos três que receberam medalha Gran Ouro. E o *Maestrle Cabernet Sauvignon 2005* recebeu medalha de Ouro."

Portanto, parabéns à Sanjo, que teve dois vinhos premiados nesse concurso de Bruxelas.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, temos outras cantinas que produzem também vinhos de altitude. Lá em São Joaquim temos a Quinta das Neves, a QSM Suzin, a Sanjo, que já citamos, a Vinícola Augusta, a Vinícola Emílio e a Villa Francioni. Em Caçador, na divisa com Água Doce, temos a Villagro Grandó, do nosso grande companheiro Maurício Grandó, filho do nosso ex-prefeito Ardelino Grandó, e a Cooperativa Vinicampos, de Campos Novos.

Portanto, deputado Sílvio Dreveck, não precisamos recorrer ao supermercado para buscar vinhos importados de boa qualidade para festejarmos junto com a família, junto com os amigos, eis que temos vinhos de Santa Catarina de excelente qualidade. Essas cantinas que nomeei são de vinhos de altitude, são de vinhos que requerem um tratamento diferenciado e uma consideração diferenciada, são de vinhos de uvas viníferas.

No vale do rio do Peixe também vinhos de mesa, vinhos de uvas viníferas com elaboração em alta qualidade. Temos também produtores nos municípios de Pinheiro Preto, Tangará e Videira que plantam as suas uvas

viníferas acima de 1.200m de altitude, elaborando os seus vinhos na região do vale do rio do Peixe. Mas a produção é de uvas viníferas oriundas dos campos de altitude, uvas da mesma qualidade e semelhantes às elaboradas em São Joaquim.

Portanto, queremos aqui, mais uma vez, cumprimentar a diretoria da Sanjo, a sua equipe, eis que elabora um vinho de qualidade que engrandece Santa Catarina e, por que não, o Brasil.

Tenho feito nesta Casa alguns pronunciamentos defendendo os nossos vitivinicultores. Por quê? Porque conhecemos as suas instalações, a sua tecnologia, o seu quadro de funcionários, enólogos, engenheiros agrônomos, elaboradores, gerentes, patrões, donos das cantinas, que se preocupam, deputados Silvio Dreveck e Joares Ponticelli, em elaborar um bom produto em Santa Catarina. Até podemos dizer, deputado Padre Círio Vandresen, que são melhores do que o vinho do padre. São vinhos de primeiro mundo, e temos a obrigação de fazer esse registro, deputado Joares Ponticelli, para mostrar que mais uma vez mais uma cantina de Santa Catarina está sendo premiada pela qualidade nesse concurso de Bruxelas que foi elaborado no Brasil.

Portanto, queremos transmitir os nossos parabéns. E que cada vez o nosso vitivinicultor procure melhorar a qualidade do seu produto porque vamos consumi-lo, sim. Até fazemos um apelo ao catarinense: vamos tomar vinho da nossa terra. Chega de tomar vinho gaúcho, vinho argentino, vinho chileno, vinho alemão, vinho italiano. Aqui em Santa Catarina vamos tomar vinho catarinense, vinho de boa qualidade. Procurem em nosso gabinete, pois temos endereços e amostras de todos os vinhos produzidos em Santa Catarina, quer de altitude, quer do vale do rio do Peixe.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Reno Caramori, apenas para fazer justiça, realmente v.exa. é o maior garoto-propaganda do vinho catarinense. Nós, da bancada, somos testemunhas disso, pois v.exa. em todas as oportunidades tem sido um grande divulgador do nosso produto, da sua altíssima qualidade, e do reconhecimento que o vinho catarinense vem conquistando a cada novo concurso, a cada ano, pois as nossas vinícolas estão-se profissionalizando.

E é preciso lembrar, para fazer justiça, deputado Reno Caramori, que esse processo todo foi deslançado a partir de 1999, quando Dilor Freitas iniciou um grande empreendimento em São Joaquim. Inclusive, a Epagri, à época, era comandada pelo nosso companheiro, hoje vereador de Tubarão, Dionísio Bressan Lemos, que deu todo o apoio, até na instalação do laboratório. Por isso, temos hoje vinhos de excelente qualidade.

V.Exa. tem razão e parabéns pela manifestação. Acho que precisamos destacar cada vez mais a qualidade do vinho catarinense, que já não tem mais medo de competir com nenhum outro vinho nacional e até internacional.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Acredito que durante o mês de outubro faremos a degustação dos vinhos premiados, porque a Sanjo deverá encaminhar-nos um exemplar de cada um para que possamos comprovar a qualidade. A verdade é que já os conhecemos bem, pois várias vezes participamos de degustações, de eventos em que os vinhos de altitude foram apresentados pela Acavitis, presidida por Maurício Grandó,

que tem feito um trabalho excepcional na divulgação e no cuidado com a qualidade dos vinhos de altitude e não só dos vinhos de mesa. Inclusive, hoje já produzimos vinhos do Porto. E aí, sim, fica aqui um voto ao nosso deputado Padre Círio Vandresen, pois o vinho do Porto é um vinho que é usado também na consagração, é um vinho licoroso, não é isso? Se não fosse assim, o padre, em dez missas, estaria pronto.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Sou testemunha do seu amor, da sua paixão, porque trata o nosso vinho com muito orgulho. V.Exa., que é originário do Rio Grande do Sul, sabe que Santa Catarina está produzindo vinho com uma qualidade até melhor do que o de origem gaúcha, que era referência. Inclusive, é muito bom saber quem investiu nesse vinho de qualidade e de altitude! Um projeto pioneiro, fantástico, característica catarinense.

Parabéns, v.exa., como parlamentar, está defendendo uma causa econômica e essencial para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Obrigado, deputado Professor Grandó.

O Sr. Deputado Padre Círio Vandresen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Tenho apenas alguns segundos, mas concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Padre Círio Vandresen - Deputado Reno Caramori, quero cumprimentar v.exa. pela iniciativa e dizer que o segredo da longevidade é a cada manhã tomar uma taça de vinho.

Obrigado e parabéns pela sua iniciativa!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - De preferência de Santa Catarina, não é? Seja tinto, seja branco, mas que seja da nossa terra.

Com isso encerro essa minha participação. Voltarei em Explicação Pessoal para falar sobre outros assuntos que também devem ser registrados nesta Casa, deputado Padre Círio Vandresen.

Mais uma vez os meus cumprimentos aos grandes vitivinicultores de Santa Catarina pela qualidade dos nossos vinhos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o democrata Ismael dos Santos, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, sr. presidente, quero dar-lhe as boas-vindas a esta Casa, sr. presidente, cumprimentar os nossos deputados, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Antes de abordar algumas temáticas, gostaria de fazer um contraponto ao nobre deputado Pedro Uczai, que é experto na área de ciências políticas, porque, deputado Nilson Gonçalves, de fato entendemos que existem algumas reticências em relação ao socialismo.

Li recentemente uma entrevista do deputado José Genoíno, que foi presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, na qual disse que não acredita mais no socialismo como sistema econômico e político que deva ser implantado, que considera o socialismo um conjunto de valores e uma referência apenas de ação política.

De fato entendo, deputado Pedro Uczai, que o nosso grande desafio como

instituições políticas, e falo agora no espaço do Democratas, é, sem dúvida, a junção do equilíbrio econômico, da justiça social, sem abrir mão das garantias de liberdade individual. Não basta a justiça social, não basta o equilíbrio econômico, precisamos também preservar as liberdades individuais. E esse talvez seja o grande nó político, por exemplo, de Cuba, que consegue ter uma razoável justiça social, com deficiências na questão econômica, mas com um grande vazão na questão das liberdades individuais.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Não vou tomar muito o seu tempo, mas quero dizer que respeito v.exa. Realmente, esse debate é bom, eis que os partidos da social democracia, na década de 90, foram, assim como o próprio PSDB, para a perspectiva neoliberal e nós, do PT, defendemos a perspectiva do socialismo. Mas hoje, grande parte do nosso partido e o próprio governo do presidente Lula se manifestam com práticas da social democracia.

Agora, continuo defendendo a democracia como princípio, meio e fim; continuo defendendo uma sociedade com justiça, com igualdade social e com as liberdades. Acho que a experiência de Cuba e a experiência do leste europeu nos dão a dimensão de como construir uma outra sociedade, com justiça, com igualdade, com dignidade humana, com democracia e com liberdade individual, na pluralidade cultural, na diversidade, inclusive cultural, de gênero, classe, cultura, valores etc.

Portanto, acho que dá para construir uma cultura e uma experiência socialista com democracia e liberdade.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. deputado Pedro Uczai.

De fato, na área de ciência política eu apenas fecho com o que dizia Platão: "Quando pensares que encontraste todas as respostas, a vida te fará novas perguntas", inclusive na perspectiva da ciência política.

Também quero parabenizar o senador Casildo Maldaner pelo projeto do fundo nacional para a prevenção de catástrofes. Inclusive, discutimos ontem, deputado Peninha, presidente da comissão de Agricultura, a questão da calamidade. E o senador Casildo Maldaner está com um projeto muito interessante, relatado pelo senador Raimundo Colombo, que é a criação de um fundo nacional para a prevenção de catástrofes.

Veio em boa hora essa ideia de um fundo nacional para a prevenção de catástrofes, que vai buscar recursos provenientes das seguradoras estabelecidas em território nacional e com certeza amenizar muito o sofrimento daqueles que passam por intempéries, como os nossos amigos de Guaraciaba, no oeste catarinense.

Quero também congratular-me com o presidente da República, deputado Pedro Uczai, pela sanção do projeto de lei que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul. Sem dúvida, ganha o estado de Santa Catarina, em especial a região oeste catarinense.

É bem verdade que já vínhamos esperando há muito tempo, há mais de três décadas, por uma segunda universidade federal em território catarinense, pois o Rio Grande do Sul já tem quatro há muito tempo. Mas veio em boa hora. Como diz o ditado popular, antes tarde do que nunca.

Esperamos também que a perspectiva de uma terceira universidade ocorra no

vale do Itajaí, onde há mais de um milhão de habitantes e não existe nenhum curso de nível superior gratuito, de qualidade e público. Portanto, aí está uma bellissima chance para transformar a nossa Furb, a nossa Universidade Regional de Blumenau, em uma universidade pública e gratuita.

Por fim, sr. presidente e srs. deputados, nesse minuto que me resta, gostaria apenas de fazer uma observação e um chamamento ao Deinfra, no sentido de que mude a estratégia de conservação das nossas rodovias. Falo de forma específica da BR-101, que está sendo duplicada no trecho sul, mas que já está duplicada no seu trecho norte, pelo menos de Florianópolis até a fronteira com o Paraná. E o que vemos? Eu saio de casa às 6h30, passo todos os dias na BR-101, e entendo que determinadas intervenções nessa BR devem ser feitas no período noturno e não no período diurno, como geralmente acontece.

Nesta manhã, por exemplo, enfrentei três intervenções: uma operação tapa buraco, uma operação de pintura e uma operação de limpeza, sendo que essas são operações que podem ser feitas no período noturno. Vemos que no primeiro mundo, em países mais avançados, todas as intervenções acontecem no período noturno. Aqui o que acontece? O gargalo da BR-101, principalmente na região de Itapema e Porto Belo, ontem ocorreu também na região de Joinville.

Quero fazer aqui um apelo ao Deinfra, para que estude a possibilidade de agilizar essas intervenções. Elas são necessárias, é claro, mas devem ser feitas no período noturno, da meia-noite às 6h. Afinal de contas, estamos pagando o pedágio no valor R\$ 1,10 e a Autopista Litoral Sul tem condições, com certeza, de arcar com esses custos também no período noturno, mesmo que tenha que pagar adicional aos seus trabalhadores. E é uma questão não só de bom senso e uma questão do tempo que se perde, mas também de economia - o escoamento da economia passa pela BR-101.

Então, peço que essas pequenas intervenções sejam feitas no período noturno. Esse é o nosso clamor, o nosso apelo ao Deinfra, nessa orientação à Autopista Litoral Sul, que é a concessionária do trecho norte da BR-101, no trajeto entre Florianópolis e Joinville.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, primeiramente, gostaria de enfatizar que ontem à noite, na cidade de Joinville, participei da comemoração dos 25 de criação do Sescon - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Santa Catarina -, um evento importante e marcante que demonstrou, cada vez mais, a organização, a capacidade e a mobilização da classe contábil estadual que presta sempre um grande serviço à comunidade e ao próprio estado.

Hoje à noite estarei participando da abertura do congresso estadual da categoria contábil, que vai reunir, em Balneário Camboriú, cerca de duas mil pessoas, e que se estenderá até sábado para discutir importantes temas de interesse do estado e dessa valorosa categoria que tenho muito orgulho de representar aqui nesta Casa.

(Passa a ler.)

"Srs. deputados, ocupo, nesta manhã, a tribuna desta Casa para manifestar-me com relação ao grande assunto nacional em discussão no Congresso Nacional, mas que abrange todas as camadas da sociedade: o pré-sal.

Entre cinco e sete mil metros abaixo do nível do mar, sob uma camada de sal que, em certas áreas, alcança mais de 2km de espessura, o subsolo da costa brasileira contém jazidas gigantescas de petróleo e gás. Ainda não se pode dizer com certeza quantos bilhões de barris o pré-sal acrescentará às reservas brasileiras. Mas já se pode afirmar, com toda segurança, que ele colocará o Brasil entre os dez países com as maiores reservas de petróleo do mundo.

Esta é uma das maiores descobertas de petróleo de todos os tempos e em condições extremamente importantes: as reservas se encontram num país de grandes dimensões, de grande população e de abundantes recursos naturais. Um país que conta com um regime político estável e instituições democráticas em pleno funcionamento.

Santa Catarina possui uma economia sofisticada, com um parque industrial diversificado, uma agroindústria de ponta e um setor de serviços moderno. É um estado que tem dado passos importantes na superação das desigualdades sociais. Portanto, a produção de bens e serviços na extração e refino do petróleo do pré-sal é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso estado. Isso obriga Santa Catarina a participar ativamente desse movimento em prol do petróleo do pré-sal.

Faz-se necessário que o nosso estado inove, na indústria do petróleo, em equipamentos, logística, engenharia e novos materiais. Precisa ainda ampliar conhecimentos e programas tecnológicos e ter forte integração com universidades e institutos de pesquisa, expandindo suas indústrias e empresas de serviços em face da escala da demanda do pré-sal, tornando-se fornecedor para todos os estados e o mundo, representando, ainda, o desenvolvimento tecnológico e grandes oportunidades para as micro e pequenas empresas, ampliando as oportunidades de emprego com mão de obra especializada, através do Prominp - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural -, cuja missão é revitalizar a indústria nacional do petróleo e gás em bases competitivas e sustentáveis, além de promover o aumento do conteúdo local nos projetos desenvolvidos pela Petrobras.

Esse programa articula a interação entre o governo federal, entidades financeiras, associações de classes, centros formadores de mão de obra, envolvendo toda a cadeia produtiva de petróleo e gás. Faz-se necessário que em Santa Catarina esse programa seja executado de forma mais vigorosa, possibilitando a criação de um ciclo virtuoso de crescimento, evitando a chamada 'maldição do petróleo', que já presenciamos quando países com imensas reservas e sem preparo viveram invasões (Iraque, Kuwait), guerras (Oriente Médio e África) e destruição de economias, originadas da desvalorização cambial (África).

Por que precisamos de um novo modelo regulatório? Em 1997, os blocos exploratórios eram de baixa rentabilidade e alto risco, éramos importadores de petróleo, tínhamos escassez de recursos, dificuldade de captação externa e altos custos de capital. Agora, em 2009, temos uma das maiores províncias petrolíferas do mundo, parque industrial diversificado, aumento da

capacidade de exportação, elevada capacidade tecnológica, maior capacidade de captação de recursos e uma robusta carteira de investimentos.

Uma mudança importante no marco regulatório será a adoção do modelo de partilha de produção no pré-sal. É uma mudança absolutamente necessária e justificada. O modelo de partilha prevalece no mundo desenvolvido, a União continuará dona da maior parte do petróleo e do gás, mesmo depois de sua extração. Nesse modelo o estado não transfere toda a propriedade de óleo para os grupos privados, mas fecha contratos para a exploração e produção em determinada área, diretamente com a Petrobras ou mediante licitação, no caso de outras companhias. As empresas são remuneradas com uma parcela do óleo extraído, suficiente para cobrir seus custos e investimentos e ainda proporcionar rentabilidade adequada ao risco do projeto. Já a União fica com a maior parte dos lucros da exploração e produção do petróleo, muito superior ao que recebe, hoje, no regime de concessão.

A regra do modelo de partilha é clara: nas licitações vence a empresa que oferecer maior parcela do lucro da operação para o estado e para o povo brasileiro. Além disso, poderemos produzir petróleo nas condições que mais convêm ao país e desse modo poderemos gerar mais riqueza e desenvolvimento econômico e social.

Para gerir os contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás, zelando pelos interesses do nosso país e do nosso povo, o projeto prevê a criação de uma empresa estatal, a Petrosal, que será responsável pela gestão dos recursos gerados pela exploração do pré-sal e pelo pagamento dos royalties.

Preocupa-nos que a manutenção dos critérios utilizados na atualidade para a distribuição desses royalties, amparados na demarcação geográfica feita em 1991, pelo IBGE, que privilegiou Paraná e São Paulo na delimitação da costa catarinense, exclui nosso estado desse repasse. Essa questão está para análise do Judiciário, no Supremo Tribunal Federal, desde 1991, para a reversão dessa situação. É necessária uma manifestação contundente dos parlamentares e da população catarinense para conseguirmos sucesso nesse objetivo e aumentarmos, por justiça, os valores a serem recebidos.

O projeto também cria o Fundo Soberano, que será responsável pela gestão do lucro advindo do pré-sal e será aplicado prioritariamente na educação, no desenvolvimento tecnológico e científico e na saúde, provocando o crescimento social, o aumento expressivo no IDH catarinense e brasileiro.

Esse é o momento em que nós, parlamentares, podemos apoiar o projeto do pré-sal. Com isso poderemos resgatar essa histórica dívida da sociedade catarinense e brasileira com a educação, permitindo aos jovens o direito a uma educação de qualidade e inclusiva, fazendo da injustiça social somente uma triste lembrança.

Após termos sido procurados pelo Comitê Catarinense do Pré-Sal, que tem por objetivo esclarecer e mobilizar a população catarinense para a importância desse momento, convocamos todos para discutirmos o tema, interagirmos com o Congresso Nacional, aperfeiçoarmos o texto do marco regulatório e, principalmente, fazermos parte desse novo choque de desenvolvimento brasileiro."

Teremos, no próximo dia 22 de setembro, nesta Casa, um seminário que vai

discutir esse assunto e queremos participar ativamente, através da comissão de Economia, deputado Silvio Dreveck, presidida por v.exa., para que tenhamos a oportunidade de debater esse assunto de importância extrema para o nosso estado e para o Brasil.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Rogério Mendonça, no restante do tempo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente e srs. deputados, vou utilizar o tempo que me resta, e terei que encurtar um pouco a minha agenda, deputado Joares Ponticelli. Vou ter que deixar de lado alguns anúncios, mas ela é grande, é forte, eu tenho muitos compromissos, a começar no dia de hoje.

Saindo daqui, eu estarei, às 13h30, no município de Ituporanga, onde, juntamente com integrantes do Fórum Permanente de Prevenção e Contenção de Desastres Naturais em Santa Catarina, irei vistoriar a barragem de Ituporanga. Posteriormente, estarei em José Boiteux vistoriando a sua barragem. E faremos essas vistorias antes que venha a ocorrer qualquer desastre climático em Santa Catarina. Porque o que acontece normalmente é o seguinte: ocorre o desastre, a enchente, a barragem não funciona, e todos vêm aqui berrar e perguntar por que não foi feito nada.

Faremos uma ação preventiva, juntamente com o deputado Jean Kuhlmann, presidente desse fórum, vistoriando as três barragens para ver o aspecto de limpeza, deputado Joares Ponticelli, os equipamentos, os funcionários, o monitoramento das comportas.

Na verdade, temos também uma grande novidade em relação às nossas barragens, pois está em fase de testes o monitoramento eletrônico via internet, que controla e aciona a abertura das comportas através da internet. A população, inclusive, vai poder acompanhar em tempo real o volume dos reservatórios, com acesso às imagens da barragem. É um projeto pioneiro, que deverá acabar com o pânico. Hoje à tarde estaremos lá vistoriando a barragem.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, rapidamente, quero só dizer que eu conheço a intensa agenda de trabalho de v.exa. E agora, como o projeto é maior ainda e como v.exa. não tem disponíveis nem tem a prática de trocar viaturas por votos e cabos eleitorais, sei que v.exa. compensa com muito suor e muito trabalho.

Bom fim de semana de trabalho!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli! E é verdade! Ainda há pouco eu falava ao deputado Silvio Dreveck que a agenda do candidato a deputado federal é muito maior, porque são muitos municípios a visitar e é complicado acompanhar. Mas vamos fazer de tudo para realizar um bom trabalho, conquistar uma grande votação e representar Santa Catarina em 2011, juntamente com o deputado Pedro Uczai, no Congresso Nacional.

Aproveitando este espaço destinado ao PMDB, gostaria de parabenizar o prefeito de Florianópolis, Dário Berger. Ele tem sido firme e repudiado as notícias que falam sobre a sua saída do PMDB e que será candidato a governador por outro partido. Ele tem emitido algumas notas e dito que vai ficar no PMDB. Afinal de contas, por que não, ele é uma das

opções que o nosso partido tem para candidato a governador. É verdade que o nosso candidato é Eduardo Pinho Moreira, mas feliz e forte é o partido que tem mais opções. Nós temos como primeira opção Eduardo Pinho Moreira, mas temos também o prefeito Dário Berger, o deputado João Matos e muitas outras lideranças de Santa Catarina, que poderão, com certeza, concorrer a governador do estado no próximo ano.

Quero parabenizar o prefeito Dário Berger e dizer que o partido precisa muito dele, principalmente visando fortalecer Eduardo Pinho Moreira, mas também sendo ele uma das opções para governador.

Gostaria, ainda, de falar sobre um projeto de lei de minha autoria, que foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça ontem. E hoje já concedi uma entrevista sobre esse assunto para uma rádio de Criciúma e tenho concedido entrevistas a muitas rádios de Santa Catarina e a emissoras de televisão. O projeto visa impedir trotes telefônicos a órgãos de emergência, como o Copom, as delegacias, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil, a Polícia Rodoviária e o Samu. Prevê ainda uma multa de R\$ 200,00 ao proprietário do telefone que fez a ligação, para impedir que esses absurdos aconteçam.

Hoje eu ouvi testemunhos, deputado Padre Cirio Vandresen, de policiais militares dizendo que vidas foram perdidas porque naquele momento em que precisava atender a uma emergência real, uma ambulância havia saído para atender um chamado que, na verdade, era um trote. Isso aconteceu muito, trazendo prejuízos muito grandes ao trabalho dos órgãos de emergência e à população.

Acredito que esse projeto de lei de autoria deste deputado será aprovado por esta Casa, pois visa impedir que vidas sejam perdidas.

Não detalhei a minha agenda hoje, mas amanhã estarei no baixo vale do Itajaí, Itajaí, Balneário Camboriú, Indaial e Timbó.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão encaminhamento conforme o art. 143 e seus parágrafos, do Regimento Interno: Projetos de Lei n.s 0109/2009 e 0209/2009.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0025/2009; 0140/2009; 0146/2009; 0147/2009; 0148/2009; 0169/2009; 0175/2009; 0178/2009; 0182/2009; 0184/2009; 0187/2009; 0201/2009; 0203/2009; 0280/2009; 0295/2009; 0298/2009; 0301/2009; 0305/2009; 0306/2009, 0339/2008; 0405/2008, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica também que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s 0224/2009 e 0375/2008, de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica que, conforme determina art. 206 do Regimento Interno, serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0629/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0630/2009, de autoria do deputado Reno Caramori...

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, eu já busquei todos os recursos possíveis e entendi que talvez a solução seja através deste Parlamento, no sentido de que o Deinfra tome as devidas providências, pois a ponte sobre o rio Passa Dois, na SC-302, próximo a Lebon Régis, que ter sido bombardeada. Além disso, parece que ela não tem trânsito, porque o matagal - eu vou fotografar amanhã, se o tempo der condições, para apresentar nesta Casa - toma conta da ponte, deputado Joares Ponticelli; em cima da ponte só há os trilhos, o resto é capim.

Então, apresento essa indicação para ver se os órgãos competentes tomam as devidas providências. Para que tanta secretaria de Desenvolvimento Regional lá? Sei que a ponte pertence a uma delas, mas não sei se é à de Curitiba ou à de Caçador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A Presidência comunica ainda que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0631/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Também recebemos, ontem, deputado Reno Caramori, a presença dos vereadores Nadir Bau da Silva e Nilvo Antônio Dalla Costa, de Tangará, que vieram trazer-nos um expediente assinado também pelos vereadores Gilvanio Pontel, Pedro Andrea Thomé e Joacir Carlos Fávero, todos do PSDB de Tangará, pedindo para esta Casa fazer alguma coisa, pressionar o governo, porque as rodovias que interligam os municípios de Tangará e Videira, Tangará e Campos Novos e Tangará e Joaçaba, segundo esses cinco vereadores, estão intransitáveis. E lá há quatro secretarias de Desenvolvimento Regional, deputado Reno Caramori: a de Videira, a de Caçador, a de Campos Novos e de Joaçaba. São quatro secretarias e os vereadores disseram que não sabem mais a quem recorrer. Dizem que estão cansados de bater às portas das SDRs porque nada acontece. As rodovias estão em estado de calamidade pública e esperamos que agora o Deinfra, daqui de Florianópolis, já que as quatro secretarias de lá nada fazem e a descentralização está cada dia mais falida, pelo que os vereadores relataram, resolva o problema, porque a situação está caótica naquelas rodovias.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Joares Ponticelli, nós encaminhamos uma indicação também, atendendo ao pedido da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, dos vereadores de Tangará, que nos visitaram ontem, com relação ao trecho Matos Costa/Porto União, que no sábado...

(Manifestação interrompida por determinação da Presidência.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O assunto está devidamente explicado, deputado Reno Caramori.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.328/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.329/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; e 1.330/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Com a aquiescência do deputado Ismael dos Santos, eu gostaria de subscrever o Requerimento n. 1.330/2009.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a aquiescência do deputado Ismael dos Santos, está subscrito o Requerimento n. 1.330/2009 também pelo deputado Giancarlo Tomelin.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Padre Círio Vandresen, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Muito obrigado, sr. presidente, quero saudar os demais deputados desta Casa, os telespectadores que nos acompanham através da TVAL e também os ouvintes da Rádio AleSc Digital.

Volto a esta tribuna para falar da importante ação política desenvolvida pelo governo federal ao criar a Lei da Pesca, que há algumas décadas já tramitava no Congresso Nacional. E foi um torneio mecânico eleito presidente que percebeu a importância socioeconômica desse setor e sancionou a Lei da Pesca.

Para nossa alegria, deputados Pedro Uczai e Jailson Lima, foi em Itajaí que o presidente Lula assinou a sanção da lei e transformou a secretaria especial de Aquicultura e Pesca em ministério da Pesca e Aquicultura.

Há muitas décadas os pescadores artesanais, os aquicultores deste estado e deste Brasil esperavam um endereço, uma estrutura, uma política de fomento para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura. E tivemos a grata alegria de ver o nosso presidente transformar, neste estado, a secretaria especial de Aquicultura e Pesca em ministério. E na mesma data nomear o catarinense Altemir Gregolin em ministro de estado da Pesca e Aquicultura.

Quero aqui falar do importante trabalho da secretaria especial, agora ministério, para a afirmação do setor da produção e captura de pescado, que é tão importante para a nossa economia e uma boa opção para o prato dos brasileiros, para a saúde humana, do ponto de vista nutricional.

Ontem à noite, tive a oportunidade de participar da posse da diretoria da primeira associação de piscicultores, no município de Orleans. Percebi a esperança e o entusiasmo daqueles piscicultores em agora encontrar recursos, ter um endereço, encontrar uma estrutura para que, com segurança, possam investir e desenvolver o setor.

Estou aqui também para convidar os nobres deputados para amanhã, às 9h, no Salão Paroquial Nosso Senhor do Bonfim, em Braço do Norte, participar de um seminário regional de piscicultura dos municípios do vale do Braço do Norte.

Deputado Jailson Lima, é um seminário semelhante àquele realizado no alto vale, no município de Agrolândia, no qual primeiramente os técnicos do ministério e o diretor da Aquicultura Continental vieram conversar com cada associação e com os piscicultores estabelecendo, a partir das perspectivas da realidade regional, algumas ações de compromisso do ministério para o desenvolvimento da piscicultura regional.

Eu gostaria de nominar os municípios que farão parte desse seminário sediados em Braço do Norte. São eles: Braço do

Norte, Rio Fortuna, minha terra natal, Santa Rosa de Lima, Grão Pará, São Ludgero, Orleans, Gravatal, Armazém, São Martinho e Lauro Muller, que irão discutir ações, convênios, compromissos e políticas do ministério da Pesca e Aquicultura para, num primeiro momento, investir no desenvolvimento da piscicultura da região.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Padre Círio Vandresen, quero dar uma sugestão a v.exa.: convide a Polícia Ambiental, a Fatma e o Ibama, porque para investir em piscicultura é preciso haver água. E se formos construir, em qualquer situação, um açude, vamos esbarrar com a Polícia Ambiental, com a Fatma e com o Ibama.

Então, é importante a participação desses três órgãos para que realmente esse seminário tenha êxito, uma vez que terão que discutir a necessidade de um sistema de açudes, da maneira que fiz em Caçador, como prefeito, quando construímos, com a orientação da Acarpesc, 420 açudes para criação de peixes. Ninguém esbarrou em nosso projeto e nem agredimos a natureza. Em absoluto! Respeitamos a natureza, usamos as nascentes e os córregos dentro daquilo que é tecnicamente viável, com a orientação da Acarpesc - hoje seria a Epagri.

É importante, portanto, que v.exa. sugira aos organizadores que convidem os três órgãos ambientais, para que eles tomem ciência da grandeza desse projeto de piscicultura em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Agradeço a sua sugestão e certamente daremos esse encaminhamento, porque um dos grandes desafios, deputado Reno Caramori, é o licenciamento ambiental para o processo de açudagem.

Mas quero dizer que a região apresentará ao ministro Altemir Gregolin, amanhã, algumas demandas. É bem verdade que o ministro tem enfatizado a importância de pensar toda a cadeia produtiva da piscicultura, da aquicultura e da pesca artesanal.

Num primeiro momento, é importante, deputado Jailson Lima, que haja um forte investimento em horas/máquinas. O município de Orleans recebeu, no dia 20, uma retroescavadeira para essa finalidade. Mas temos que incentivar, primeiramente, a aplicação de recursos em horas/máquinas, em assistência técnica, que é um grande desafio para os piscicultores, e em equipamentos. Depois, no ano que vem, encaminharemos projetos de aquisição de unidades de beneficiamento, de fábricas de gelo, de caminhões frigoríficos, para que possamos pensar e estimular toda a cadeia produtiva.

É dessa forma, presidente, que aquele piscicultor, que hoje investe na sua propriedade e na produção de pescado, poderá encontrar um mercado compatível, que absorva o seu produto, que absorva o seu pescado, que lhe dê renda e viabilidade produtiva. Mas é preciso que os recursos públicos sejam bem utilizados para a melhoria da qualidade de vida de toda a população daquela região.

Nesse sentido, então, gostaria de cumprimentar mais uma vez e dar as boas-vindas a este estado ao nosso ministro Altemir Gregolin e dizer da grande expectativa que a pesca artesanal, que a aquicultura continental, que os pescadores e aquicultores deste país têm nessa nova estrutura criada pelo presidente Lula, sempre na perspectiva de inclusão, de afirmação e de desenvolvimento do setor.

Por isso, quero parabenizar também a superintendência regional de Santa Catarina e todos aqueles e aquelas que apostaram nessa atividade econômica preservando o meio ambiente, garante rentabilidade e certamente promove a saúde de todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Na arte de pescar um bom peixe, é necessário um bom pescador.

Fala agora o pescador, deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, da Rádio AleSc Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense na manhã de hoje, quero dizer que essa semana foi muito complicada para o extremo sul de Santa Catarina.

Diante dos problemas que acontecem, há que se ter muita coragem para governar. E o governador Luiz Henrique é um homem de talento, de coragem, que enfrenta com destemor essas questões climáticas que vêm acontecendo em Santa Catarina.

No oeste, o tornado fez uma grande destruição; no sul, a água tomou conta de toda a minha região, deixando a BR-101 interditada por três dias. Mais uma vez a região do vale do Araranguá foi tomada pelas águas. A cidade de Araranguá, por exemplo, recebeu toda a água que vem das mais diversas regiões. Mas na BR-101 pelo menos a água não tem força, pior foi na região de serra, como em Praia Grande e outros municípios, onde a água carregou pontes, estradas, casas etc.

Então, é uma preocupação muito grande porque esses fenômenos climáticos vêm acontecendo muito frequentemente. O governo do estado não tem tido trégua um minuto sequer. O governador Luiz Henrique da Silveira tem trabalhado além do limite para resolver os problemas. Recorre ao governo federal para pedir ajuda, para fazer parceria a fim de recuperar o estado e todos aqueles municípios que sofreram prejuízos. Em todos os momentos, é verdade, contou com a parceria do governo federal e, evidentemente, vem trabalhando e lutando.

Na minha região houve um prejuízo muito grande. Lá temos um grande plantio de arroz, mas nessa cultura os prejuízos não foram grandes. O mesmo não se pode dizer do fumo, porque é uma cultura que se pega água, a planta amarela. E aí praticamente foi perda total. Como aquela região é a maior produtora de fumo do estado, é uma região exportadora desse produto, o que gera bons recursos, podem v.exas. imaginar o tamanho do prejuízo!

Então, sofremos um prejuízo muito grande e agora temos que trabalhar para encontrar formas de ajudar, de contribuir, para amenizar o sofrimento daqueles que lutam no dia-a-dia para manter seus filhos na escola e para garantir o sustento da sua família.

Mas a questão climática a cada instante vem acontecendo em Santa Catarina, criando todos esses problemas para a sociedade em todas as regiões. Em novembro do ano passado foi na região, deputado Padre Círio Vandresen, de Blumenau, na região do vale do Itajaí, e depois também atingiu a nossa região. Agora o oeste foi devastado por tornados, chuvas e ventos numa velocidade astronômica, voando casas, fazendo aquele pessoal tremer. O coração deve ter saltado

pela boca quando viram as suas casas desaparecendo. Por último as cheias voltaram ao vale do Araranguá.

Então, não temos trégua e temos que trabalhar muito para fazer com que este estado não pare em momento algum, não perca a ação do desenvolvimento, da geração de emprego e renda, que é muito forte no Brasil, para que Santa Catarina não fique para trás em nada. Através da ação do governo do estado, a cada momento temos investimentos feitos em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Padre Círio Vandresen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com muito honra irei ouvir o eminente deputado Padre Círio Vandresen, grande amigo e que conhece bem a região do Meleiro, pois já esteve por toda aquela região.

O Sr. Deputado Padre Círio Vandresen - Muito obrigado, deputado, e por conhecer a região é que sou solidário nesse momento de dor e de sofrimento com o tornado e as enchentes.

Ontem, a comissão de Agricultura desta Casa já aprovou uma moção, endereçada ao governo federal, parabenizando-o pela sensibilidade no adiamento de algumas medidas. Ao mesmo tempo, juntamente com o deputado Peninha, recomendamos que os órgãos estaduais executem, com a maior brevidade possível, os laudos individuais, com a colaboração da SDR, da Epagri, da Defesa Civil e da Cidasc, para que não atrasem os recursos a todos os atingidos pelo tornado e pelas enchentes, a fim de que o governo federal, o mais brevemente possível, envie os recursos necessários.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer pelo aparte, deputado Padre Círio Vandresen, e dizer que temos lutado para amenizar, no mínimo amenizar, o sofrimento dessas pessoas que foram atingidas recentemente no estado de Santa Catarina. Na região do oeste foi um desastre que irá marcar muito fundo. Na região sul também morreram pessoas; numa cheia em Praia Grande, uma senhora foi atravessar a estrada com uma carroça, a água carregou-a e ela foi encontrada só depois de dois dias.

Apesar dos problemas que estão atingindo Santa Catarina, quero dizer que a minha região abre hoje uma das maiores festas de colono da região, no município de Turvo, que é o maior produtor de arroz irrigado do extremo sul de Santa Catarina. Mais de 1.500 tratores desfilarão no sábado e no domingo. É uma grande festa! Para mim é uma das maiores festas da área em Santa Catarina.

Hoje, às 17h inicia a reunião da Amesc, a Associação dos Municípios do Extremo Sul, para fazer a avaliação de todos os problemas, porque parece que seis ou sete municípios decretaram estado de emergência ou de calamidade. Nós vamos discutir essa questão hoje, e depois, à noite, teremos a abertura da festa em Turvo.

Estamos convidando os nobres pares desta Casa para participar dessa bonita festa em Turvo. E o eminente deputado Joares Ponticelli, que faz parte da região do extremo sul de Santa Catarina, que já está em Araranguá, convida também para participar na festa de Turvo.

Nós esperamos a presença de mais de 50 mil pessoas durante quatro dias e para isso contamos com a ajuda do velhinho lá de cima dando uma seguradinha na torneira, para que pelo menos até domingo pare de chover, pois não há como suspender nem transferir a festa, porque ela já havia sido transferida em razão da gripe A e transferir pela segunda vez

seria impossível. Mas o sul, que possui um povo de garra, trabalhador, que luta, que supera os problemas, com certeza estará lá de cabeça erguida prestigiando a Festa do Colono.

Domingo haverá um evento lindo, que é a corrida de tratores, que tem toda uma história. Decorrente da corrida de caminhões, nasceu a corrida de tratores, que em Turvo é muito bonita. O governador do estado também estará lá no domingo, às 11h, e esperamos fazer alguns convênios na região. É claro que não posso perder essa oportunidade, pois como é que vou levar meus convênios para o meu pessoal?

Essa é a luta do parlamentar, cada um busca um objetivo. Eu luto muito pela região sul de Santa Catarina, somando-me aos demais deputados, a cada instante, para que possamos levar os pleitos e atender a população, porque isso é o que espera a sociedade. E faço isso com muita tranquilidade, com muita garra, muita determinação e muita lealdade com todo aquele povo e com toda a região do sul de meu estado. Nosso compromisso é por toda Santa Catarina, mas nossa região mesmo é o sul do estado.

Então, temos que trabalhar e levar resultado, porque...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, a gripe A acabou alterando um pouco o calendário das festas de Santa Catarina. A festa de Turvo, por exemplo, que geralmente acontecia no mês de julho em função das comemorações do Dia do Colono, acabou mudando a data. Vários eventos foram cancelados, mas graças a Deus estamos voltando à normalidade nessa questão da gripe A e retomando os calendários em nossos municípios.

Neste fim de semana, além da festa tradicional no Turvo, vamos ter a continuidade da Festa das Etnias, em Criciúma, que começou já na sexta-feira da semana passada e vai até o próximo final de semana. Iremos até lá também, deputado Jailson Lima, e certamente v.exa., que tem raízes no sul do estado, haverá de encontrar um tempo para passar por lá, visitar essa festa tão consolidada já no município de Criciúma, que reúne durante uma semana festividades das sete etnias formadoras da população de toda região.

E neste final de semana, mais especificamente no sábado, será a vez da etnia italiana. Estaremos prestigiando a nossa etnia, acompanhado de lideranças da região, do nosso presidente microrregional, o companheiro Genésio Spiller e tantas outras lideranças. Vamos também participar daquela importante Festa das Etnias realizada pela vez primeira pelo governo do prefeito Clésio Salvaro, pelo nosso vice-prefeito Márcio Búrgio, prestigiando aquele importante evento.

Mas quando me deslocava para a Assembléia hoje, deputado Padre Círio Vandresen, acompanhava através da CBN Diário uma série de entrevistas que antecediam a inauguração da filial da Escola de Administração Francesa que está sendo inaugurada hoje em Santa Catarina.

Tenho acompanhado, nas últimas semanas, muita badalação em cima dessa

inauguração, muita mídia, parece-me que havia grande número de autoridades e discursos, inclusive de sua excelência dizendo que isso coloca Santa Catarina na rota internacional definitivamente, que agora o nosso estado já é quase um estado país, um estado internacional. Enfim, declarações e comemorações, e o governador que me desculpe, mas ele não vive a realidade que nós vivemos.

Que o governador é um visionário, que é um sonhador nós sabemos, e é bom sonhar, mas ele viaja demais! Ele sai muito da realidade da gente catarinense, deputado Silvío Dreveck. Ele viaja no sentido de se deslocar daquilo que vive no dia a dia o cidadão catarinense, quando ele fica colocando como grande obra sua essa escola francesa. Ora, nós temos por este estado afora centenas de escolas caindo, precisando de reforma. Em Joinville muitas foram interditas pela Vigilância Sanitária. O governador viaja quando comemora a vinda de uma escola referência para o mundo, mas não levou a Udesc para o interior do estado. Isto, sim, seria a verdadeira descentralização, levar a Udesc para o sul, para o vale, para nosso grande vale do Itajaí, para o oeste, para o planalto, para a serra, ampliando as suas ações. Isso seria descentralizar de verdade.

Isso me reporta à mesma visibilidade, por exemplo, que ele dá para a Escola do Balé Bolshoi, que virou uma marca, uma grife do Luiz Henrique, que faz um belo trabalho, é verdade, mas, por outro lado, a valorização da cultura catarinense, a preservação dos valores e da história do Contestado e da nossa heroína Anita Garibaldi, inscrita no Panteon da Pátria há poucos dias, numa solenidade importante para o Brasil, para Santa Catarina, para Laguna e para toda nossa região.

São essas coisas que eu não consigo compreender, essa distância que separa os milhares de quilômetros do que fala e do que pensa o governador, do que vive o nosso cidadão no dia a dia, o professor, que espera há sete anos a equiparação do seu salário ao salário do professor de Joinville. Foi a primeira solene e grande promessa que o governador fez durante a campanha de 2002, e nós temos uma realidade de professores no estado recebendo praticamente a metade do que percebe o professor de Joinville.

Recebi a informação, através da competente assessoria parlamentar do secretário Paulo Bauer nesta Casa, de que medida provisória já foi encaminhada para começar a corrigir o equívoco e a distorção na concepção do piso nacional de salário do Magistério aqui implantado, pois, pela legislação encaminhada pelo governo, foram somados triênios e demais vantagens para chegar ao piso nacional que o governo federal instituiu para o Magistério.

É essa a distância entre o discurso e a prática, essas coisas que o governador sonha, acredita e vende como realidade! É difícil esquecer que na primeira viagem à Rússia ele voltou afirmando que em menos de um ano, isso foi em 2003, nós teríamos barcos voadores para ligar o sul com a capital, o norte com a capital, e absolutamente nada aconteceu. É devaneio em cima de devaneio. A impressão que temos é que ele vive com a cabeça no mundo da lua, ou que vive na lua mesmo, porque vende uma realidade que não é real.

A insatisfação é generalizada, basta perguntar a esses policiais que estão aqui se algum deles ainda acredita nessas coisas que o governador conta. Parece-me que só ele acredita nisso! Perguntem ao policial militar,

que espera há mais de cinco anos o cumprimento de uma lei que foi festejada, comemorada; perguntem ao policial civil, aos delegados, deputado Jailson Lima! Delegado de polícia em Santa Catarina ganha o pior salário do Brasil, e o delegado é o primeiro garantidor do nosso direito, da ampla defesa. Os delegados de polícia de Santa Catarina com dez, 15 anos de carreira já podem entrar no programa habitacional do governo Lula porque é exigida uma renda de três a dez salários mínimos apenas, e um delegado com dez anos de carreira em Santa Catarina ganha menos do que dez salários mínimos. É o pior salário do Brasil!

São essas coisas que o governador não deve enxergar ou não deixam chegar essas informações a ele.

O Sr. Deputado Padre Círio Vandresen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Padre Círio Vandresen - Deputado Joares Ponticelli, gostaria de lembrar e pedir o apoio desta Casa, porque a secretaria de Educação ainda não implementou a Lei n. 11.947, de iniciativa do presidente Lula, para aquisição de merenda escolar oriunda da agricultura familiar, por falta de nutricionista.

Tive a oportunidade de participar, deputado Joares Ponticelli, do Conselho de Alimentação Escolar e talvez tenhamos dificuldades na implementação desse programa a partir de janeiro ou fevereiro de 2010 em virtude da falta desse profissional. A nossa sugestão é que esta Casa encaminhe esse projeto. Nós não podemos fazer um projeto que onere o estado, mas que seja de iniciativa do Executivo para facilitar o

encaminhamento desse projeto tão importante do governo federal.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Padre Círio Vandresen.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, dia 22 de setembro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Procurador-Presidente  
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

#### ATA DA 1702ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-presidente, Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1702ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1755/09, de Adélia Ferrari Cardoso; Processo nº 1756/09, de Ademir Belondino da Silva; Processo nº 1758/09, de Juliano Ranzolin; Processo nº 1739/09, de João Maria da Silva. Retirado de pauta com pedido de vista do Dr. José Buzzi, a Consulta - Of. CL nº 402/2009 de 10/09/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato com a TIM Celular S/A - substituição de PABX, nas dependências da ALESC". 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1750/09, de Cristiany Gevaerd Zoschke; Processo nº 1751/09, de Miguel Donizete Baby; Processo nº 1752/09, de Lourival Baptistotti; Consulta - Of. CL nº 391/2009 de 03/09/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial - instalação elétrica de Data Center, e de equipamentos de informática e instalação de sistema de climatização do CPD da ALESC", e aprovado por unanimidade pelo indeferimento o Processo s/nº, Interessado: Luiz Eduardo Caminha "solicita providências junto a Receita Federal para restituir valores retidos retroativamente". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovado parecer por unanimidade ao Ofício GAB nº 1158/2009 de 14/08/09, Interessada: Simone Mariano da Rocha - Procuradora-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul "solicita atendimento aos termos do Ofício nº 1111/2009-PJDPP, referente a possível irregularidade no pagamento de acréscimos salariais, diárias e passagens aéreas a servidor do Banco Regional do Desenvolvimento do extremo Sul - BDRE". 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade: Autos nº 023.07.092150-7, Réu: Banco Sudameris Brasil S/A, Interessado: Sérgio Ney Sant'Ana de Oliveira "empréstimo consignado" e Ofício nº 05/09 de 09/09/09, Interessados: Cecília Biesdorf Thiesen - Presidente, Samir Machado - Membro, Reinhard Richter - Membro "Apurar fatos narrados no Ofício INFO nº 141/09 de 25/08/09, subscrito pelo Coordenador de Informática Carlos Mestre Crespo Luz". 5) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1761/09, de Roberto Tagliari Lima; Processo nº 1762/09, de Mariângela Mello; Consulta - Of. CL nº 3403/2009 de 11/09/2009, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital de Pregão Presencial - aquisição de produtos de jardinagem para a ALESC", e retirado de pauta a pedido do relator o Processo nº 1688/09, de Miriam Alice de Athayde Furtado Krieger. 6) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1759/09, de Bruno Augusto Rossanatto de Fabris; Processo nº 1760/09, de Juliana Tancredo Gallotti; Consulta - Of. CL nº 394/2009 de 08/09/2009, Interessada: Coordenadoria de

Licitações "Minuta do Edital de Pregão Presencial - reforma no Gabinete da 3ª Secretaria da Mesa Diretora da ALESC" e MEMO nº 0323/2009 de 01/09/09 - Informações na ADI nº 4286, Requerente: Governador do Estado de Santa Catarina e Requerida: ALESC. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia vinte e três (23) de setembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2009.

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 26 DE AGOSTO DE 2009, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES 02.**

Às onze horas do dia vinte e seis do mês de agosto do ano de dois mil e nove, reuniram-se, sob a Presidência da Deputada Ana Paula Lima, os Deputados: Kennedy Nunes, José Natal Pereira, Genésio Goulart. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação a Ata da 2ª Reunião Extraordinária, do dia catorze de julho, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao *Deputado José Natal Pereira* que relatou os **OF./0260.4/2009; OF./0278.3/2009; OF./0144.1/2009; OF./0292.1/2009 e PL./0230.2/2009**, todos aprovados por unanimidade; *Deputado Kennedy Nunes*, relatou os **OF./0245.5/2009**, parecer pelo pedido diligência externa, aprovado por unanimidade e os **OF./0255.7/2009, OF./0284.1/2009 e os PL./0029.3/2009 e PL./0199.9/2008**, todos aprovados por unanimidade, em seguida o *Deputado Kennedy Nunes*, relatou os pareceres do *Deputado Julio Garcia*, **OF./0266.0/2009 e OF./0281.9/2009**, aprovados por unanimidade; a Presidente relatou o **OF./257.9/2009**, aprovado por unanimidade e **PL./0220.0/2008**, aprovado requerimento diligência externa, o *Deputado Genésio Goulart*, relatou os **OF./0195.1/2009, OF./0164.5/2009, OF./0152.1/2009**, todos aprovados por unanimidade e **OF./0273.9/2009**, aprovado diligência externa; a Presidente pediu vistas ao **PL./0144.5/2008**. Em considerações finais, o Deputado Kennedy Nunes, comentou sobre ofício encaminhado ao Prefeito de Itapema, referente a denúncia da ONG Olho Vivo, que sentiu desconforto com a forma da resposta do Prefeito. Aprovado encaminhamento de ofício ao Prefeito colocando as prerrogativas desta Comissão. Dando continuidade foi aprovado a confecção de quinhentas Cartilhas de adoção do GEAAF. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu,.....,Mª de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 2009.

**Deputada Ana Paula Lima**  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezesseis de setembro de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação com a presença dos Senhores deputados: Reno Caramori em substituição ao deputado Sílvio Dreveck, Círio Vandresen em substituição ao deputado Décio Góes, Darci de Matos e Renato Hinnig. A deputada Profª Odete de Jesus encaminhou justificativa para sua referida ausência, que se deu por motivo de agenda externa - fora da Sede do Poder Legislativo, junto a Região de Porto União/SC. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a Ata da 23ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente, concedeu a palavra ao deputado Reno Caramori, que relatou o PL./0248.1/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, também relatou o PL./247.0/2009, que solicita o diligenciamento, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Darci de Matos relatou MPV/00156/2009, seu relatório foi pela aprovação e converção em Lei, em discussão, foi solicitado vista em gabinete ao deputado Décio Góes. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em dezesseis de setembro de dois mil e nove.

**Deputado MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

\*\*\* X X X \*\*\*

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA, PARA DISCUTIR A SONEGAÇÃO FISCAL DO COMBUSTÍVEL ÁLCOOL HIDRATADO EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2009, ÀS 10H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, NESTA CASA.**

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Senhores e senhoras, bom-dia.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública proposta pelo deputado Edison Andrino, com o objetivo de debater a sonegação fiscal do combustível álcool hidratado em Santa Catarina.

Convido para tomarem assento à mesa, além do deputado Edison Andrino, proponente desta audiência pública, o senhor Anastácio Martins, diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, neste ato representando o secretário de Estado da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni; o senhor Alexandre Reinaldo de Oliveira Grazziotin, promotor de Justiça, neste ato representando o Ministério Público estadual; o senhor Adriano José Matias da Silveira, vice-presidente do Sindicato de Revendedores Varejistas de Combustíveis de São José e Região (Sindicomb); o doutor Paulo Neves, diretor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, neste ato representando o secretário dessa Pasta.

Registro a presença de alguns colegas da Secretaria da Fazenda que atuam nessa área de combustíveis; dos empresários do setor de combustíveis; dos dirigentes de entidades.

Gostaria de dizer da pertinência desta discussão que vamos fazer hoje aqui, por proposição do deputado Edison Andrino. Eu já tive a oportunidade de estar à frente da Diretoria de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, e sempre tivemos grande preocupação com a evasão fiscal no setor de combustível pela grande dificuldade que se tem de combater esse problema, já que se trata de um produto extremamente líquido que evapora rapidamente e, por isso, tem condições de tomar outros caminhos de forma muito rápida.

Outra dificuldade é a questão da fronteira seca com o Estado do Paraná. Muitas vezes, na Secretaria da Fazenda, discutimos com o setor formas de combater esse tipo de evasão fiscal, que é, na verdade, uma concorrência desleal que traz muitas dificuldades para a Secretaria da Fazenda e extremas dificuldades para os empresários que atuam nesse setor.

A Secretaria da Fazenda sempre teve uma preocupação muito grande com isso, tanto que um dos primeiros grupos de fiscais especialistas criados foi justamente o da área de combustíveis e lubrificantes. A Secretaria da Fazenda tem se dedicado a esse combate, e a dedicação dela é muito forte, tanto que no ano passado isso resultou na tentativa de assassinato de um dos colegas fiscais que trabalham nessa área, fruto do trabalho que vinha sendo realizado e da dificuldade que estava trazendo para os sonegadores.

É importante destacar que a Secretaria da Fazenda anunciou na data de ontem uma série de medidas, como a parceria com o Ministério Público, com a Polícia Civil, reforçando esse trabalho, e não tenho dúvida nenhuma que daqui para frente as coisas tendem a caminhar melhor. Mas é fundamental, importante e decisivo que os empresários do setor de combustíveis atuem nessa parceria, porque

quem tem o maior número de informações e pode subsidiar muito o trabalho do Fisco, do Ministério Público e da Polícia Civil com essas informações é o setor empresarial.

Nesta oportunidade, gostaria de destacar que é fundamental que os empresários do setor tenham essa leitura e a coragem de denunciar e descrever como é feita a operação, porque com essas informações na mão, sem dúvida nenhuma o fisco pode agir melhor e dar grande contribuição para melhorar o trabalho que vai ser realizado por ele juntamente com as demais entidades nessa força-tarefa que está sendo montada para combater esse tipo de evasão fiscal.

Passo agora a palavra ao deputado Edison Andrino, proponente desta audiência pública, para as suas considerações iniciais.

Antes de ele iniciar sua fala, gostaria de informar que quem desejar fazer uso da palavra, que faça a sua inscrição com o pessoal de apoio, para depois a gente poder dar prosseguimento aos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO (SC)** - Cumprimento o deputado Renato Hinnig, que preside esta audiência pública e é membro da Comissão de Economia da Alesc; os representantes do Ministério Público, da Secretaria da Fazenda, do Sindicato de Combustível aqui da região; todos os empresários e demais autoridades aqui presentes.

Esse segmento do combustível já se reuniu várias vezes nesta Casa para discutir questões referentes a combustível. Nesta sala mesmo tivemos muitas audiências públicas para discutir uma série de questões que envolvem esse setor importante da economia de Santa Catarina. Talvez seja o segmento que mais emprega no Estado, que mais paga tributo, já que é responsável, segundo levantamento da Secretaria da Fazenda, publicado nos jornais de hoje, por mais de 20% da receita do ICMS do nosso Estado. Ultimamente, temos sido procurado (eu já fui do ramo de combustível, já tive postos de gasolina) pelo setor em função da sonegação do álcool hidratado, cujo percentual é 9%. A gente não tem ideia, mas calcula-se que seja acima de 15%, 20% o álcool que entra clandestinamente em Santa Catarina, principalmente vindo de São Paulo e do Paraná. Claro que isso é uma injustiça com quem paga os tributos em dia, e não quero aqui afirmar que essa facilidade que existe - porque se tornou uma coisa comum, corriqueira - envolve outros segmentos, mas realmente tem uma série de facilidades, senão não acontecia o que está acontecendo.

Então, baseado nisso, conversamos com o deputado Renato Hinnig, fizemos um pronunciamento há três meses nesta Casa e marcamos a audiência pública, para a qual convidamos os segmentos envolvidos, os responsáveis pela fiscalização (Secretaria da Segurança, Ministério Público) e o setor que conhece profundamente essa questão. Esta semana o secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina nos comunicou que não poderia estar presente nesta audiência pública mas que mandaria o seu representante. E ontem fomos surpreendidos com uma nota de esclarecimento à imprensa por parte da Secretaria da Fazenda sobre alguma medida tomada que seriam encaminhadas a esta Casa. Ainda não chegaram aqui, mas seriam encaminhadas para cá esta semana através de um projeto de lei, que disciplinaria essa questão dos projetos de lei, para acabar com a sonegação do álcool hidratado em Santa Catarina. Eu até achei que isso seria feito aqui nesta audiência pública, que já estava marcada com antecedência, na qual discutiríamos essa questão com mais profundidade.

Mas acho que, queiram ou não, foi uma medida positiva. Pelo menos, o que nós levantamos aqui na Assembleia e o fato de ter marcado esta audiência pública provocaram o governo no sentido de sair na frente com uma medida que moraliza essa situação.

Então, para que nós possamos fazer aqui uma audiência bem objetiva, acho que o ideal, deputado Renato, é que a Secretaria da Fazenda... Porque o segmento conhece profundamente essa questão, sabe qual é o problema, quais são as medidas que a Secretaria da Fazenda elaborou ontem, as quais vão ser encaminhadas através de dois projetos de lei a esta Casa para que possamos discutir se são medidas que resolvem ou não essa questão da sonegação do álcool hidratado.

Portanto, sugiro a V.Exa. que primeiro fale aqui a Secretaria da Fazenda no sentido de trazer a esta Casa as medidas tomadas - eu, particularmente, as desconheço - para ver se são medidas que podem acabar com a sonegação do álcool hidratado.

Aproveito a oportunidade para convidar a deputada Ada De Luca para também fazer parte da mesa.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Muito obrigado, deputado Andrino.

Antes de passar a palavra ao senhor Anastácio Martins, representante da Secretaria de Estado da Fazenda nesta audiência pública, gostaria de ouvir a deputada Ada De Luca.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA (SC)** - Bom-dia, senhoras e senhores; meus colegas parlamentares; demais autoridades que compõem a mesa.

Início a minha fala cumprimentando o secretário Antônio Gavazzoni, que antontem me convocou para ir até o Centro Administrativo para o anúncio das medidas que o governo ia tomar. Por

que ele me convocou? Porque há três meses eu fui procurada por algumas pessoas, elas me fizeram um relato, e eu me prontifiquei a ajudá-las. Em função disso, foi elaborado não um projeto, mas um estudo sobre o que poderia ser feito. Então, desde o início, por intermédio do sindicato e de outras pessoas, eu apresentei algumas sugestões ao secretário.

Em função da grande preocupação sobre a sonegação de impostos dos combustíveis, eu sugeri que fosse implantada a lei de cassação da inscrição estadual para sonegadores e a cobrança de garantia para as novas concessões; a perda dos produtos em estoque, em caso de sonegação; a criação de um convênio com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para que a Secretaria da Fazenda passe a ter os poderes daquele órgão em fiscalizar, aplicar multas e fechar estabelecimentos; o recadastramento das distribuidoras e dos postos de combustíveis no Estado; a criação de uma força-tarefa para fiscalização e auditoria; a criação, dentro da Secretaria de Estado da Segurança, de uma delegacia tributária, com policiais civis e militares treinados para fiscalizações rigorosas quanto à adulteração e sonegação de impostos na área de combustíveis; o uso da nota fiscal para cruzamento de dados, com informações sobre vendas e controle de estoques em tempo real; a realização de operações mensais de fiscalização nas distribuidoras estabelecidas no Estado.

Os cofres de Santa Catarina têm tido um desfalque enorme com a sonegação fiscal no setor de combustíveis. Revendedores e distribuidoras desonestos representam imensa perda para o Estado, já que 20% do ICMS arrecadado vem dos combustíveis e lubrificantes. As empresas que pagam impostos perdem dinheiro, e principalmente os consumidores são prejudicados quando abastecem seus carros com produtos adulterados. Reduzindo-se a operação, reduz-se a sonegação.

Diversos Estados já estão combatendo duramente a evasão fiscal com medidas semelhantes a que estamos ou estaremos abraçando todos juntos, unidos. O Estado de São Paulo, por exemplo, deixava de recolher 1 bilhão de reais por ano por causa da sonegação de impostos, e adotou medidas enérgicas para reverter esse roubo aos cofres públicos.

Outros Estados, como Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, entre outros, já têm convênios firmados com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para endurecer a fiscalização no transporte, distribuição, revenda, comercialização e controle da qualidade dos combustíveis.

Santa Catarina não pode ficar de fora. O nosso Estado não pode ser omissor, fechar os olhos para o problema e perder a arrecadação em tempos tão difíceis. Os impostos sonegados são recursos que deixam de ser investidos em benefício dos catarinenses.

Com essa atitude corajosa que Santa Catarina, que o governo catarinense estará tomando, ou seja, fechando as divisas e com marcação cerrada sobre adulteradores de combustíveis e sonegadores de impostos, todos os catarinenses serão beneficiados: o Estado aumentará a arrecadação, os empresários verão o fim da concorrência desleal e o consumidor terá garantido o direito de comprar combustível de qualidade.

Vou ficar atenta a esse projeto e aos projetos do governo que virão para a Assembleia e dar todo o apoio necessário para que ações efetivas sejam implantadas em nosso Estado para acabar de vez com a sonegação pelo setor de combustíveis.

Para encerrar a minha fala - até porque nem poderia ter vindo, tenho um compromisso agora às 10h30min -, vou repetir uma coisa que gostaria que todos gravassem bem. A frase não é minha, mas eu a achei excelente, é do auditor fiscal Almir Gorges. Segundo ele, estamos aqui hoje, deputado Andriano, deputado Renato e demais autoridades, por uma única coisa: discutir o direito de sermos corretos.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigada, deputada Ada.

Consulto a assessoria se o PowerPoint já está em condições de ser utilizado. (Pausa.)

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ADA DE LUCA (SC)** - Deputado Renato, sou obrigada a me retirar, mas antes gostaria de parabenizá-lo, bem como os parlamentares, as autoridades que aqui compareceram e principalmente vocês, os maiores interessados.

Um bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - V.Exa. está dispensada.

Passo a palavra ao senhor Adriano José Matias da Silva, vice-presidente do Sindicato de Revendedores Varejistas de Combustíveis de São José e Região (Sindicomb), para as suas considerações.

**O SR. ADRIANO JOSÉ MATIAS DA SILVA** - Bom-dia a todos.

Gostaria de agradecer a presença das autoridades e dos demais participantes.

Nós, da revenda, sempre enfrentamos esse problema. Desde que a Petrobras passou a não intervir mais diretamente na comercialização do álcool, comprando dos usineiros e revendendo para as distribuidoras, começou a haver evasão fiscal. Com a baixa do uso do

álcool, isso aí ficou relativamente concentrado em 20%, 30%, que era a questão. Então nós, praticamente, como estava sendo impossível de trabalhar nisso, estávamos quase que abandonando o álcool e deixando isso para os sonegadores e para quem era conivente com esse estado [de coisas]. Com o advento do carro flex, nós não podíamos de jeito nenhum, apesar de nossos esforços anteriores também para coibir essas práticas... Hoje a tendência é que em um ou dois anos o álcool hidratado passe a ser 80% da venda (entre gasolina e álcool) para veículos de passeio. Então, isso está nos inviabilizando pela concorrência desleal que causa.

Além dessa concorrência desleal, isso causa para a sociedade uma grande perda, porque se o imposto não é arrecadado, alguém fica com esse dinheiro. Porque independentemente do preço que ele venda, que nos torna fora de concorrência pelo fato de o preço ser aviltante, eles... O imposto teria que ser arrecadado porque tem uma base de cálculo fixa, certo? Então, alguém está levando esse dinheiro. E não só o dinheiro do Estado como também o dinheiro federal, porque o PIS/Cofins chega na base de R\$ 0,12 por litro, o que torna ainda mais grave, porque, além de tudo, não é só o Estado que está perdendo nisso, mas também o governo federal, o governo municipal e toda a sociedade.

Então, estamos aqui porque precisamos que esse problema seja resolvido. Realmente a legislação tinha alguns problemas, e estão sendo corrigidos, mas acho que o principal problema não é a legislação, é o modo operante. A Secretaria faz a sua parte, e algumas vezes tem alguma dificuldade, mas nós precisamos que isso seja modificado e atualizado, pois ainda está deixando brechas que, acredito eu (e digo eu porque ninguém sabe ao certo), passe de 40% o álcool que entra em Santa Catarina com alguma espécie de evasão fiscal, principalmente no litoral, que fica perto, pois, como disseram as autoridades aqui, os outros Estados estão apertando. Assim, está ficando mais fácil trazer por Santa Catarina, até pela fronteira seca, e com a mudança de unidade fiscal, fica mais fácil de haver essa sonegação.

Eu só digo o seguinte: acho que nós poderíamos começar a desconfiar quando o álcool chega... Hoje sabemos que há várias distribuidoras trabalhando (até nós botamos o nosso pequeno documento aqui) a base que sai da usina hoje a R\$1,37. É fácil, é só telefonar para várias distribuidoras que estão operando abaixo desse valor. Um dia, dois dias, ainda podem dizer que há a questão da concorrência, a questão de manter o mercado; agora, isso vem de vários e vários anos, então, não acho que seja possível alguém trabalhar e ganhar um bom dinheiro, como se sabe que estão ganhando, se as informações são essas. Se há, alguém deve estar estranhando, porque hoje, no mínimo, estamos pagando de R\$ 0,6 a R\$ 0,8 acima disso nas distribuidoras reconhecidas pelo mercado.

Há uma grande diferença - que existe até um pouco na gasolina, mas principalmente no álcool - que está tornando inviável o setor, e aí vai acontecer como aconteceu em vários Estados, em que agora estão procurando coibir essa prática: até o crime organizado está assumindo o nosso setor.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigada, Adriano.

Gostaríamos de ouvir agora o doutor Alexandre Reinaldo de Oliveira Grazziotin, promotor de justiça.

**O SR. PROMOTOR ALEXANDRE REINALDO DE OLIVEIRA GRAZZIOTIN** - Excelentíssimo doutor deputado Renato Hinnig, presidente desta Comissão; excelentíssimo senhor deputado Edison Andriano, digníssimo proponente desta audiência pública; senhor Anastácio Martins, representando o senhor secretário da Fazenda; Adriano, do sindicato; delegado Neves, representando o secretário da Segurança Pública; demais autoridades, senhores empresários, senhoras e senhores, o Ministério Público foi convidado a participar desta audiência e não poderia deixar de vir por conta de conhecer e de estar atento a esse problema muito grave da sonegação de uma parte muito significativa de impostos que prejudicam a nossa sociedade. Infelizmente o procurador-geral de Justiça e o nosso coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, doutor Rafael de Moraes Lima, não puderam comparecer porque estão viajando, mas solicitaram que eu aqui me fizesse presente.

Não é de hoje que o Ministério Público vem atuando em parcerias e vem atuando na área da sonegação, há muito tempo isso vem acontecendo, desde a época da doutora Márcia, do doutor Rizelo, que inclusive mandou um abraço para o deputado Renato. E ultimamente, no setor em que eu trabalho, a gente vem exercendo uma força-tarefa junto com a Secretaria da Fazenda, com o Fisco, com a área da inteligência, e notamos que o nosso Estado, infelizmente, nos últimos quatro anos não tem adotado posturas no combate às práticas de crimes contra a ordem tributária - são raras, são raríssimas as ações da Justiça nessa seara.

Porém, isso tudo tem a ver também com a nossa legislação federal, que é omissa, que é fraca quando conceitua a sonegação fiscal não como um crime, e sim como uma falta de recolhimento, mas isso

não é desculpa para nós não atuarmos. É de bom grado que se avalie aqui as propostas dos ilustres deputados no sentido de que a Polícia Civil constitua uma força-tarefa, constitua uma delegacia da ordem tributária, porque quanto mais pessoas estiverem envolvidas nessa área, melhor, pois quem sabe assim consigamos, com mais eficácia, combater essa sonegação.

Nós estamos aqui mais para ouvir o empresariado e as propostas da Secretaria da Fazenda, mas ao mesmo tempo também para colocar o Ministério Público à disposição, como um parceiro, como alguém que estará sempre combatendo, seja a adulteração de produto na área do consumidor, seja a sonegação, infelizmente gritante, principalmente na área do combustível de álcool. O nosso objetivo é efetivamente estar como parceiro para qualquer iniciativa da Secretaria da Fazenda, da Polícia Civil, da Secretaria da Segurança, no sentido de tentar colir essas práticas, que não são muito simples, não são muito fáceis.

Lógico que algumas medidas importarão em dificuldade, e a gente sabe - o Carlos Henrique está aqui e com ele já tivemos a oportunidade de tratar em outras reuniões, assim como com o Pickler, que era o antigo coordenador da Secretaria da Fazenda - que os meios de sonegação são cada vez mais criativos e a forma para combater isso não é muito simples, precisamos de esforços, de aparelhamento do Estado, de vontade e, principalmente, de uma legislação mais rígida, principalmente com a inserção de distribuidoras que não têm a mínima condição de se estruturar no nosso Estado, pois são pequenas salas, pequenas locações, sem a mínima condição de armazenamento. Isso eu acho que tem que ser alterado.

Mas, como eu disse, estamos aqui para ouvir, para contribuir no que pudermos e para dizer que somos parceiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigado, doutor Alexandre.

Passo a palavra agora ao doutor Paulo Neves, para as suas considerações.

**O SR. PAULO NEVES** - Gostaria de cumprimentar o deputado Renato Hinnig, o deputado Edison Andriano, o Anastácio, o doutor Grazziotin, o Adriano, e não poderia deixar de cumprimentar também o delegado Anselmo, que faz parte do grupo de repressão ao crime organizado.

A Secretaria da Segurança se pôs como parceira da Secretaria da Fazenda e assim será, efetivamente. Concretamente nós já disponibilizamos ao secretário da Fazenda, assim que houver necessidade, policiais militares que serão treinados para acompanhar os fiscais, bem como policiais militares rodoviários que também receberão capacitação para que nas estradas possam fazer a fiscalização.

Na área da Polícia Civil foi criado o Greco, que é o Grupo de Repressão ao Crime Organizado, que tem como principal trabalho o combate à sonegação fiscal, e neste momento na área de combustíveis - por isso o doutor Anselmo está também acompanhando esta audiência. Essa equipe trabalhará diretamente com a Fazenda, até porque nós entendemos que aquele sonegador, ao deter o recurso que deveria ser repassado ao Estado, acaba transformando esse recurso teoricamente ilícito num ativo lícito, podendo inclusive cometer lavagem de dinheiro. E aí é que esse grupo entrará para trabalhar, fazendo o desenvolvimento de suas atividades.

Então a Secretaria da Segurança, através das suas polícias, estará presente neste trabalho com muita efetividade.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigado, doutor Paulo Neves.

Agora passo a palavra ao senhor Anastácio Martins, diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, representando o secretário Antônio Marcos Gavazzoni.

**O SR. ANASTÁCIO MARTINS** - Bom-dia, deputado Renato Hinnig, presidente desta Comissão, deputado Edison Andriano, que convocou a presente audiência, doutor Grazziotin, do Ministério Público, Adriano, aqui representando o segmento dos comerciantes de combustíveis, e doutor Neves, delegado e diretor-geral da Secretaria da Segurança, eu me faço aqui acompanhar do Carlos Henrique e do Alexandre, que são auditores fiscais da Fazenda estadual, respectivamente coordenador e subcoordenador do Grupo de Especialistas em Combustíveis e Lubrificantes, que acompanham as atividades desse segmento e conhecem profundamente seu *modus operandi*.

A Secretaria da Fazenda prepara algumas medidas que deverão ser encaminhadas a esta Casa até a próxima sexta-feira com o intuito de, além de combater a sonegação, obviamente lançar a perspectiva de aumento da nossa arrecadação.

Inicialmente eu queria colocar que a participação do setor dos combustíveis no volume de arrecadação do Estado hoje representa um quinto do total, portanto 20%, sendo que no passado representava 26%. Mas essa modificação não decorreu única e exclusivamente da ampliação da sonegação nesse segmento, ela decorreu também da recomposição de outras áreas que tiveram aumento de suas atividades e que, por consequência disso e pelo próprio acompanhamento da

Secretaria da Fazenda, tiveram aumentada a sua participação no volume total do que nós arrecadamos.

Então, essa queda de 26% para 20% não significa que seja única e exclusivamente em função do aumento da sonegação desse segmento, porque ela ocorre há muito tempo. É curioso nós, da Fazenda, estarmos dizendo isso, mas o contribuinte sempre busca um meio novo de praticar sonegação; a gente fecha uma porta, ele abre outra e nós vamos sempre procurando aprimorar nossas técnicas de fiscalização, de sorte que a gente consiga combater com mais eficiência e eficácia a evasão e a sonegação.

O que eu vou apresentar hoje aqui também foi objeto de apresentação pelo secretário da Fazenda em coletiva ontem com a imprensa, que também contou com a participação do segmento empresarial dos combustíveis.

*(Procede-se à exibição de imagens.)*

São várias medidas a serem tomadas, e a primeira delas é um projeto de lei contendo critérios mais rígidos para a concessão e a própria manutenção da inscrição, de sorte que a gente consiga senão colir completamente, pelo menos criar um grau de dificuldade muito grande para aqueles que para cá se dirigem com o intuito de não cumprir com suas obrigações tributárias.

Uma das propostas que vai constar no projeto é que o contribuinte, considerando efetivamente o seu passado tributário... porque em princípio não podemos suspeitar de todos que pretendem se instalar com essa atividade aqui em Santa Catarina. Nós, na realidade, vamos exigir garantia real ou fidejussória para a instalação de novas distribuidoras em Santa Catarina, como eu coloquei, considerando o passado do contribuinte. Ora, se nós tivermos um contribuinte que opere em outros Estados e que o seu histórico recomenda que a inscrição seja concedida sem as exigências extraordinárias, assim será procedido. Mas em princípio haverá essa mudança quanto à concessão de inscrições, aliás, um procedimento que já é adotado em vários outros Estados da Federação.

Vamos encaminhar um projeto de lei instituindo também o perdimento por não conformidade, que esperamos seja embasado no Código de Defesa do Consumidor, visto que o consumidor é o grande prejudicado quanto à não conformidade do combustível por adulteração, seja adicionando água no álcool ou solvente na gasolina. Nós temos dificuldade em enquadrar perdimento por conta da sonegação, porque uma vez pago o tributo daquela operação, ao Fisco resta pouco a fazer. Então tem que ser uma operação casada com o Ministério Público e com o Procon. A ideia é que o produto apreendido por ser irregular seja eventualmente utilizado pela polícia, enfim, o Estado vai ter que dar a ele alguma destinação.

O projeto prevê também a cassação de inscrição quando o contribuinte fraudar o combustível e mesmo quando também sonegar. Nós tivemos recentemente o cancelamento de quatro inscrições de distribuidoras que não cumpriam com a sua obrigação, ou seja, recolhiam impostos.

É preciso destacar que as empresas aqui se estabelecem, começam a operar e o Fisco, com certeza, não tem condições de ficar na porta de cada distribuidora diuturnamente para ver se tudo o que entra e o que sai tem nota fiscal. É um trabalho feito de acompanhamento e periodicamente faz-se uma conferência da documentação. Mas aí acaba que lançam valores bastante significativos e esses contribuintes simplesmente desaparecem, surgindo depois com outra empresa que atua regularmente no mercado, voltando a realizar a mesma prática.

Então a ideia é aperfeiçoar o sistema de concessão e de manutenção de inscrição. Isso, particularmente para o setor de combustível, deverá levar, vamos dizer assim, senão à eliminação completa, mas a aumentar em muito o grau de dificuldade para que esse tipo de prática não venha a se repetir.

Nós realizamos também controle dos emissores de cupom fiscal e encerrantes - o pessoal que é do setor sabe o que significa -, que na realidade é a verificação do quanto foi abastecido no dia a dia de cada tipo de combustível. E a ênfase especial é para aqueles postos que de certa forma estão na nossa lista negra como adquirente de combustíveis de origem duvidosa ou que praticam a adulteração de combustíveis.

Também está em vias de ser assinado com a Agência Nacional do Petróleo um convênio em que a Fazenda assumiria a responsabilidade pela verificação quanto à qualidade e quanto às bandeiras, com competência para então determinar o fechamento dos postos que não cumpram essas obrigações.

Nós já temos um convênio com o CSQC (Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis) de muitos anos, nosso parceiro no que toca à avaliação da qualidade dos combustíveis, e foi colocado ali *(aponta para o texto)* como renovação de convênio, mas na realidade fomos verificar e ele tem ainda um bom tempo de vigência pela frente. Mas ele vem sendo renovado ao longo dos anos, porque tem se mostrado bastante interessante para a Fazenda.

Vamos restabelecer a Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, que tem como função principal controlar a circulação de mercadorias, tanto internamente quanto aquelas que

ingressam ou saem do Estado de Santa Catarina. Essa gerência estava desativada há mais ou menos dois anos, inclusive estamos terminando agora de atualizar o nosso regimento interno, de sorte que nós acreditamos que ainda esta semana já teremos escolhido o seu novo titular, e aí faremos planos de trabalho para que possamos com mais eficiência e eficácia combater a sonegação, particularmente em alguns setores, e entre eles o combustível, pela importância que esse segmento tem na arrecadação.

Vamos também realizar fiscalizações em postos móveis, deslocando equipes para determinados pontos, de sorte que o contribuinte tenha dificuldade de entrar no Estado apenas desviando dos postos fixos que temos hoje na divisa com o Paraná. Nós temos uma grande dificuldade, porque com o Paraná nós temos mais de oitenta ligações rodoviárias, e até foi colocado ontem lá na audiência que o governo do Estado, quando pavimenta um acesso ao Paraná, aumenta o nosso grau de dificuldade para controlar a circulação de mercadorias, porque é impossível que a gente venha a ter oitenta postos na divisa. Quanto a isso não há a menor condição.

Nesse aspecto de controle com o Paraná, nós estamos em conversações com a área tributária de lá para que se façam também operações conjuntas na divisa, até porque normalmente quem traz o álcool para Santa Catarina não recolhe ICMS aqui e também não recolhe lá. Então a gente vê que é possível, numa ação conjunta, os dois Estados terem ganho na arrecadação.

Nós realizamos experimentalmente, agora nos últimos quinze dias, o monitoramento, com a participação da Polícia Militar, de postos suspeitos de receberem combustíveis adulterados ou de estarem sem o pagamento do tributo. Particularmente aqui em Florianópolis a Polícia Militar ficava controlando todos os veículos transportadores de combustíveis que ingressavam na Ilha e saía um policial acompanhando esse veículo até o local onde ele seria descarregado, e se fosse um daqueles postos suspeitos, então o policial, através de rádio, comunicava a Secretaria da Fazenda, que para lá se dirigia para verificar a regularidade daquela operação. Essa modalidade foi feita experimentalmente aqui, em Joinville e em Tubarão.

Em relação às distribuidoras flagradas em fraude ou sonegação, como eu coloquei, nós cancelamos quatro inscrições e bloqueamos a emissão de nota fiscal eletrônica de uma delas, que continua em atividade porque nós não temos condições de simplesmente ir lá e cancelar a inscrição sem que tenhamos provas suficientes para adotar medidas dessa natureza. Não basta achar e saber, tem que provar, e às vezes entre achar, saber e provar, leva um tempo.

Sobre uma das distribuidoras que continua ativa no mercado e sobre a qual a Fazenda já tem fortes indícios de sonegação, nós bloqueamos a nota fiscal eletrônica, quer dizer, ela tem que emitir nota papel e sobre essa nota papel é posto um carimbo constando que aquele documento só serve para acobertar transporte de mercadoria se junto dele estiver o documento de arrecadação. Com essa modalidade de controle, nós vamos atribuir ao posto de gasolina que receber essa mercadoria sem o pagamento a responsabilidade solidária, ou seja, nós vamos notificar o vendedor e o comprador. Essas são medidas que nós vimos adotando e que levarão, com certeza, à redução da sonegação nesse segmento.

Nós temos hoje em Santa Catarina um dos menores quadros de fiscais de todo o Brasil. O nosso Estado, territorialmente, não é amplo, mas a nossa economia é muito forte, é a sexta ou sétima do Brasil, e o nosso número de fiscais proporcionalmente é muito pequeno. Nós temos um quadro de 550 fiscais, dos quais 114 cargos estão vagos. Então, por conta até da reativação dessa Gerência de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, nós estamos em vias de lançar, já na próxima semana, um edital de concurso público para a admissão de novos fiscais, e estamos programando que isso deverá estar concluído até o final de outubro, primeira quinzena de novembro, para posterior treinamento, nomeação e posse em seguida. Nós imaginamos, na pior das hipóteses, que em janeiro de 2010 teremos o reforço de mais cem fiscais.

Inicialmente eles irão ser lotados nos locais de maior vulnerabilidade, particularmente na fronteira norte, porque como todos sabem, quando da resolução do Contestado, não conseguimos ficar com o rio como divisa, tivemos que ceder parte ao Estado do Paraná, e por isso temos fronteira seca em praticamente toda a extensão do nosso território. Como eu coloquei antes, temos mais ou menos oitenta passagens com boa qualidade de trafegabilidade, o que permite, hoje, a escolha de rotas alternativas por aqueles que querem adentrar ao Estado sem a devida documentação ou sem o pagamento de imposto.

Como eu coloquei, esses postos móveis que nós vamos montar nos próximos meses terão em torno de quinze veículos leves, equipados, com meio de comunicação adequado, inclusive com gerador de energia, para que possam atuar mesmo em locais onde não há energia elétrica, e com sanitário, para que a pessoa possa montar acampamento onde for necessário, mas veículo de porte tal que permita também um rápido deslocamento para outros locais.

Há também o plano de a gente estabelecer uma espécie de cerca eletrônica na divisa com o Paraná, para permitir o monitoramento no trânsito de veículos, principalmente de cargas, de sorte que a gente possa conhecer o *modus operandi* dos veículos que por ali transitam. E para isso a informática é que vai estabelecer as rotinas e a necessidade de deslocamento, em função da reincidência de passagem daquele veículo por aquela rodovia.

Recentemente teve uma reportagem sobre uma operação feita pela Receita Federal, na qual eles colocaram câmeras em vários pontos da rodovia de acesso à Foz do Iguaçu. Essas câmeras liam as placas, armazenavam e transformavam isso em dados e eles começaram a verificar que determinados veículos iam para a Foz pelas rodovias melhores, vamos dizer assim, pelas BRs, e não retornavam. Aí concluíram que se não retornavam não é porque tinham desaparecido, obviamente, mas que retornavam por outro caminho, desviando dos postos de controle. Com esse monitoramento, eles conseguiram identificar em qual trecho o veículo parou - ele passava por várias câmeras e em determinado momento não passava mais. Então, a partir daí, eles desencadearam a operação para pegar esses veículos já prontos para retornar com cargas trazidas do Paraguai.

Estou dando isso como exemplo para dizer que é possível fazer muita coisa. Tem-se a ideia de, no futuro, mediante convênio com as operadoras de pedágio, ter o controle da passagem de veículos, porque a partir do ano que vem todos os veículos terão que ter na sua carroceria ou na parte em que transporta mercadoria - quando se trata de veículo articulado, as carretas, por exemplo - um código de barra que vai permitir a leitura na passagem. Então, é possível detectar onde o veículo entrou e onde ele vai sair.

Com um trabalho de qualidade é possível a gente apurar a sonegação de forma mais rápida, combatê-la de forma mais eficaz e no momento em que está acontecendo, de sorte que leve ao contribuinte a insegurança quanto a transitar sem os documentos fiscais necessários.

Vamos proibir também - e já sabemos que vamos ter algumas dificuldades talvez de ordem legal, por conta de ações judiciais - a utilização de bombas mecânicas nos postos situados em Santa Catarina, inclusive com (*inaudível*) de cronograma para a substituição das atuais. É fácil adulterar o encerrante da bomba mecânica - fazendo uma comparação, para quem não é do setor de combustível, é como os veículos de antigamente, que tinham o hodômetro mecânico, que hoje é eletrônico. Era muito mais fácil adulterar o mecânico, reduzindo a quilometragem de cada veículo, não que o eletrônico não seja possível, mas vai ter um grau de dificuldade maior.

Nessa fiscalização de mercadoria que a gente está redesenhando vamos criar também canais de triagem nos postos fiscais. Determinados tipos de produtos ou de veículos transportadores serão separados do conjunto para uma verificação mais detalhada. Por exemplo, nós poderíamos separar num posto todos os veículos-tanques e a partir daí fazer a triagem. Se for da Petrobras, libera, porque sabemos que ali não encontraremos problema em relação aquilo que estávamos tentando combater, bem como se está transportando leite, vinho, você pode liberar, mas você vai conseguir barrar a entrada de combustível sem a documentação fiscal ou adulterada ou de contribuintes que não cumprem com o recolhimento do imposto.

A ideia é levar ao sonegador a insegurança. Nós precisamos que ele tenha receio de passar por ali. No posto fiscal de Garuva passam milhares de veículos por dia, o que torna impossível - com qualquer contingente de fiscais que se tenha - verificar todas as cargas. É humanamente impossível, não há contingente de fiscais que consiga dar conta dessa tarefa. A ideia é a gente trabalhar de forma seletiva, identificando produtos e veículos pela sua característica. Assim, a fiscalização poderá fazer mais facilmente a conferência tanto da mercadoria transportada quanto do documento que a acompanha.

Estreitamente das relações com as entidades representativas do setor para periodicamente realizar análise da situação, elaboração de plano de trabalho voltado ao combate à sonegação e à adulteração de combustíveis. Essa é uma prática que a Fazenda adota há muitos anos, inclusive quando foi iniciado, o nobre deputado Renato Hinnig era diretor de administração tributária, cargo que hoje eu ocupo.

Então, nós temos esse relacionamento com as entidades que representam não só o segmento de combustível, mas atacadista, gráfico, contabilista, enfim. Todo segmento organizado que se aproxima da Fazenda em busca de solução de problema dentro da normalidade, da legalidade, é sempre muito bem-vindo, e temos feito parcerias bastante produtivas para ambos os lados, tanto para o segmento representado quanto para a própria administração pública.

Nós estamos em via, não só Santa Catarina, porque esse é um programa em nível nacional, de implantar o PAF-ECF, o Programa Aplicativo Fiscal, que funcionará interligado diretamente com a Secretaria da Fazenda. Onde os meios de comunicação permitirem, isso poderá ser *on line*. Quer dizer, emitiu o cupom fiscal, e aí não é só para postos de combustíveis, é para toda a rede varejista, na realidade... Hoje nós já temos a nota fiscal eletrônica, que é em tempo real também. Emitiu a nota, a Fazenda já sabe. Nós vamos implementar

isso para o varejo. Então, se abasteceu o veículo, emitiu o cupom, a Fazenda imediatamente recebe os dados desse cupom não só com o valor da operação, mas com o tipo de combustível que foi abastecido e a quantidade. Isso, em pouco tempo, com o desenvolvimento desse estímulo, vai nos permitir inclusive o acompanhamento de estoques. Quer dizer, se o posto recebeu cinco mil litros de álcool, ele não vai poder vender oito, vai vender apenas cinco, se não recebeu uma nova carga. Isso vai levar também a que a gente consiga acompanhar aqueles contribuintes que eventualmente vêm recebendo combustível e não registram a sua entrada por várias razões: ou porque veio sem nota ou porque veio de uma distribuidora que por várias razões não é tida como idônea ou porque ele mesmo, eventualmente, não queira registrar a operação.

Quando não puder cruzar entrada e saída, a entrada eletrônica vai nos dar essa informação, e isso é instantâneo; a saída é quando ele efetuar a venda. Esse programa foi desenvolvido em nível nacional, mas baseado em Santa Catarina, por conta de alguns auditores fiscais que temos que hoje são especialistas reconhecidos nacionalmente no que toca a emissores de cupons fiscais.

Nós temos também na Fazenda o que chamamos de Gapef, que é o Grupo de Análise e Pesquisa Fiscal, que atua em conjunto com o Ministério Público, com a Polícia Civil e com a Polícia Militar, através da P2, se não estou equivocado. Nós temos então três fiscais, dois delegados e vários policiais da P2 que fazem esse trabalho de inteligência fiscal, buscando o desmantelamento dessas quadrilhas que fraudam o Fisco estadual.

Nós vamos propor que também seja integrado a esse grupo representantes do Conselho Estadual de Combate à Pirataria, cujo projeto de criação se encontra aqui na Assembleia para apreciação e votação dos senhores deputados.

Na realidade, Santa Catarina não produz álcool. Todo o nosso álcool, 100% do nosso álcool é importado do Paraná, alguma coisa de Mato Grosso e de São Paulo. A nossa 15ª proposta é de convênio ou protocolo com os Estados produtores, de sorte que eles sejam nossos parceiros no combate a essa prática, porque se alguém manda para Santa Catarina sem nota, é porque fraudou o Estado produtor; se faz várias viagens com a mesma nota, também é porque fraudou o Estado produtor. Nós temos uma dificuldade, porque as usinas produtoras não querem ser substituídas tributárias. Se fossem, recolheriam antecipadamente, a mercadoria teria que vir para cá já com o imposto pago, de certa forma criando uma dificuldade muito grande para os que querem operar sem o pagamento. A ideia é que com esse convênio ou protocolo firmado com os Estados produtores a gente atue conjuntamente, eles buscando o imposto que lhes é devido e nós o imposto então devido por substituição tributária, que seria cobrado antecipadamente, na saída da usina.

Nós vamos também, como eu coloquei antes, adquirir alguns veículos, entre dez e quinze, devidamente equipados que vão nos auxiliar bastante no monitoramento de todas as entradas que temos, particularmente na divisa norte. É curioso, porque com a divisa sul temos poucos problemas, primeiramente porque a divisa é praticamente toda com o rio e depois porque o Rio Grande do Sul atua muito fortemente nas fronteiras. Quer dizer, a gente pode, em conjunto com o Rio Grande do Sul, dar uma olhada, mas realmente o nosso ponto fraco é a fronteira com o Paraná.

Colocamos aqui, como uma das nossas medidas, algumas ferramentas eletrônicas que permitem controlar a entrada de mercadorias, como cerca eletrônica, passagem pelos pedágios, enfim, outros mecanismos que podemos estabelecer para evitar que a mercadoria entre em Santa Catarina sem nota fiscal.

Mais a título de curiosidade, só queria registrar que no passado instalamos algumas câmeras em algumas cidades onde tínhamos postos fiscais, e normalmente sempre há algum desvio, como no caso de Garuva e de Mafra. Curiosamente o pessoal destruiu nossas câmeras de controle a tiro. A gente imagina que elas têm que ser colocadas num ponto de difícil verificação pelo transportador, porque nós já adotamos no passado medidas parecidas, em menor monta do que podemos fazer agora, mas os contribuintes acabavam destruindo os equipamentos públicos dando tiros nas câmeras, de sorte que a gente não podia controlar o efetivo ingresso desses veículos em Santa Catarina.

Essas são as medidas que a Fazenda está preparando. É compromisso do secretário que os dois projetos de lei aporem a esta Casa até a próxima sexta-feira. Apesar de que na semana que vem esta Casa entrará em recesso, estamos trabalhando para que na quinta-feira os projetos estejam prontos para serem submetidos ao governador e na sexta-feira chegarem aqui.

Essa isso que eu tinha a lhes apresentar.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Renato Hinnig)** - Antes de iniciarmos a intervenção da plenária, o deputado Andrino gostaria de fazer algumas colocações.

**O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Eu gostaria de saber do Anastácio, da Secretaria da Fazenda, por que todas as propostas são para o futuro. Nós vamos, nós vamos, nós vamos. Acho que a intenção é boa, a ideia é ótima, há um...

Eu gostaria de saber se o projeto de lei já está pronto, qual é o prazo para encaminhá-lo a esta Casa e quais as medidas concretas no sentido de ser viabilizado imediatamente. Eu sei que está cheio de propostas interessantes que provavelmente acabariam com a sonegação, mas para quando isso?

Queremos saber se tem um prazo fixado para os dois projetos de lei que vão ser encaminhados a esta Casa, quais são as medidas concretas e se tem prazo para implementá-las.

**O SR. ANASTÁCIO MARTINS** - O secretário estabeleceu como prazo que os projetos de lei estejam aqui nesta Casa na próxima sexta-feira.

Quanto às medidas concretas que tomamos nos últimos sessenta dias, quero dizer que cancelamos as inscrições de distribuidoras, porque se não houver distribuidoras para atender os postos bandeira branca, os postos que participam desse esquema fraudulento, eles não terão de quem comprar, terão que comprar de uma distribuidora honesta.

Nós cancelamos quatro inscrições, e sob uma delas a gente já tem indícios fortes de prática de sonegação, inclusive já colocamos regime de pagamento antecipado, quer dizer, a cada carga ela tem que recolher imposto por ocasião da saída, o que significa dizer que junto com a nota fiscal tem que vir o documento quitado no banco.

O posto que até então alegava que comprou da distribuidora, que o Estado concedeu uma inscrição e que quem deve recolher o imposto é ela, com essa medida do pagamento por ocasião da saída, que chamamos de Regime Especial de Pagamento Antecipado, se ele receber a mercadoria com essa nota em que consta um carimbo dizendo que ela só vale se acompanhada de documento de arrecadação (*ininteligível*) quitado, ele passa a ser também co-responsável por aquele crédito tributário.

Então, nós podemos lançar contra a distribuidora e contra o posto. Nós fizemos essas operações de monitoramento, que serão repetidas ao longo do tempo, por esses quatro meses, até que a gente tenha reforçado o nosso quadro de fiscais para ampliar essas operações.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigado, Anastácio.

Com a palavra o senhor Ricardo Harger Martins, vice-presidente de Patrimônio da Facisc.

**O SR. RICARDO HARGER MARTINS** - Bom-dia a todos.

Meus cumprimentos ao deputado Renato Hinnig; ao deputado Andrino; ao Anastácio, da Fazenda; ao Ministério Público Estadual; ao nosso sindicato e aos nossos amigos revendedores.

Além de fazer parte de uma rede de postos de gasolina, faço parte da Facisc e a represento na Junta Comercial.

Há um mês e pouco o senhor Antônio, da Junta, ligou um dia à tarde para a minha empresa perguntando se eu conhecia tal distribuidor de petróleo. Eu disse que nunca tinha ouvido falar e perguntei por que, ao que o senhor Antônio disse que ele estava abrindo uma filial. Indaguei se tinha o CNPJ dessa empresa e ele disse que sim, então fui ao site da ANP e não constava o registro. Eu disse a ele que tinha coisa errada, que pela relação alfabética não constava aquele nome nem pelo CNPJ. Então pedi que deixasse o contrato para eu dar uma olhadinha. Quando fui ver o contrato, tive até um choque, porque ele estava tirando uma filial de Porto União, que não tem base de petróleo, passando para Biguaçu - inclusive entreguei esse documento na reunião da Facisc para o senhor, bem como mais algumas coisas dessa empresa.

Então, a Secretaria da Fazenda poderia fazer o quê? Para autorização de alteração contratual (não sei se a Assembleia pode fazer essa lei ou se tem que ser a Câmara dos Deputados), primeiro tem que ir para a ANTT, que aprova aquela alteração, depois vem para Santa Catarina para registro na Junta.

Poderia restringir esse tipo de coisa, para evitar. Eu peguei o contrato, mas não pude fazer nada, tentei achar algum erro e não consegui. Pelo Código Civil, todos os dados da empresa estavam corretos. Eu não tive como impedir. De Porto União?! Não tem base de petróleo! Para quê? Para saçanagem! Tanto é que ela foi cassada pelo MP. Eu tenho até o documento, que está nas mãos do Adriano.

Então, quem é cassado pelo MP não pode ter registro. Ela não existe, é fantasma. Inclusive fui pesquisar essa empresa e vi que começou em São João Batista, foi para o interior do Paraná, abriu filial em Alagoas, Bahia, Minas, um monte de coisa, só que eu não consegui ver o Sintegra, pelo CNPJ dela eu não consegui ver se ela tinha inscrição estadual. Não apareceu em nenhum lugar.

Eu estive em São Paulo ontem quase o dia inteiro e sabem o que eles fazem lá? Além de cassar a inscrição estadual, vem junto o Procon, o Ministério Público e arrancam as bombas, levam para um depósito, lacram com concreto o posto e "deu pra bola", ali não abre mais nada, a não ser que o cara consiga na Justiça.

Eu acho que tem que ser radical, pois já estamos mais ou menos há cinco ou seis anos nessa ladainha. O negócio não é pegar "a" ou "b". Isso é uma máfia que tem no Brasil, é máfia de bandido, tanto é que houve um caso aqui em Itajaí em que balearam o carro de um fiscal. É máfia, não é uma empresinha, é uma máfia das grandes! Então, tem que estar junto a Polícia Federal, porque não é só pegar um caminhãozinho, é realmente fazer uma investigação para pegar de uma vez essa máfia, que não é uma coisa pequena, não. Não pensem que é uma empresinha que faz isso, isso é uma máfia que vem há muito tempo sonegando em Santa Catarina.

Outra coisa: restringir, através do CPF dessa que foi cassada, o ICMS. Pode ser feito um convênio com a Junta e quando entrar qualquer empresa nova que tem aquele CPF daquela pessoa ela fica restringido até ela acertar, porque vai ter que pegar nova inscrição estadual realmente. Acho que isso pode ser feito, é viável, a não ser antes de abrir uma filial ou transferir filial da ANP, que acho que é

legislação federal, DNRC. É o Código Civil que rege essas empresas hoje em dia, então não sei se pode ser feito. E também restringir a abertura de filiais. Acho que pode ser feita uma lei estadual, já que está sendo mexido, dizendo que onde não tem base de petróleo não pode ter filial de companhia. Desculpe, mas por que vai ter filial de companhia se não tem base de petróleo? Para quê? Para o cara ter um escritóriozinho? Ai os caras fazem aquele rolo, transferem para a filial, que no fim não é para a filial, e depois repassam para os outros.

Também outra coisa muito preocupante, secretário: cotas de óleo diesel marítimo. Eu tive em mãos um relatório. Aqui em Itajaí tem barco que se ficar dez anos com o motor ligado dia e noite não gasta a cota do ano. Esse óleo diesel está sendo desviado, e bem desviado, inclusive.

**O SR. ADRIANO JOSÉ MATIAS DA SILVEIRA** - Só uma observação: Chapecó tem uma grande cota de óleo diesel marítimo também. É meio estranho uma cidade do interior ter a maior cota...

**O SR. RICARDO HARGER MARTINS** - Lá se pesca baiacu no rio Uruguai - e dá muito, deve ter uns cinquenta barcos pegando peixe lá, é tudo sacanagem.

Até uma vez eu fui de ônibus para Foz do Iguaçu, numa excursão durante o dia - nunca tinha ido, sempre fui de avião - e fiquei surpreso ao ver que de Curitiba a Foz do Iguaçu deve ter uns vinte a trinta postos grandes fechados. Por quê? Porque não aguentaram a concorrência desleal do óleo diesel. E aqui no Estado está acontecendo a mesma coisa. Eu pagava o óleo diesel aqui a R\$1,94 e vi no Paraná o cara vendendo a R\$1,90. É impossível um negócio desses. Não é só o álcool, não!

O pessoal da BR-101, da BR-116 (Renato, você que viaja muito pode procurar) está penando. Por quê? Está havendo uma grande sonegação e é desvio do óleo diesel marítimo. Tem barco que gasta x litros por hora, então olha a cota dele, faz a conta e vê quanto ele gastaria. Dez anos. Então é impossível, esse óleo diesel está sendo todo desviado também.

Até já dei uma idéia para você na reunião da Facisc. Pede ajuda da RBS, porque tem aquelas câmaras da ponte e dá para ver quantas carretinhas de madrugada vêm para cá. É fácil, eles gravam para vocês. Dia e noite aquelas câmaras ficam ligadas ali, então é fácil de ver. E só entra de madrugada, nunca vi igual. Uma vez, vindo do centro de uma festa, vi carreta entrando às 3h da manhã e de um sábado para domingo às 4h da manhã! Para algum lugar está indo. As vezes não vou atrás porque tenho até medo, porque numa dessas o cara pode estar sendo seguido e vir uma bala.

Isso é uma máfia. Desculpe, é uma máfia de bandido. Tanto é que metralharam o carro de um fiscal em Itajaí. É máfia, não é uma empresa que sonega.

*(Manifestação ininteligível fora do microfone.)*

Quem foi o fiscal? Foi você? Em breve vai saber quem foi que mandou.

A gente que paga imposto, eu pago imposto...

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Ricardo, como sou seu amigo e o assunto está interessante, eu vou lhe dar mais um minuto para concluir.

**O SR. RICARDO HARGER MARTINS** - Vou terminar.

A Secretaria da Fazenda não recebe cheque sem fundos, nem cheque roubado, nem calote, ela recebe em dinheiro vivo o imposto que eu pago para a companhia e a companhia repassa.

Então, eu acho que nós temos que ter um tratamento especial, quem paga imposto honestamente e trabalha honestamente, porque é difícil trabalhar. O meu pai inclusive quer vender o posto porque não aguenta mais. É desleal a concorrência e não aguentamos mais isso. Tem um monte de gente honesta trabalhando. Ele conhece a minha família há mais de 30 anos, estamos no ramo há 55 anos, temos uma rede de posto Ipiranga, uns 5 postos, mas está ficando difícil. Por quê? O sem-vergonha está sonegando imposto. Então, não tem mais condições de trabalhar.

Eu peço uma ajuda e que, inclusive, por favor, ponham a Polícia Federal no caso, pois eles têm muitas coisas para dizer a vocês. E eu sei disso porque já estive conversando com eles.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigado, Ricardo.

Com a palavra o senhor Anastácio Martins, diretor de Administração Tributária, representando o secretário de Estado da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni.

**O SR. ANASTÁCIO MARTINS** - Em relação ao óleo diesel marítimo, é preciso ficar registrado (o senhor deve saber, mas foi omitido na sua fala) que quem aprova essas cotas não é a Fazenda, é a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do governo federal. Ela aprova as cotas para cada embarcação e estabelece que determinado barco... Também não sei quantas milhas ele faz com cada litro de diesel, mas o que a Fazenda faz, na realidade, é reproduzir o relatório que vem da Seap, agora ministério, que inclusive subsidia o óleo diesel.

Então a quantidade é fixada, e quais embarcações terão direito não é de competência da Fazenda, lamentavelmente. Nós apenas publicamos depois uma portaria porque é uma norma que temos em torná-la pública, dizendo que aquelas embarcações poderão ter aquele volume de óleo diesel adquirido.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Com a palavra o senhor Carlos Henrique Batista de Ramos, coordenador do Grupo de Combustíveis da Secretaria da Fazenda.

**O SR. CARLOS HENRIQUE BATISTA DE RAMOS** - As cotas, em torno de oitenta milhões de litros, normalmente têm sido consumidas próximo da metade. Então, ainda que a previsão das cotas seja bastante grande, todos os anos a média de utilização do óleo diesel é de 50%. Isso não quer dizer que realmente não esteja acontecendo o desvio, tanto que já pegamos óleo diesel marítimo em postos. Mas das vezes em que fomos chamados a intervir a própria refinaria tinha repassado o óleo diesel marítimo por falta do produto óleo diesel. Portanto, às vezes fica difícil você identificar o que é irregularidade e o que foi comprado no mercado formal.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Passo a palavra ao senhor Cleto Niehues, proprietário de postos e advogado consultor.

**O SR. CLETO NIEHUES** - Inicialmente eu quero cumprimentar o presidente da mesa e em seu nome todos os demais, até pelo adiantado da hora; e o Paulo Boamar, que não o via há um bom tempo.

Eu já atuo no segmento há dezenove anos e venho defendendo donos de postos nesse período. Trabalhei um período em companhia de petróleo e atualmente atuo como advogado e consultor defendendo donos de postos.

Só vou fazer algumas colocações rápidas com relação à explanação feita pelo representante da Fazenda estadual.

Primeiro, com relação ao convênio quero dizer ele já existe. E gostaria de salientar que Santa Catarina já teve o menor índice de sonegação e de adulteração do Brasil. Isso foi objeto de uma explanação há uns três anos em um congresso em Gramado, fruto de um trabalho inicialmente do Comitê Sul Catarinense de combustível. O Rio Grande do Sul, que tem a fama de combater ferrenhamente a sonegação, convidou o Paulo Boamar e a sua equipe, e esse comitê se transformou no Comitê Sul Brasileiro de combustíveis e já tem convênio com ANP, Procon, Inmetro, Furb, Ministério Público (que já tem) e Secretaria da Fazenda. Como advogado de posto de gasolina eu não tenho visto mais a atuação do comitê de um ano e meio para cá, quando se instalou a nota fiscal eletrônica - que entendo ser um avanço.

Vejo também aqui a ausência daquele que constitucionalmente tem e teria unicamente a obrigação de fiscalizar, que é um representante da Agência Nacional de Petróleo, que seria de grande valia. Eu já venho falando isso em outras ocasiões e colocaria também para os novos deputados o seguinte: pela importância que Santa Catarina tem na contribuição nacional no segmento de combustível (o nobre deputado Edson Andrino fez referência ao deputado Ricardo Hinnig, e eu tive a oportunidade de assistir, da necessidade de se fazer essa audiência pública), que se cobre da Agência Nacional de Petróleo uma participação maior aqui no Estado. Há dezenove anos eu sei que só tem um fiscal para atender todo o Estado de Santa Catarina, seja no segmento de distribuição, de revenda, de gás, de produtos químicos. Então, essa ausência da Agência Nacional também facilita a participação dos criminosos.

Gostaria de acrescentar também, a título de contribuição, que a perda do produto já foi tentada em São Paulo - a gente acompanha isso em nível nacional - e ela é inconstitucional. O STF já sumulou no sentido de que a perda do produto para se cobrar tributo é inconstitucional. Eu tenho a súmula, e até ontem eu...

**O SR. ANASTÁCIO MARTINS** - Nós falamos que íamos procurar um parágrafo no Código de Defesa do Consumidor.

**O SR. CLETO NIEHUES** - Ai no caso de adulteração, não no caso de sonegação.

**O SR. ANASTÁCIO MARTINS** - A gente sabe que para cobrar tributo não cabe apreender mercadoria.

**O SR. CLETO NIEHUES** - O item 1 da proposta (também eu coloco a título de contribuição) é inconstitucional, pois fere o princípio da livre concorrência.

Fazendo a explanação você coloca que "as grandes distribuidoras não apresentam garantia, pois elas são honestas". Temos o exemplo da Petrobras, que numa jogada fiscal - não vou entrar no mérito... Então, exigir das pequenas... E não estou aqui a representar as pequenas distribuidoras, porque entendo que lugar de sonegador é na cadeia.

Quanto à proposta do Ricardo de não abrir filiais dessas distribuidoras, quero dizer que fere a Constituição. Eu entendo que é papel do Estado fazer essa fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Eu não quero te apressar, mas o tempo...

**O SR. CLETO NIEHUES** - Já vou concluir. O tema é muito importante e fere os meus clientes, por isso a explanação.

Alguns exemplos foram utilizados em outros Estados, como: fechando esse ciclo da nota fiscal eletrônica, poderia se ter o lacre na boca do tanque. Alguns Estados utilizaram de forma tal que o revendedor honesto não vai se opor à colocação do lacre, e funcionou. Em alguns Estados funcionou.

Outra situação com relação aos veículos é um convênio com a Fatma, que realiza também a fiscalização de caminhões. No Rio Grande do Sul funcionou, o Paulo Boamar acompanhou. Lá, para transportar tem que ter registro e para auxiliar há uma fiscalização muito grande, que vem somar nesse exército contra a sonegação.

Concluindo, o último ponto seria sobre os convênios com os Estados de origem. Os problemas que eu encontrei é que o Estado de Santa Catarina simplesmente veio, autuou e cobrou do posto de gasolina. Não vou relatar, mas eu tenho um caso em que a empresa continua funcionando em São Paulo. Houve uma sucessão...

E essa história, Ricardo, de se pedir o CPF, a gente sabe que o sonegador, o adulterador, sempre coloca em nome de um laranja. Se você impedir que o Cleto abra uma distribuidora, ele vai abrir em nome do Ricardo; estourou o CPF do Ricardo ele abre em nome de outro. Então, eu coloco sendo o uso dos meios eletrônicos.

A vinda para o Estado de Santa Catarina desses bandidos que o Ricardo coloca - que para mim não tem outro nome - é fruto do trabalho que São Paulo e Paraná estão fazendo. Eles estão vindo para cá. E Santa Catarina, deputado Edson Andrino, nas reuniões em que participamos (inclusive estivemos no Rio, no congresso nacional sobre petróleo), sempre teve os menores índices de sonegação e de adulteração, fruto de um trabalho de fiscalização da Fazenda.

Mas eu volto a frisar: acredito que o que está faltando é esta Casa cobrar, mandar expediente e exigir uma maior representatividade daquela agência que tem por obrigação constitucional, por lei inclusive, fiscalizar o setor, auxiliando, lógico, a Fazenda estadual.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Já são 11h32min, e como tem mais pessoas inscritas e encaminhamentos para sugestões a serem feitos, eu pediria para respeitarmos o horário. O assunto realmente é interessante, mas vamos procurar ser os mais objetivos possíveis, por favor, porque não quero ficar aqui cortando a palavra nos minutos finais.

Agora passo a palavra ao senhor Carlos Henrique Batista de Ramos, coordenador do Grupo de Combustíveis da Secretaria da Fazenda.

**O SR. CARLOS HENRIQUE BATISTA DE RAMOS** - Só gostaria de lembrar que as reivindicações encaminhadas pela deputada Ada, inclusive o texto de lei repassado pelo sindicato, foi de nossa autoria. Ainda que não seja um texto inédito, é um copiar e colar de muitas legislações de outros Estados, mas é uma iniciativa da Secretaria da Fazenda. Ninguém está propondo uma coisa inusitada, é um trabalho nosso com o Sindicato, o sindicato das distribuidoras, inclusive postos varejistas. Textos foram encaminhados para análise desse pessoal, e através de direitos da representatividade foram encaminhados aos deputados.

Então a Secretaria da Fazenda está realmente interessada em fazer resolver. Desde que assumimos em setembro do ano passado foram muitas as distribuidoras que foram caçadas, algumas pela ANP e outras por nós mesmos. Todo mundo que labuta no mercado vê que várias desapareceram. Essa que está funcionando em Joinville agora era uma distribuidora legal, que funcionava bem, que resolveu vender e foi comprada por bandidos - a gente não tinha como evitar isso.

Mas desde que assumimos em setembro, se vocês verificarem, não tem nenhuma distribuidora que tenha entrado no mercado com inscrição. Essa de Porto União que o rapaz citou, há três meses nós já tínhamos conhecimento da transferência para Biguaçu. Inclusive o grupo de inteligência foi até o Estado de origem e fez entrevistas. O dono é um senhor de oitenta e poucos anos, que tem a maior parte do capital e o filho dele tem 1%. Portanto, são laranjas que estão sendo utilizados por essas empresas. Então, nós temos a coisa sobre controle e, de certa forma, procuramos verificar as informações que chegam.

Quando a esses dois projetos de lei, um deles é sobre o endurecimento das regras de inscrição e de cancelamento e o outro é uma reapreciação daquela lei de perdimento, da fraude de combustível que foi vetada pelo governador e que agora vem com outro enfoque, não mais no enfoque de se imiscuir nos assuntos da ANP, mas como defesa do consumidor. Mas é o mesmo texto com alguma alteração, dando participação ao Procon que pode nos delegar a mesma atividade. Então, é para levantamento dessas fraudes.

O rapaz que é advogado falou que há vários itens inconstitucionais. Sinceramente não quero nem saber se tem item constitucional ou se não tem. Se a gente for querer agradar todo mundo e só ficar escutando conversa, é a mesma coisa que escutar que se tem que tomar três copos de leite por dia para aumentar o cálcio, que se tem que comer verdura. Se você for comer tudo que os médicos dizem, você tem que comer um balde todo dia. Da mesma forma é essa questão de inconstitucionalidade. Achemos que a coisa tem que ser por aqui.

A Assembléia Legislativa tem o seu corpo jurídico. Eu acredito que vale a pena você ter uma lei rigorosa. Nada se começa com pensamentos passados, aquilo que se pensa hoje que é ilegal, que ofende direitos, pode ser início de uma nova forma de pensar. Eu acho que a sonegação ofende inúmeros princípios constitucionais que são muito mais importantes do que a livre iniciativa. Existe o direito de empreender de quem é honesto, existe a dignidade da pessoa humana de poder ter um trabalho, porque quando o posto fecha o empregado do posto perde o seu trabalho. Então, há vários fatores que tem que ser levado em conta que não o simples direito de propriedade ou de empreender.

O Estado, como gestor desse direito de empreender, tem que dar esse direito a quem cumpre as obrigações. A função social da propriedade é recolher imposto, trazer a tecnologia nova para a sociedade, fornecer emprego - e esse pessoal tem que ser privilegiado, o resto é detalhe, é gente que está aí para fazer peso na sociedade. Eu acho que se a gente for se preocupar se é constitucional ou não, não vai se chegar a lugar nenhum. Com consequência, a gente vai ter pessoal nas fronteiras, que hoje é o maior problema.

Brevemente estaremos firmando convênio com a ANP, porque se formos esperar que a ANP traga fiscais para cá isso não vai acontecer. Então, preferimos assumir esse encargo e ter um instrumento a mais para exigir o cumprimento.

Vamos lembrar também aos postos revendedores que a grande responsabilidade disso tudo é do posto revendedor - não é do posto revendedor honesto, mas é do posto revendedor - que alimenta isso, a exemplo que eu dei ontem do traficante de drogas e do viciado. Se não tiver o viciado para comprar, não tem o tráfico. Portanto, o posto revendedor também tem responsabilidade e tem que assumir a sua parcela. Não estamos aqui para salvar o mundo, temos que trabalhar junto. Nós temos recursos limitados, então fazemos o que é possível.

Eu queria dizer que Santa Catarina hoje tem índice de adulteração preocupante na gasolina, inclusive no oeste esse índice está atingindo próximo de 11%, segundo teste da ANP. São formuladoras que estão trazendo de fora o combustível. E com esse fortalecimento do pessoal a gente vai tentar, a partir de então, ter uma presença fiscal maior. Hoje nós temos dezessete membros do grupo de combustível e isso torna impossível gerenciar, além das cinquenta distribuidoras, dois mil postos de gasolina.

É isso que eu queria colocar. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigado, Carlos.

Vamos ouvir agora o senhor Paulo Boamar, do Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis.

**O SR. PAULO BOAMAR** - Inicialmente eu quero parabenizar o deputado Renato Hinnig e o deputado Edson Andrino pela iniciativa, porque esse é um tema de maior importância para a nossa sociedade e realmente teria que ser discutido, teria que ter um espaço aberto para isso. Então, parabéns aos deputados.

Parabéns à Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, porque nós trabalhamos nos três Estados e observamos que é a Secretaria mais moderna, mais aberta à sociedade, mais sensível aos anseios dos agentes econômicos.

Esse trabalho que está sendo feito é um trabalho importante, sabe-se que vai continuar. As dificuldades são muitas, quem já esteve em Garuva sabe que trabalhar ali com cinquenta, sessenta caminhões simultaneamente não é tarefa fácil. Acreditamos na Secretaria da Fazenda e a parabenizamos por esse trabalho.

Gostaria de citar também o trabalho que é realizado pelo Procon. O Procon, no ano passado, esteve em 117 postos em Santa Catarina; este ano não está fazendo esse trabalho de defesa do consumidor (um trabalho muito importante) por falta de verbas. Estão aqui a doutora Zoraide, que é coordenadora do Procon, e o Isnando, que é fiscal. Eles têm feito um trabalho fantástico, mas este ano, pelo problema de verbas, não podem continuá-lo.

Falando em verba, eu acho que deveria haver uma moção à ANP, porque ela, de certa forma - pela ação da Secretaria da Fazenda, do Procon, do Ministério Público (que também faz um trabalho importante em Santa Catarina e nos outros Estados) e da Polícia Civil -, fica alheia ao Sul do Brasil. Na verdade, nós temos meio fiscal, gente. Nós não temos um, temos meio, porque o fiscal que está aqui em Florianópolis atende em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; então, nós temos meio fiscal. Só que as verbas elevadas que a ANP recebe não vêm ajudar os órgãos que, efetivamente, estão atuando no combate à sonegação e à adulteração.

Por exemplo, esse convênio da ANP com a Fazenda é muito importante que aconteça, mas ele tem que vir junto com o aporte de recursos, porque senão é utilizar mão de obra do Estado a serviço da ANP, grátis. Mais uma vez nós temos, vamos dizer, os recursos indo para Brasília, indo para a esfera federal (não ficando na esfera estadual e municipal), e o governo federal usando a nossa estrutura. Então, eu acho importante esse convênio, mas ele tem que vir com aporte de recursos. Não é só treinamento, não é só tapinha nas costas. Tem que vir com

recursos: recursos para a Fazenda, recursos para o Procon, porque a ANP não cumpre seu papel institucional, não cumpre a fiscalização e não repassa os recursos que recebe. Então eu acho que isso é uma coisa que tem que ser observada.

Gostaria de agradecer ao Cleto pela manifestação elogiosa; ele é um parceiro de muito tempo (acompanho e respeito seu trabalho, Cleto, é um trabalho muito importante).

A nossa experiência com a Polícia Civil começou no Paraná, em 2007, nas operações Medusa I, II e III, que teve repercussão em Santa Catarina, com a participação do Carlos Henrique, da Lasen e da Fazenda do Paraná. Foram 97 prisões em 2007; em 2008 foram 28 prisões; este ano já são 10 prisões. No Rio Grande do Sul, da mesma maneira: estamos trabalhando ao lado do Deic, este ano já tivemos seis prisões. Nós chegamos a ter em Porto Alegre um posto onde, embaixo, funcionava um cassino que roubava energia elétrica da concessionária, ali na Protásio Alves.

Então nós temos uma mudança de paradigma: não estamos trabalhando com amadores, estamos trabalhando com o crime organizado. É o crime organizado que está aqui, nós já o temos ali em Itajaí (isso, de forma reservada, pode-se passar para esta Comissão). Nós temos o crime organizado; temos traficantes de drogas que já compram a metade de postos; nós já temos um envolvimento muito grande desses agentes com a própria sociedade.

Agora, essa mudança de paradigma, essa mudança de cenário implica a entrada da Secretaria de Segurança Pública nesse processo. Aliás, de forma silenciosa quero cumprimentar o doutor Neves, que está aqui conosco (ele que está tomando as providências). Ele não divulgou na imprensa, mas a Acadepol, este ano, em parceria com o Comitê, com o Procon e com a presença da Secretaria da Fazenda, já treinou 85 agentes policiais entre delegados e investigadores. Eu, antes de vir para esta reunião, estava atendendo um investigador do interior do Estado que pedia uma ação na sua região.

Em São José nós já tivemos, com o apoio da Fazenda, a prisão de um gerente e de um motorista de caminhão que estava trazendo produto sem nota para o posto Beira Mar, em São José. Para vocês verem a força que esse pessoal tem, a delegada Caroline, doutor Neves, que já é aluna da primeira turma, auxiliada pelo Deic fez esse trabalho de prisão do caminhão que estava chegando lá de forma irregular. Ela disse que nunca viu um caso como esse: quando estava chegando à delegacia do Kobrasol, já havia um pedido ao Ministério Público para que fosse relaxada a prisão; ela tinha sentado à sua mesa e já havia a manifestação. Não deu meia hora, chegaram quatro advogados. Mais meia hora e chegou o quinto, que é o maior criminalista de Santa Catarina, o doutor Gastão, para que fosse fixada a fiança e liberados os contraventores. Então essa é a questão que nós estamos vivendo.

Encerrando, eu digo que é da maior importância esse trabalho e parabeno todos os órgãos que estão aqui presentes. Ressalto essa mudança de paradigma, com a entrada da Secretaria de Segurança Pública no processo; e a modernização dos atos legislativos que os deputados Edison Andrino e Renato Hinnig estão promovendo (a Fazenda está mandando a proposta e os senhores a estão recebendo).

Volto a citar a necessidade de que sejam repassados recursos ao Procon, pois ele continua o trabalho que desenvolveu ao longo dos anos e está paralisado neste momento. Eles estão capacitados tecnicamente. A polícia precisa do Procon porque ela não pode fechar o posto; a polícia pode prender o gerente, pode prender o frentista, mas ela precisa que o Procon vá lá porque ele tem essa prerrogativa.

Eu sei que o tempo é curto, mas gostaria que fosse dado um espaço para a doutora Zoraide poder também se manifestar e dizer das dificuldades que o seu órgão enfrenta.

Muito obrigado, desculpem-me por ter avançado um pouquinho. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigado.

Tem mais um inscrito para falar; depois nós vamos para os encaminhamentos e conseqüente encerramento desta reunião.

(O senhor Paulo Boamar manifesta-se fora do microfone: "Pode-se observar que 847 análises foram coletadas no Estado e que há 16 não-conformidades do óleo diesel em ponto de fulgor. Quem conhece um pouquinho o mercado sabe que o ponto de fulgor é óleo marítimo sendo vendido nos postos revendedores".)

**O SR. PAULO BOAMAR** - Então se observa que de 21 não-conformidades da ANP (nesse problema que ela tem com a Furb), 16 trata-se de óleo marítimo sendo vendido nas estradas. E tem, junto, o crime ambiental. Qual é o crime ambiental? Não é só o consumidor que é lesado, existe crime ambiental porque o diesel marítimo tem um elevado teor de enxofre.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - obrigado.

Com a palavra o senhor Valmir Espíndola, do Sindicomb.

**O SR. VALMIR ESPÍNDOLA** - Gostaria de cumprimentar os senhores deputados aqui presentes, os colegas revendedores.

Eu quero louvar aqui a Secretaria da Fazenda pelo que fez ontem em relação ao projeto de lei que vai encaminhar à Assembleia, porque já prova que está fazendo alguma coisa em favor do combate à sonegação fiscal. Não que não tenha feito alguma coisa antes, a Secretaria sempre trabalha. O Carlos Henrique está aí, o Anastácio (o próprio doutor Renato, quando diretor da Fiscalização, sempre trabalhou nesse sentido).

Mas eu acho que falta, Anastácio, na verdade, um pouquinho mais de rapidez nessas ações. Para você ter uma ideia, eu levei para a Secretaria da Fazenda uma dessas empresas que foi fechada: em 15 dias essa empresa emitiu 116 notas eletrônicas. E sabe quanto ela recolheu de imposto? Zero! Nenhum

tostão. Essa empresa, que está sob regime especial, vendeu para um posto aqui de Florianópolis (que está aqui presente) 90 mil litros de álcool em um dia. Sabe qual a capacidade de tancação desse posto? Trinta mil litros! Essa mesma empresa tem 9 milhões de litros sem nota fiscal e está aí, não foi fechada ainda. Então, a gente sabe desses dados. Se nós sabemos desses dados, a Fazenda sabe muito mais que nós. Ela teria obrigação de saber.

O que a gente pede é um pouco mais de agilidade para o momento, porque projeto de lei demora, concurso público vai demorar e a fronteira tem que ser fechada, não tenham dúvidas disso. O que está existindo, na verdade, é o transporte de mercadoria com nota fiscal eletrônica sem o recolhimento do imposto. E quanto a isso a Fazenda pode agir, porque na hora em que é emitida a nota fiscal eletrônica o Estado sabe quem a emitiu e para onde foi, então pode cobrar esse imposto. E notificar, simplesmente, também não resolve, porque geralmente (o Carlos falou ainda há pouco) o cara tem um telefone celular, não tem nenhum domicílio, não tem nenhum patrimônio e continua vendendo. Essa de Joinville foi comprada por uma outra, anterior, que tinha sido fechada.

Então, se a gente conhece esses dados, a Secretaria da Fazenda sabe muito mais que nós. Os da Lasen sabem, com o Carlos Henrique lá em Itajaí, quem sonega imposto no Estado.

O que a gente pede da Secretaria da Fazenda é que haja mais agilidade nesse setor. Aqui em Florianópolis, essa mesma empresa que está sob regime especial só está entregando álcool em Florianópolis para um revendedor depois da meia-noite. Algo de estranho tem no mercado! Não é possível isso. Se nós sabemos, a Fazenda tem que saber.

Era só isso. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigado.

Como última inscrita, não poderíamos deixar de ouvir a senhora Zoraide Puris Alves, coordenadora de Fiscalização do Procon.

**A SRA. ZORAIDE PURIS ALVES** - Serei bem rápida. Acho que poucos aqui presentes sabem que o Procon pertence à Segurança Pública também. Isso, não sei por que, é pouco divulgado. Participamos do treinamento como instrutores porque, como aqui já foi dito, somente o Procon tem autoridade e competência para interditar os postos, as bombas, a entrada de combustível.

O Procon não é valorizado como deveria. O Paulo mostrou a quantidade de não-conformidades no Estado, e isso se deve à nossa não atuação pelo Estado por falta de verba, de diárias e de condições mesmo de trabalho.

É isso o que eu queria deixar aqui.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Renato Hinnig)** - Obrigado.

Eu queria, na condição de presidente da Comissão de Economia neste momento, sugerir alguns encaminhamentos em função de tudo o que nós ouvimos aqui. O deputado Andrino e eu vamos propor moções da Assembleia Legislativa dirigidas à ANP e à própria Secretaria da Fazenda para formalizar isso que discutimos aqui hoje. Vamos ver se conseguimos avançar mais rápido nessas questões, e nós, como deputados estaduais, vamos cumprir o nosso papel de agentes fiscalizadores, acompanhando efetivamente os passos que serão dados daqui para frente.

Sugeriria que fosse estudada a possibilidade de se criar um cadastro negro de veículos, pessoas e empresas que atuam nesse setor. Obviamente isso já deve estar sendo pensado, mas agora temos que efetivamente concretizar isso.

Proponho ainda que seja criado um fórum de combate à evasão tributária na área de combustíveis - formado pelo Ministério Público, pela SSP, pela Polícia Federal, pela Seap, pelas entidades empresariais, pelo CSPq, pelo Procon, pela ANP -, para que permanentemente se discuta essa questão e, paulatinamente, a gente consiga avançar nesse processo de combater essa prática de evasão fiscal. Proponho que a própria Secretaria da Fazenda, aliás, coordene esse fórum.

Além disso, sugiro o estabelecimento de prazo para cada uma das ações que foi aqui colocada pela Secretaria da Fazenda. Que cada ação dessas tivesse um prazo para ser executada, para gente poder fazer o acompanhamento disso.

No mais, eu gostaria de agradecer a presença de cada um dos senhores que aqui estiveram presentes. Antes de encerrar, se alguém tiver ainda alguma sugestão a fazer, eu deixo a palavra livre.

Com a palavra, o deputado Edison Andrino. (Palmas.)

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO (SC)** -

Rapidamente, eu queria também cumprimentar todos, agradecer a presença de vocês aqui, do Ministério Público, da Secretaria da Fazenda, do setor de combustível, do deputado Renato Hinnig.

Acrescentaria também, deputado, uma proposta à Secretaria de Segurança Pública com respeito ao Procon: que o Procon continuasse sendo parceiro e fosse valorizado nesse processo. (Palmas.)

**O SR. ADRIANO JOSÉ MATIAS DA SILVEIRA** - Deputado, eu também queria me manifestar. De tudo o que foi dito, agradeço a participação, o esforço que está sendo feito por vários órgãos, mas acho que não nos pode faltar foco neste momento. Então, nós temos que enfocar aquilo que é estranho no mercado.

Não estamos aqui para defender os donos de postos, não temos nada contra cada um e seu negócio, mas todo mundo sabe qual o preço do combustível certo e do combustível errado. Então precisamos nos cercar, ir em cima, porque há convivência no setor (e não estamos aqui para falar de ninguém) e também nas próprias distribuidoras (inclusive no Sindicomb, porque se eles atuassem mais o setor estaria melhor).

O controle tem que ser feito; inclusive os regimes de pagamento, de nota eletrônica, eu acho (como disse o nosso colega Valmir aqui) que

precisam ser feitos para todos e de uma vez, porque isso está atrapalhando muito o mercado. Quem está fazendo direito não tem problema de ter que pagar antes e tudo, porque o prejuízo futuro é muito maior do que qualquer vantagem que se possa vir a ter.

Outro caso, já que o Procon está aqui. Nós temos problemas de manifestação visual e problemas de distribuidora que acontecem aqui em Florianópolis. Temos alguns postos que se manifestam como sendo de uma distribuidora e que não são. Acho que a respeito disso tem uma nova norma da ANP que foi agora lançada em janeiro.

Aqui em Florianópolis já tivemos problemas com o crime organizado, e há indícios (a gente não pode ter certeza) de que já estão novamente no mercado. Se antes não havia grandes... Faz três, quatro anos, não só pela atuação, mas porque a revenda em Santa Catarina, como em quase toda a economia, é feita de pequenos empresários e o pessoal já vinha de longo tempo (como a maioria das famílias aqui). Então, hoje estão vindo de fora e trata-se de um pessoal muito pesado.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. ANASTÁCIO MARTINS** - Bom, vamos aproveitar aqui a proposta da mesa de criar esse fórum e vamos deixar agendada, em princípio, a primeira reunião para o dia 24 de julho. A gente vai fazer contato com as entidades ali listadas para que a gente possa confirmar a agenda. Então, na próxima semana a gente faria a primeira reunião para o estabelecimento de ações conjuntas, de sorte que a gente, mais rapidamente, avance no combate a essa prática no setor de combustíveis.

(O senhor Paulo Boamar manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O.k. Então, vamos deixar agendada para o dia 27. De qualquer forma, eu vou pegar a relação dos órgãos aqui sugeridos. A gente vai fazer contato com cada um deles durante esta semana e vamos ver se todos têm a possibilidade de, nas suas agendas, mandar um representante até a Secretaria da Fazenda no dia 27.

Queria deixar registrado que a Fazenda, não de agora, mas sempre está empenhada em combater a sonegação, a evasão, a fraude, porque afinal de contas cabe a nós a obrigação de defender o Tesouro estadual, de buscar recursos para que o governo possa melhor executar o seu plano de governo, de sorte que isso é, para nós, matéria diuturna. Aos senhores ela atinge diretamente, mas também ao próprio Estado; cada centavo que não é recolhido, uma parte não vai para a educação, não vai para a saúde, não vai para a segurança, não vai para os municípios, enfim. O Estado tem tanto ou mais interesse que os senhores em combater a sonegação tributária.

Por último, eu queria só registrar que o governo do Estado não abre a porta para sonegadores. Há uma faixa na minha frente que diz: "Enquanto alguns revendedores fecham as suas portas, o governo abre as portas do Estado para os sonegadores". Isso não confere com a realidade. O governo não tem como impedir que as pessoas venham aqui e se estabeleçam; o que nós podemos fazer é combater que eles adotem práticas contrárias à legislação vigente. Então, só para ficar registrado que nós não abrimos porta para sonegadores.

**O SR. PAULO NEVES** - Só a título de esclarecimento, deputado Edison, o Procon está subordinado diretamente à Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, que é vinculada (e não subordinada) à Secretaria de Segurança. Mas, em razão da importância que estamos dando ao tema desde uns dois meses atrás, nós vamos dar uma atenção especial também à Secretaria de Segurança. (Palmas.)

**O SR. DEPUTADO ETADUAL EDISON ANDRINO (SC)** - Muito obrigado à Secretaria de Segurança, ao Neves.

Damos por encerrada esta audiência pública, agradecendo a presença de todos. Espero que a partir deste debate e de outros que vão surgir a gente consiga acabar, de uma vez por todas, com a sonegação.

Obrigado. (Palmas.)

(Encerra-se a audiência pública.)

**DEPUTADO RENATO HINNIG**

**PRESIDENTE**

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE RESULTADO

### AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1708/2009, de 20/08/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 029/2009, referente à aquisição e instalação de móveis destinados ao gabinete da 1ª Secretaria da Mesa Diretora da ALESC, especificamente quanto à abertura do Envelope de Habilitação da 2ª classificada, em virtude da desistência devidamente justificada da empresa GP DISTRIBUIDORA LTDA., obteve o seguinte resultado:

**Lote Único - Aquisição e instalação de móveis destinados ao gabinete da 1ª Secretaria da Mesa Diretora da ALESC.**

Vencedora: **KABICOL DISTRIBUIDORA LTDA. EPP.**

Valor do Último Lance: **R\$ 80.188,90**

Florianópolis, 23 de setembro de 2009.

**VALTER EUCLIDES DAMASCO**

Pregoeiro

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 320/09 APAE - SÃO FRANCISCO DO SUL CAESP - "Arco - Íris"

São Francisco do Sul - SC, 04 de setembro de 2009.

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

At. Sra. Tullia Ribeiro

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - Centro

Florianópolis - SC

Prezada Senhora,

Através desta solicitamos a certidão de Utilidade Pública Estadual, da Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Francisco do Sul - SC.

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Wilson Almeida dos Santos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 321/09

#### APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

OF. Nº 073/09

Araranguá, 14 de setembro de 2009.

À

PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RUA JORGE LUIZ FONTES, 310 - CENTRO

FLORIANÓPOLIS - SC

88020-900

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando os documentos abaixo relacionados, necessários para manutenção de Utilidade Pública Estadual desta entidade.

I - Relatório anual de atividades;

II - Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - Cópia autenticada do estatuto e

IV - Balancete contábil.

Sem mais para o momento, colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Jorge de Oliveira Souza

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 322/09

#### APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2009

Ofício nº 034

À

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Att. Sr. JORGINHO MELLO

DD. Presidente

Prezada Senhora:

Através deste solicitamos a manutenção da certidão de Utilidade Pública Estadual da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul - SC.

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Maria Tereza de Amorin Nora

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 323/09

#### ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MARTINHO

Ofício nº 029/2009

São Martinho/SC, 11 de setembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor

**JORGINHO MELLO**

Presidente da Assembleia Legislativa de SC

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o mui cordialmente, vimos através do presente encaminhar a Vossa Senhoria a documentação necessária para a manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - **APAE de São Martinho**.

Sendo o que tínhamos para o momento, cordiais saudações.

Atenciosamente,

Cecília Loffi Schmitt

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 324/09

ADIJO - Associação dos Diabéticos de Joinville  
Joinville, 04 de agosto de 2009

## MEDIDA PROVISÓRIA

À

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina  
Florianópolis - SC

## Encaminhamento de Documentos

Prezados Senhores,

ADIJO - Associação dos Diabéticos de Joinville, vem através desta encaminhar os documentos abaixo citados para análise e providências.

- 1) - Relatório de Atividades do Ano de 2008.
  - 2) - Cronograma de Atividades para o ano de 2009.
  - 3) - Balanço Patrimonial exercício de 2008.
  - 4) - Ata de posse da nova Diretoria.
- Atenciosamente,

**Gilmar A. da Costa**  
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 23/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 325/09

## ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRAIBURGO

Escola Especial Maria Frey  
APAE de Fraiburgo / SC

Documentação necessária à manutenção da Utilidade Pública Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 23/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 326/09

## APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da APAE de Meleiro, sito a Rua Francisco Canela, 227, Meleiro, SC, inscrita no CNPJ nº 7627710210001-10, declaro para os devidos fins que cumprimos os requisitos exigidos para manutenção da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Para maior clareza, firmo a presente  
Meleiro, 08 de setembro de 2009.

Representante:

**JONAS OSTETTO**  
Presidente  
RG - 3.831.298  
CPF - 030507449-01

Lido no Expediente

Sessão de 24/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 327/09

## APAE DE GRAVATAL

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
ESCOLA ESPECIAL NOVO HORIZONTE  
RELATÓRIO DE GESTÃO/2007  
BALANCETE FINANCEIRO/2007

Gravatal/SC, 30 de abril de 2008

Lido no Expediente

Sessão de 24/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## ANEXO ÚNICO

## "TABELA III

## ATOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

## TAXA DE SERVIÇOS GERAIS

(Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
<b>1. POR INTERMÉDIO DE QUALQUER ÓRGÃO SUBORDINADO</b>		
1.1 - Expedição dos seguintes documentos:		
1.1.1	Certidão de antecedentes	6,10
1.1.2	Auto de vistoria policial	6,10
1.1.3	Atestados	6,10
1.1.4	Certidão	6,10
1.1.5	Fotocópia autenticada de documento, em quantidade superior a 10 folhas, para cada lote de 10 unidades	6,10
<b>2. POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA CIVIL</b>		
<b>2.1. REFERENTES À FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS</b>		
2.1.1 - Alvará Anual para:		
2.1.1.1	Comércio a varejo de produtos controlados: armas de fogo, munições, explosivos, fogos de artifício e de estampido, corrosivos e agressivos químicos, outros produtos previstos em norma federal ou estadual específica	68,90
2.1.1.2	Comércio a varejo de combustíveis, em postos de gasolina, para cada tipo de produto comercializado por bomba	17,20
2.1.1.3	Comércio a varejo de controlados: gás liquefeito de petróleo - GLP, querosene, inflamáveis e gás natural	17,20

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 159/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1149

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória Inclusa ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que "Altera a Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais".

Florianópolis, 18 de setembro de 2009

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**  
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

EM nº 2887/GABS/SSP

Florianópolis, 28 de agosto de 2009.

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência Medida Provisória visando à alteração da Lei nº 7.541/88, que trata das Taxas Estaduais, particularmente, no que concerne às taxas cobradas por esta Secretaria de Estado.

A motivação da proposição decorre da necessidade de correção monetária dos valores das taxas da Segurança Pública, uma vez que o último reajuste ocorreu no ano de 2007, por meio da Lei Estadual nº 14.131/2007.

Considerando que na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, assim como nas LDOs anteriores, os parâmetros de projeção para os principais agregados e variáveis para inflação é o IPCA - índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, este índice foi o adotado para o reajuste.

Cabe ressaltar que o IPCA corresponde ao índice oficial de inflação no país, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Foi criado em 1980 e representa as necessidades médias de famílias com renda (salarial ou não) de 01 (um) a 40 (quarenta) salários mínimos, além de refletir o custo de reprodução da vida social.

Nesse contexto, adotou-se o IPCA dos anos 2007 (2,1346), este correspondente aos meses de julho a dezembro, 2008 (5,9023%) e 2009, este acumulado até o mês de julho (2,8128%), aplicados de forma cumulativa, obtendo-se um índice de 11,20%.

Dessa forma, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência Medida Provisória em anexo.

Respeitosamente,

**Ronaldo José Benedet**

Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 159, de 18 de setembro de 2009

Altera a Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,**

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Tabela III, V, VI, VII, VIII e IX, da Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Florianópolis, 18 de setembro de 2009

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**  
Governador do Estado

2.1.1.4	Depósito de produtos controlados, desde que em local diverso daquele destinado à comercialização: armas de fogo; munições; explosivos; fogos de artifício e de estampido; GLP; querosene, corrosivos e agressivos químicos; inflamáveis; gás natural; outros produtos previstos em norma federal ou estadual específica	103,40
2.1.1.5	Empresa que transporta, por via rodoviária, produtos controlados: armas de fogo; munições; explosivos; fogos de artifício; combustíveis; GLP; gás natural; querosene, corrosivos; agressivos químicos, devendo o alvará ser expedido por unidade móvel (veículo)	34,40
2.1.1.6	Entidades que empreguem explosivos, bem como seus elementos e acessórios para fins de demolição	103,40
2.1.1.7	Uso de produtos químicos controlados por empresas de serviços especializados, inclusive de limpeza	68,90
2.1.2 - Alvará Diário para:		
2.1.2.1	Queima de fogos de artifício e estampido	68,90
2.1.3 - Registro de Arma de Fogo:		
2.1.3.1	Arma, quando expedido em segunda via	17,20
2.1.3.2	Blaster ou cabo de fogo e pirotécnico	30,50
2.1.4 - Diversos:		
2.1.4.1	Declaração de regularidade de empresa de segurança privada	52,80
2.1.4.2	Certidão negativa pertinente à fiscalização de produto controlado	17,20
2.1.4.3	Vistoria Policial	6,10
2.2. REFERENTES A JOGOS E DIVERSÕES		
2.2.1 - Alvará Anual para:		
2.2.1.1	Estandes de tiro ao alvo com caráter recreativo, não destinado ao uso de arma de fogo - por arma	17,20
2.2.1.2	Estabelecimentos que, juntamente com outra atividade principal, ofereçam ao público apresentações musicais, ao vivo ou não	44,40
2.2.1.3	Estabelecimentos que recebam espectadores de competições, espetáculos, eventos teatrais, culturais, musicais, literários e congêneres	44,40
2.2.1.4	Estabelecimentos que mantenham cancha de bocha e similares, abertas ao público, devendo a taxa ser cobrada por cancha	17,20
2.2.1.5	Estabelecimentos que mantenham mesas de sinuca, mini-sinuca, bilhar, pebolim ou similares, abertas ao público, devendo a taxa ser cobrada por mesa	17,20
2.2.1.6	Botequins, bares, lanchonetes, pastelarias, pizzarias, uisquierias, drive-in, restaurantes e congêneres com vendas de bebidas alcoólicas	44,40
2.2.1.7	Estabelecimentos que mantenham a prática de jogos lícitos de dominós, damas e congêneres, aberto ao público	44,40
2.2.1.8	Sociedades esportivas, recreativas e sociais	44,40
2.2.1.9	Ringues de patinação e similares, inclusive parque aquático	44,40
2.2.1.10	Campings	44,40
2.2.1.11	Hipódromos, hípcas e similares	44,40
2.2.1.12	Jogo de simulação de guerra (paintball) ou similares, inclusive cartódromos	170,60
2.2.1.13	Hotéis, pousadas, pensões e similares:	
2.2.1.13.1	até 40 (quarenta) cômodos	83,90
2.2.1.13.2	acima de 40 (quarenta) cômodos	169,00
2.2.1.14	Motéis:	
2.2.1.14.1	até 40 (quarenta) cômodos	169,00
2.2.1.14.2	acima de 40 (quarenta) cômodos	273,00
2.2.1.15	Bingos permanentes ou tradicionais, autorizados por lei	511,50
2.2.1.16	Super e hipermercado e similares que comercializem bebida alcoólica	169,00
2.2.1.17	Mini-mercado, lojas de conveniência, armazéns e similares que comercializem bebida alcoólica	67,80
2.2.1.18	Estádios de futebol	256,80
2.2.1.19	Instalações de discotecas, boates, salões de baile, cabarés e similares, incluindo o serviço de bar	102,30
2.2.2 - Licença Mensal para:		
2.2.2.1	Serviços temporários de bar, lanchonete, botequim, armazém, pastelaria, pizzaria, uisqueria, restaurantes e/ou estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica	17,20
2.2.2.2	Máquinas ou aparelhos mecânicos, eletrônicos ou similares, por unidade	17,20
2.2.2.3	Parques de diversões, por aparelho ou brinquedo	24,40
2.2.2.4	Máquina de vídeo loteria - por máquina ou cadeira	185,10
2.2.2.5	Funcionamento de música em discotecas, boates, salões de bailes, cabarés e similares	34,40
2.2.3 - Licença Diária para:		
2.2.3.1	Instalação de serviços de alto-falantes para fins de publicidade, fixos ou ambulantes	6,10
2.2.3.2	Competições, espetáculos, eventos teatrais, culturais, musicais, literários e congêneres, de caráter temporário, realizados em local ou estabelecimento que não possui alvará anual para esse fim	6,10
2.2.3.3	Circos e congêneres	17,20
2.2.3.4	Quermesses e similares	6,10
2.2.3.5	Serviços de bar em festividades públicas não beneficentes/por barraca	6,10
2.2.3.6	Bailes públicos ou similares, realizados em local ou estabelecimento que não possui alvará anual para esse fim	17,20
2.2.4 - Diversos:		
2.2.4.1	Vistoria policial (valor a ser adicionado às demais taxas dos itens 2.1 e 2.2)	6,10
2.2.4.2	Alvará referente a casas de jogos e diversões expedido para temporada de até quatro meses	204,60
2.3. REFERENTES À DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA		
2.3.1 - Cópia Autenticada de Laudo Pericial:		
2.3.1.1	Laudo Pericial do Instituto de Análise Laboratoriais	30,50
2.3.1.2	Laudo Pericial do Instituto de Criminalística	30,50
2.3.1.3	Laudo Pericial do Instituto Médico Legal	30,50
2.3.1.4	Laudo Pericial do Instituto de Identificação	30,50
2.3.2 - Expedição de:		
2.3.2.1	Primeira via de cédula de identidade, exceto para os reconhecimentos pobres	13,30
2.3.2.2	Segunda via da carteira de identidade, exceto para os reconhecimentos pobres	22,20
2.3.2.3	Carteira de Identidade, com antecipação do prazo de entrega	6,10
2.4. REFERENTES À ATIVIDADE DE TRÂNSITO		
2.4.1 - Alvará Anual para:		
2.4.1.1	Instrutor autônomo	87,20
2.4.1.2	Pessoa Física	87,20
2.4.1.3	Pessoa Jurídica / Profissional Liberal	87,20
2.4.2 - Veículos:		

2.4.2.1	Certificado de Registro de Veículo - CRV, 1ª via	87,20
2.4.2.2	Transferência de veículo	87,20
2.4.2.3	Certificado de Registro de Veículo - CRV, 2ª via	211,20
2.4.2.4	Alteração de dados do veículo ou do proprietário	87,20
2.4.2.5	Vistoria em veículo, no órgão de trânsito	34,40
2.4.2.6	Vistoria em veículo, fora do órgão de trânsito	71,70
2.4.2.7	Vistoria lacrada	71,70
2.4.2.8	Certificado de Licenciamento Anual - CLA, em uma via	50,60
2.4.2.8 A	Certificado de Licenciamento Anual - CLA, em duas vias	61,70
2.4.2.9	Certificado de Licenciamento Anual - CLA, via adicional	63,90
2.4.2.10	Autenticação de cópia do Certificado de Licenciamento Anual - CLA	7,20
2.4.2.11	Escolha de placa (dentro das possibilidades das placas livres no sistema)	211,20
2.4.2.12	Placas de experiência e renovação anual	370,80
2.4.3 - Autorização para:		
2.4.3.1	Trânsito de veículo inacabado	34,40
2.4.3.2	Trânsito de veículo de competição	34,40
2.4.3.3	Trânsito de veículo de transporte escolar	34,40
2.4.3.4	Táxi substituto	34,40
2.4.3.5	Transporte de passageiros em veículo de carga	34,40
2.4.3.6	Lacrar placa em outro município	34,40
2.4.4 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH:		
2.4.4.1	Exame Teórico de Legislação de Trânsito	34,40
2.4.4.2	Licença de Aprendizagem de Direção Veicular - LADV (válida enquanto durar a aprendizagem)	34,40
2.4.4.3	Exame Prático de Direção Veicular	34,40
2.4.4.4	Emissão da Permissão para Dirigir Veículo Automotor	50,60
2.4.4.5	Emissão da Carteira Nacional de Habilitação - CNH	50,60
2.4.4.6	Emissão da 2ª via da Carteira Nacional de Habilitação - CNH	65,00
2.4.4.7	Solicitação de prontuário de Carteira Nacional de Habilitação - CNH	34,40
2.4.4.8	Autorização para estrangeiro dirigir	50,60
2.4.5 - Diversos:		
2.4.5.1	Estadia de veículo em órgãos do DETRAN, pátio das Delegacias de Polícia e quartéis, taxa diária	6,10
2.4.5.2	Guinchamento de veículo, por quilômetro, para todos os órgãos da SSP	6,10
2.4.5.3	Expedição de certidão DETRAN	13,30
2.4.5.4	Consulta em prontuários e busca em arquivos - Veículos - Exceto na 2ª via	26,60
2.4.5.5	Vistoria para instalação, reabertura ou mudança de endereço de credenciados	87,20
2.4.5.6	Inscrição para processo de seleção - para todas as formas de credenciamento	185,10
2.4.5.7	Credenciamento de pessoa jurídica e profissional liberal	1.854,80
2.4.5.8	Registro de pessoa física	50,60
2.4.5.9	Credenciamento de entidades ministrantes de cursos de capacitação para condutores	247,40
2.4.5.10	Homologação dos cursos de formação (para todas as finalidades relacionadas com o DETRAN) por curso	73,90
2.4.5.11	Credenciamento de Postos de Lacração e filiais	185,10

**TABELA V**  
**ATOS DA POLÍCIA MILITAR**  
**TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA**

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
1	Estadia de veículos automotores em pátio da OPM - por dia ou fração	6,10
2	Estadia, pousada, hospedagem em estabelecimentos próprios da Polícia Militar - por pessoa/dia, ou outros atendimentos	12,20
3	Guinchamento ou remoção de veículos automotores - por Km ou fração	6,10
4	Certidões, atestados diversos, cópia de boletins de ocorrências - por expedição	6,10
5	Palestras, cursos, treinamento e seminários para o público externo, quando motivado por solicitação de particular - por Policial Militar/hora	25,50
6	Inscrição em concurso Policial-Militar - por inscrição	36,70
7	Utilização de instalações físicas e equipamentos desportivos da Polícia Militar - utilização por hora	36,70
8	Fotografias ou filmagens de locais de acidentes de trânsito e de ocorrências bombeiros e policiais - por fotografia ou fita	30,50
9	Parecer técnico - por parecer	30,50
10	Cópia do Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito - por cópia	30,50
11	Utilização de imóveis da Polícia Militar - por m²/mês	36,70
12	Fotocópia de qualquer documento autenticado - por folha	1,80
13	Apresentação de caráter social, cultural, artístico, educativo, e desportivo, quando motivado por solicitação de particular, contado do horário de início do deslocamento ao horário de retorno às unidades policiais militares - por Policial Militar/hora	18,30
14	Utilização das instalações físicas dos estandes de tiro da Polícia Militar - por hora	34,40
15	Estadia e adestramento de animais - por animal/dia	18,30
16	Atendimentos veterinários diversos - por atendimento	73,90
17	Segunda via de cédula de identidade militar - por cédula	7,70

**TABELA VI**  
**ATOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**  
**TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS - TSI**

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
1	Edificação residencial (multifamiliar, coletiva e transitória), comercial, industrial, mistas, pública, escolar, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial/laboratorial, garagem, depósito de inflamáveis, depósito de explosivo e/ou munições e edificações especiais em conformidade com as Normas de Segurança Contra Incêndio	
1.1	Com área até 200 m² (exceto edificações multifamiliar)	73,90
1.2	Com área de 201 m² até 2.000 m²	148,40
1.3	Com área de 2.001 m² até 4.000 m²	296,90
1.4	Com área acima de 4.001 m²	593,80

**TABELA VII  
ATOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR  
TAXA DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS - TPCS**

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
1	Projetos novos de edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos explosivos/munições e especiais - por m <sup>2</sup> de área construída	0,42
2	Vistorias para fins de liberação de "habite-se" em edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições e especiais - por m <sup>2</sup> de área construída	0,42
3	Alteração de projetos de edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições e especiais - por m <sup>2</sup> de área construída	0,16
4	Retorno de projetos, após o 3º protocolo do mesmo processo de edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições e especiais - por m <sup>2</sup> de área construída	0,16
5	Retorno de vistorias, após a 3ª vistoria de retorno para fins de liberação de "habite-se" em edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições e especiais - por m <sup>2</sup> de área construída	0,24
6	Vistoria para fins de funcionamento e manutenção de sistemas preventivos em edificações residenciais, mistas, industriais, comerciais, públicas, escolares, de reunião de público, hospitalar/ambulatorial, garagens, depósitos de inflamáveis, depósitos de explosivos/munições e especiais - por m <sup>2</sup> de área construída	0,24
7	Credenciamento e renovação de credenciamento de empresas junto ao Corpo de Bombeiros Militar - a cada dois anos	123,40
8	Reboque de embarcação por ação preventiva sem risco em potencial - por milha/hora	148,40
9	Corte de árvore, em ação preventiva contra potenciais riscos ou sinistros, requerida pelo interessado - por bombeiro militar/hora	13,30
10	Captura, manejo ou exterminio de insetos em propriedades privadas, sem risco potencial, solicitadas por qualquer pessoa física ou jurídica - por bombeiro militar/hora	13,30
11	Taxa de produção ambulatorial, paga pelo Sistema Unificado de Saúde às Unidades Ambulatoriais, referentes aos atendimentos pré-hospitalares prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar - por atendimento ou por valor pago pelo SUS	47,80
12	Busca de bens submersos (motores, embarcações, carros, outros) - por bombeiro militar/hora	30,50
13	Serviço de vigilância eletrônica (telealarme incêndios, linha especial de emergência) - por alarme instalado/mês	148,40
14	Recarga de cilindros com ar respirável - por cilindro	13,30
15	Laudo pericial - por bombeiro militar/hora, Oficial BM	30,50
16	Laudo técnico - por bombeiro militar/hora, Praça BM	13,30
17	Ensaio em equipamentos de proteção contra incêndio e pânico - por bombeiro militar/hora	13,30
18	Manutenção ou recarga de extintores e de cilindros de ar comprimido - por bombeiro militar/hora	13,30
19	Teste de mangueiras - por teste realizado em cada lance	13,30
20	Serviço de segurança preventiva contra sinistros (shows, futebol, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões e outros similares) com cobrança de ingresso e ou inscrições - por bombeiro militar/hora	13,30
21	Curso de atualização, treinamento e seminário para o público externo - com até 20 participantes e até 20 horas/aula (50 minutos/hora)	271,80
22	Palestras para o público externo até 02 horas/palestra (50 minutos/hora)	148,40
23	Compêndio de normas sobre segurança contra incêndios - por exemplar	30,50

**TABELA VIII  
ATOS DA POLÍCIA MILITAR  
TAXA DE SEGURANÇA OSTENSIVA CONTRA DELITOS**

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
1	Estabelecimentos bancários, joalherias, guardas de valores e casa de créditos, estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços - por ano	
1.1	Com área de até 200 m <sup>2</sup>	73,90
1.2	Com área de 200,01 m <sup>2</sup> até 2.000 m <sup>2</sup>	148,40
1.3	Com área de 2.000,01 m <sup>2</sup> até 4.000 m <sup>2</sup>	296,90
1.4	Com área acima de 4.000 m <sup>2</sup>	593,80

**TABELA IX  
ATOS DA POLÍCIA MILITAR  
TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA**

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
1	Serviços de segurança preventiva no âmbito interno dos eventos esportivos e de lazer, tais como: shows, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões, futebol amador ou profissional e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrição - Policial Militar/hora	8,30
2	Serviços de segurança preventiva no âmbito externo dos eventos esportivos e de lazer, tais como: shows, exposições, feiras, rodeios, circos, parques de diversões, futebol amador ou profissional e outros similares, com cobrança de ingresso ou inscrição - Policial Militar/hora	6,10
3	Serviços de segurança preventiva em leilões de jóias e de outras mercadorias - por policial militar/hora.	61,70
4	Serviço de segurança preventiva para transportes de valores, animais, prova de vestibular, obras de arte ou de outros materiais, calculado com base na soma do produto das seguintes variáveis: número de policiais, número de viaturas, quantidade de quilômetros rodados ou fração e o número de horas dispensado ou fração - somatório das variáveis	8,30
5	Serviço de vigilância eletrônica, como por exemplo (telealarme, linha especial de emergência) - por aparelho instalado/mês	67,80
6	Serviço de ronda programada em unidades familiares, comerciais, industriais, tipo operação - viagem por ronda	12,20
7	Serviço de monitoramento externo através de câmera de vídeo em unidades familiares, comerciais, industriais e bancárias - câmeras instaladas/mês	67,80
8	Serviços aéreos que não tenham relação com atividade fim da Polícia Militar - por hora, proporcionalmente	2.592,00

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 1909, de 22 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 034/2009:

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Helio Estefani Becker Filho	Pregoeiro
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelato	
0947	Valter Euclides Damasco	
1998	Bernadete Albani Leiria	
2170	José das Neves Filho	

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1910, de 22 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **AMÉLIA NOVAES CORDEIRO**, matrícula nº 1375, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente da Comissão Parlamentar de Inquérito, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ITAMAR PIRES PACHECO, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 22 de setembro de 2009 (DL/CC - Gerência de Comissão Parlamentar de Inquérito).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1911, de 22 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1144	Raquel Teresinha Oliveira	11	08/09/09	1791/09
2185	Santos Justino Tome	30	03/09/09	1790/09

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1912, de 22 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1533	Miriam Cristina Valle Dalbosco	20	14/09/09	1792/09

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1913, de 22 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1401	MARCIA BITTENCOURT DA SILVA	90	21/09/09	1798/09

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1914, de 22 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1799/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **HELOISA SONEGO DE LUCA**, matrícula nº 5463, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18 de agosto de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1915, de 24 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no parágrafo único do art. 158 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR por trinta dias os efeitos da Portaria nº 1736, de 26 de agosto de 2009, que constituiu Comissão de Sindicância.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1916, de 24 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculo de pertinência do servidor NOEL MACHADO DA SILVA, matrícula nº 6209, ocupante de cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, que passa do gabinete do Deputado Dirceu Dresch para o gabinete do Deputado Cirio Vandresen, a contar de 16 de setembro de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1917, de 24 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **MARIA REGINA GARCIA PEREIRA**, matrícula nº 1232, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica Administrativa - Pesquisa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CLAUDIO JOSÉ RAMOS COUTO, que se encontra em fruição de licença-prêmio por noventa dias, a contar de 06 de julho de 2009, tornando conseqüentemente sem efeito a portaria nº 1896, de 16 de setembro de 2009 (CGP - Coordenadoria de Biblioteca).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1918, de 24 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo n°
		Concedido	Total		
Greici Souza	4295	3%	6%	10/09/09	1757/09
Jocimar de Souza Metzger	3556	3%	9%	11/09/09	1779/09
Mauren Borgen	3158	3%	12%	15/09/09	1780/09
Valdir Machado dos Santos	3036	3%	12%	25/08/09	1781/09

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1919, de 24 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discrimina-

discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1301	Magda de Araújo Narciso	06/09/04	05/09/09	1753/09
0878	Rita de Cassia Viegas de Cerqueira Cintra	04/09/04	03/09/09	1754/09
0876	Adelaide Furtado Vieira	11/09/04	10/09/09	1766/09

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 389/09**

Institui no âmbito do Estado de Santa Catarina o serviço de utilidade pública "Plantão Gramatical de Língua Portuguesa" e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado de Santa Catarina o Plantão Gramatical de Língua Portuguesa.

Parágrafo Único. O Plantão Gramatical terá como finalidade o esclarecimento de dúvidas da população sobre o idioma nacional, envolvendo ortografia, acentuação, concordância verbal e nominal, regência, sintaxe e morfologia.

Art. 2º O atendimento será prestado gratuitamente por uma equipe composta de atendentes e professores de Língua Portuguesa integrantes do quadro do Magistério Estadual.

Art. 3º O Plantão Gramatical funcionará sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, que poderá firmar convênio com instituições públicas e/ou privadas para esta finalidade.

Art. 4º O serviço deverá contar com um número telefônico exclusivo, de forma a garantir o anonimato do usuário.

Art. 5º As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias a partir da sua publicação.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Deputado Marcos Vieira**

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

**JUSTIFICATIVA**

O Plantão Gramatical - ou Telegramática - é um serviço de maior relevância nos dias de hoje, considerando a necessidade do correto emprego da Língua Portuguesa para os mais diversos fins. O atendimento por telefone será uma forma rápida e eficiente de o Estado esclarecer dúvidas comuns da população sobre ortografia, concordância e regência, entre outras questões. O Plantão dará a palavra final sobre perguntas envolvendo o uso do nosso idioma, com um atendimento personalizado e de caráter educativo.

Serviço semelhante já funciona com sucesso há 29 anos no Município de Fortaleza (CE), onde uma equipe de profissionais atende diariamente das 8h às 18h. O plantão daquela capital recebe, em média, 150 ligações diárias. Em Curitiba, Brasília Jundiá(SP) e Londrina (PR), o Poder Público também gerencia sistemas de tele-atendimento com a mesma finalidade.

No Estado do Rio de Janeiro a Assembléia Legislativa acabou de aprovar Projeto de Lei com o mesmo objetivo.

Trata-se de uma iniciativa voltada para um público amplo, de todas as idades e classes sociais, com vistas ao aprimoramento cultural da população. Conhecer bem o idioma é fundamental para o cidadão, seja na vida escolar ou no trabalho. Por isso, o Estado deverá prestar um atendimento personalizado e de caráter educativo. E, por se tratar de um serviço sócio-educativo, que complementa a formação escolar, peço o apoio de meus pares para a aprovação desta propositura.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 390/09**

Altera o art. 1º da Lei nº 14.325, de 15 de janeiro de 2008.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.325, de 15 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É obrigatória a execução dos Hinos Nacional Brasileiro e do Estado de Santa Catarina em todos os eventos esportivos oficiais realizados no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A execução do Hino do Estado de Santa Catarina será realizada também em todas as solenidades de jogos colegiais promovidos pela Secretaria de Estado de Educação e outros órgãos do governo, em todo o Estado de Santa Catarina."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei tem como objetivos determinar:

1. que, além da execução do Hino Nacional do Brasil já prevista na Lei nº 14.325, de 2008, seja executado também o Hino do Estado de Santa Catarina em todos os eventos esportivos oficiais realizados em nosso Estado; e

2. a execução do Hino do Estado de Santa Catarina, em todas as solenidades de jogos colegiais promovidos pela Secretaria de Estado de Educação e outros órgãos do Governo, em todo o Estado de Santa Catarina.

Entende este Parlamentar que existe a necessidade de tornar o Hino do Estado de Santa Catarina conhecido da população e especialmente da classe estudantil, não só na sua versão executada por instrumentos musicais, mas também na forma cantada. Verdade é que a letra do Hino do nosso Estado é olímpicamente desconhecida pela população de uma forma geral.

Sabe-se que a execução dos Hinos é um instrumento poderoso para o despertar e a solidificação dos valores cívicos e o fortalecimento do sentimento de amor ao Estado e ao Brasil.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares o apoio e o voto pela aprovação da presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 391/09**

Declara de utilidade pública a Associação Orquidófila de Chapecó - ASSOC, com sede no município de Chapecó.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Orquidófila de Chapecó - ASSOC, com sede no município de Chapecó.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;  
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;  
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados no apoio, estímulo, desenvolvimento e difusão da orquidofilia e orquidocultura, contribuindo sobremaneira com a evolução deste segmento, em especial de seus associados.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando à entidade todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Sala das Sessões, em  
Deputado Elizeu Mattos  
Líder do Governo

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 392/09

Declara de utilidade pública o Instituto Paulo Stuart. Wright - IPSW de Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Paulo Stuart. Wright - IPSW, com sede e foro no Município e Comarca de Florianópolis.

Art. 2º - A entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de setembro de 2009.

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

#### JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa possibilitar que seja declarado de utilidade pública estadual, com os seus direitos e deveres consequentes desse ato, o Instituto Paulo Stuart. Wright de Florianópolis, com sede e foro no Município e Comarca de Florianópolis.

O Instituto foi fundado em abril de 2003, e desde lá tem trabalhado, tanto nos âmbitos municipal e estadual quando se refere a sua área temática.

Na documentação apensada a presente proposição, pode-se verificar que a referida entidade tem trabalhado, constantemente, na produção e divulgação de informação e do conhecimento; na defesa da cultura e do patrimônio histórico, cultural e artístico; na promoção de assistência social às minorias e excluídos; na defesa dos direitos humanos; na defesa da conservação do meio ambiente; e na promoção e realização de cursos de formação sindical e associativista.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 393/09

"Institui a consulta popular como pré-requisito para a tramitação e o processamento de autorização legislativa que disponha sobre a privatização de bens e serviços públicos estaduais."

Art. 1º A alienação, a autorização, a permissão e ou a concessão de uso de bens públicos, em favor de terceiros, assim como a autorização, a permissão e ou a concessão para execução e ou exploração de serviços públicos, por pessoas jurídicas de direito privado, somente poderá ser autorizada pelo Poder Legislativo se a proposição tiver sido previamente aprovada em consulta popular, realizada pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Subordinam-se à obrigatoriedade de prévia aprovação, pelos cidadãos catarinenses, todas as proposições submetidas ao Poder Legislativo que disponham sobre:

I - alienação, autorização, permissão e ou concessão de uso, em favor de terceiros, dos seguintes bens públicos estaduais:

a) águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito;

b) áreas de terra, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem sob domínio do Estado;

c) ilhas fluviais e lacustres e terras devolutas situadas em território estadual, que não estejam compreendidas entre as da União;

d) rede viária estadual, sua infra-estrutura e bens acessórios;

e) recursos naturais, potenciais de energia hidráulica, recursos minerais, cavidades naturais subterrâneas e sítios arqueológicos e pré-históricos.

II - autorização, permissão e ou concessão para execução e ou exploração, por pessoas jurídicas de direito privado, dos seguintes serviços públicos estaduais:

a) preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

- b) distribuição de gás canalizado e de energia elétrica;
- c) assistência à saúde e assistência social;
- d) proteção das pessoas portadoras de deficiências;
- e) proteção dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, dos monumentos, das paisagens naturais e dos sítios arqueológicos;
- f) proteção do meio ambiente e combate à poluição;
- g) abastecimento de água e saneamento básico;
- h) educação básica.

Art. 3º Toda consulta popular que se fizer necessária em razão da vigência desta lei terá regulamento próprio, proposto pela Mesa Diretora e aprovado pelo Plenário, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. Para garantir a realização das consultas populares instituídas por esta lei, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina poderá firmar convênios, acordos e outros ajustes, com outros órgãos e ou entes públicos.

Art. 4º Será considerada válida a consulta popular cujo quorum de participação seja igual ou superior a cinquenta por cento mais um do total de eleitores do Estado de Santa Catarina cadastrados, junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC), na data de aprovação do respectivo regulamento, pelo Poder Legislativo estadual.

§ 1º Somente poderá ser analisada e votada, no âmbito do Poder Legislativo estadual, a proposição legislativa que disponha sobre a alienação, a autorização, a permissão e ou a concessão de uso de bens públicos, assim como a autorização, a permissão e ou a concessão para execução e ou exploração de serviços públicos, relacionados nos incisos I e II, do Artigo 2º, desta lei, que tenha obtido a aprovação de mais de cinquenta por cento dos votos emitidos na consulta popular a que está sujeita.

§ 2º A proposição legislativa submetida a consulta popular que não tenha obtido o coeficiente de aprovação previsto no parágrafo anterior ter-se-á como prejudicada e será arquivada, na forma do Regimento Interno, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º As proposições legislativas que demandarem consulta popular, terão sua tramitação legal e regimental suspensa desde a data de aprovação de sua admissibilidade, pela Comissão de Constituição e Justiça, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, até a data de realização e proclamação do resultado da consulta popular correspondente.

§ 1º As proposições legislativas de que trata o *caput*, deste artigo, serão submetidas a consulta popular no prazo máximo de seis meses, contados da data de aprovação de sua admissibilidade, pela Comissão de Constituição e Justiça.

§ 2º Vencido o prazo de seis meses fixado no parágrafo anterior, realizado a consulta popular e proclamado o respectivo resultado, a matéria retomarà sua regular tramitação legislativa, na forma do Regimento Interno, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, fixadas para cada exercício financeiro.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2009.

Deputado Sargento Amauri Soares

Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

#### JUSTIFICATIVA

A sociedade nascida das revoluções burguesas, entre outros aspectos, se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção e pelo esforço em diminuir o papel do Estado na atividade econômica. Essa combinação, na mesma proporção que promoveu e promove o desenvolvimento das forças produtivas do sistema, aprofundou e aprofunda as desigualdades políticas, econômicas, sociais e culturais, entre os indivíduos.

Das lutas empreendidas pelos povos para superar algumas dessas desigualdades, nasceram importantes documentos consubstanciando a existência formal de muitos direitos. Exemplo disso é o que vemos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Revolução Francesa, 1789), na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) e, mais recentemente, na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1969).

Contudo, assim como no passado, também no presente, a concretização desses direitos dependeu e depende da aquiescência das forças dominantes. Para superar a resistência inicial da nobreza e, posteriormente, das elites políticas e econômicas da moderna sociedade capitalista, no que tange a reconhecer e aceitar a implementação do direito à liberdade de opinião, de opção e de crença; do direito a uma democracia onde o indivíduo participa e decide quanto

a organização e o funcionamento da sociedade; do direito de votar e de ser votado; do direito ao trabalho e à sua justa remuneração; do direito à alimentação, à educação, à saúde, à moradia, à segurança, a um meio ambiente saudável e protegido, etc., se fez necessária a ampliação e o fortalecimento da presença do Estado como importante meio de garantir o acesso às conquistas universalmente consagradas.

Desde aí se fez importante e se consolidou, no mundo ocidental, a idéia de uma nova ordem institucional baseada num Estado, não só Democrático, mas também Social de Direito, como forma de garantir o comprometimento estatal, haja vista que passou a estar positivamente nas Constituições que é dever do administrador público, democraticamente eleito, garantir o bem estar do povo.

Contudo, no âmbito nacional e de algumas das unidades federadas, ao longo das últimas duas décadas, o que vimos foi um sem número de iniciativas perpetradas pelos administradores públicos na contramão do interesse da sociedade e, portanto, na contramão da história. Sob o argumento da eficiência e da consequente necessidade de transferir à iniciativa privada a execução de determinadas tarefas, atividades e serviços públicos lucrativos, promoveu-se a desfiguração do Estado Democrático e Social de Direito. Valendo-se do poder de reação acumulado por anos, senão por décadas, forças conservadoras minoritárias passaram a impor a idéia equivocada de que o mercado, por si só, seria capaz de ajustar as prestações positivas a que o Estado estaria constitucionalmente obrigado frente à Nação.

No Brasil, o processo de privatizações foi deflagrado através de uma avalanche de emendas constitucionais e de outras tantas normas infraconstitucionais com o objetivo de promover o desmonte do aparelho estatal. Em nome de uma suposta modernização da administração pública, a União, alguns Estados e muitos Municípios patrocinaram a quebra de monopólios estatais; a alienação de participações societárias do poder público, inclusive de controle acionário; a abertura de capital das empresas públicas; o aumento de capital nas empresas de economia mista, com renúncia ou cessão de direitos de subscrição; a alienação, o arrendamento, a locação, o comodato e ou a cessão de bens e instalações públicas; a dissolução de sociedades ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a consequente alienação de seus ativos; a concessão, a permissão e ou a autorização de serviços públicos; o aforamento, a remição de foro, a permuta, a cessão, a concessão de direito real de uso e a alienação mediante venda de bens imóveis de domínio público.

Mesmo que se admita que a presença e ou a intervenção do Estado, em alguns setores e ou atividades econômicas seja desnecessária, a verdade é que as privatizações indiscriminadas de " " e a quebra de "monopólios naturais" não redundaram em melhorias para a sociedade, nem tampouco, desoneraram os cofres públicos. Muitos dos serviços públicos que passaram a ser executados por pessoas jurídicas de direito privado redundaram em perda de qualidade no atendimento da população, assim como o fim de monopólios até então estatais, além de promover o enriquecimento privado a custa do erário, criaram situações de comprometimento da segurança nacional face a perda do controle público sobre setores estratégicos.

Inexoravelmente, empresas privadas têm como principal foco o lucro, e este, por sua vez, se choca com a necessidade de prover a sociedade com serviços fundamentais. Nesse sentido, até mesmo Adam Smith, pai da moderna economia capitalista, se manifestou a propósito do dever do Estado de realizar e manter certas obras e instituições como públicas, pois o lucro nunca consegue repor os dispêndios de qualquer indivíduo.

O próprio Banco Mundial, no capítulo 6, no relatório intitulado de *Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform*, de 2005, admite a hipótese de que as privatizações e as desregulamentações podem ter ido "longe demais". A última "crise global do capitalismo", inclusive, forçou governos, outrora privatistas, a rever procedimentos que, sem excessão, redundaram em intervenção dos Estados no domínio econômico para conter os descalabros do mercado sem controle. Ainda segundo o Banco Mundial, a insatisfação atual das pessoas com as privatizações não está limitada ao caso da Federação Russa, onde uns poucos indivíduos privilegiados, e bem relacionados politicamente, assenhorearam-se do controle de várias empresas a preços vis. Numa pesquisa conduzida em dezessete países da América Latina dois terços dos entrevistados consideraram que "a privatização de empresas públicas não foi benéfica".

Com a protocolização, desta iniciativa legislativa, não estamos propondo a aceleração do processo de privatizações, nem tampouco, sugerindo limitações, mas instituindo a obrigatoriedade de se consultar a sociedade antes de proceder à alienação de algumas espécies de bens ou de novas desestatizações de certos *serviços públicos essenciais* ou de determinados *monopólios*, hoje sob domínio do Estado de Santa Catarina. Esta medida é imprescindível quando se sabe que o processo de transferência de bens e riquezas para alguns poucos é ainda mais suscetível de meditação quando se observa que a população, teoricamente a feliz destinatária dos novos concertos realizados pelos governos, não tem conhecimento do que é feito em seu nome.

Ainda que vivamos numa democracia representativa onde, em tese, os Parlamentos expressam a vontade popular, ainda assim, algumas proposições legislativas, em especial as que dizem respeito à organização e funcionamento do sistema, bem como as que estejam relacionadas à destinação de bens e serviços públicos constituídos a partir das obrigações tributárias da cidadania, são de tal magnitude relevantes que um número reduzido de indivíduos, mesmo revestidos de poder, não podem avocar para si uma decisão com tamanhas implicações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais, sem antes ouvir os seus.

Assim, o que se imagina é que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, quando chamada a autorizar alguma privatização, até possa fazê-lo, porém, em absoluta sintonia com o resultado obtido em prévia discussão e manifestação da sociedade, através de uma consulta junto à população. Não consultar formalmente a sociedade, isto é, não ter a coragem de submeter as iniciativas governamentais de caráter privatistas à discussão e à deliberação dos verdadeiros interessados, insofismavelmente, se configura em atentado à Constituição, principalmente porque desconsidera a cidadania como fundamento basilar da República.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2009.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 394/09

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Nova Acrópole de Chapecó, com sede no Município de Chapecó.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Nova Acrópole de Chapecó, com sede e foro no Município e Comarca de Chapecó.

Art. 2º - A entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, de setembro de 2009.

Deputado Pedro Uczai

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente

Sessão de 22/09/09

#### JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa possibilitar que seja declarado de utilidade pública estadual, com os seus direitos e deveres consequentes desse ato, a Associação Cultural Nova Acrópole de Chapecó, com sede e foro no Município e Comarca de Chapecó.

O Instituto foi fundado em setembro de 2004, e desde lá tem trabalhado, tanto nos âmbitos municipal e estadual quando se refere a sua área temática.

Na documentação apensada a presente proposição, pode-se verificar que a referida entidade tem trabalhado, constantemente, na produção e divulgação de informação e do conhecimento; na defesa da cultura e do patrimônio histórico, cultural e artístico; na realização de eventos esportivos e atividades de lazer; e na promoção de assistência social as comunidades carentes.

Pelas razões aqui expostas, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação deste Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 395/09

Declara de utilidade pública a Associação Mulheres que Agem - AMA, de Bombinhas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Mulheres que Agem - AMA, com sede no município de Bombinhas.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente

Sessão de 23/09/09

**JUSTIFICATIVA**

A Associação Mulheres que Agem - AMA, é uma entidade sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede no município de Bombinhas, que tem por finalidades a execução de programas de qualificação profissional do trabalhador e a inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho por meio da educação, do resgate de conhecimentos tradicionais, do artesanato, do saber científico, da democratização e acesso do à tecnologia de informação; promoção da assistência social às minorias e aos excluídos, desenvolvimento econômico e combate à pobreza, favorecendo a educação e a saúde, incluindo prevenção de HIV-AIDS, DST e do consumo de drogas, dentre outros.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 396/09**

Declara de utilidade pública a Associação Balneário Camboriú de Artes Marciais, de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Balneário Camboriú de Artes Marciais, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I- relatório anual de atividades;
- II- declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
- IV- balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Jorginho Mello

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/09/09*

**JUSTIFICATIVA**

A Associação Balneário Camboriú de Artes Marciais, com sede no município de Balneário Camboriú, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade dirigir, difundir, incrementar e aperfeiçoar a prática do Hapkido estilo olímpico, do kickboxing e de outras artes marciais; aplicar normas e regulamentos técnicos emanados da Federação Catarinense de Hapkido Olímpico, da Confederação Brasileira de Hapkido Olímpico e da World Olympic Hapkido Federation.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 397/09**

Denomina Estrada Parque Brigadeiro Silva Paes o trecho da Rodovia Estadual SC-410 iniciando no Km 04 da Rodovia até a confluência com a Avenida Nézio João Miranda, no Km 17 da mesma Rodovia.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Estrada Parque Brigadeiro Silva Paes o trecho da Rodovia Estadual SC-410, iniciando no Km 04, contornando parte da orla do município de Governador Celso Ramos, passando em meio à Área de Preservação Ambiental - APA de Anhatomirim e pelas localidades de Caieira, Praia do Antenor, acesso à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Costeira da Armação até a confluência com a Avenida Nézio João Miranda no Km 17 da Rodovia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Décio Góes

Deputado estadual PT/SC

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/09/09*

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se do Projeto de Lei que visa denominar "Rodovia Estrada Parque Brigadeiro Silva Paes" o trecho da Rodovia Estadual SC-410, iniciando no Km 04, contornando parte da orla do município, passando em meio à Área de Preservação Ambiental - APA de Anhatomirim e pelas localidades de Caieira, Praia do Antenor, acesso à Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Costeira da Armação, até a confluência com a Avenida Nézio João Miranda, no Km 17 da Rodovia.

A presente proposição é uma iniciativa do Senhor Arilson Savi, conhecido como Savinho, morador de Ganchos, ex-funcionário da UFSC e tem o apoio institucional do Professor Carlos Alberto Justo da Silva, Reitor em Exercício da UFSC; Joi Cletison Alves, Coordenador do

Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina e Coordenador do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC; Arq. Roberto Tонера, Coordenador do Projeto Fortalezas Multimídias da UFSC; Carlos Humberto P. Corrêa, Presidente do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina; Gen Bda Manoel Luiz Narvaz Pafiadache, Cmt 14º Bda Inf Mtz; Fabiano Teixeira dos Santos, Chefe da Divisão Técnica 11ª. SR/IPHAN/SC; e da Senhora Anita Pires, Presidente da Fundação Catarinense de Cultura, conforme documento acostado a este e subscrito por todos os nominados.

O Arquiteto Roberto Tонера, Coordenador do Projeto Fortalezas multimídias da UFSC elaborou a minuta que batiza como Estrada Parque Brigadeiro da Silva Paz trecho da Rodovia SC - 410, e defende que "esta é uma oportunidade ímpar de homenagear um de seus primeiros e mais importantes municípes".

Estrada Parque é a denominação dada a uma estrada que passa dentro de uma área de preservação ambiental, no caso a APA de Anhatomirim. Silva Paes foi o nosso primeiro Governador e residiu na Fortaleza de Anhatomirim. A proposta do presente PL é associar patrimônio ambiental ao patrimônio cultural além é claro de homenagear o Brigadeiro Silva Paes e eternizá-lo junto a sua principal obra que erigiu em Santa Catarina - a Fortaleza de Anhatomirim. Esta certamente será uma justa homenagem ao ilustre personagem da história catarinense.

Entendemos que com o exemplar Projeto apresentado pelo Arq. Roberto Tонера, Coordenador do Projeto Fortalezas Multimídia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que compõe esta justificativa, em anexo, estamos atendendo na integralidade as determinações da Lei Nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002, "Que dispõe sobre a denominação de bens públicos e adota outras providências".

Desta forma, é justa a homenagem ao primeiro Governador de Santa Catarina que administrou a Capitânia durante dez anos, no período de 1739 a 1749. Em Carta Régia à Metrópole, de 11 de agosto de 1738, cumpriu-se uma resolução do Conselho Ultramarino, criando-se um governo militar em SC. Por ela, ficou determinado que José da Silva Paes seguiria para a Capitania, onde ele tomou posse como governador na então Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, no dia 1 de maio de 1739.

Face ao exposto, solicito-vos a devida acolhida.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 398/09**

Acrescenta o § 4º ao art. 45 da Lei nº 10.297, de 26 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

Art. 1º Fica acrescido o § 4º ao art. 45 da Lei nº 10.297, de 26 de janeiro de 1996, com a seguinte redação:

"Art. 45 (...)

§ 4º A Secretaria de Estado da Fazenda, mediante convênio com o Conselho Regional de Odontologia - CRO-SC, exigirá, para venda de produtos, equipamentos e materiais de uso clínico odontológico, que o documento fiscal, em campo destinado a informações complementares, informe o número do Registro no CRO-SC do profissional ou da pessoa jurídica que adquirir a mercadoria ou, quando o adquirente for acadêmico de curso de odontologia, informe o número da matrícula e o nome da instituição de ensino superior."

Art. 2º Esta Lei será regulamentada no prazo de trinta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Dagomar Carneiro

*Lido no Expediente*

*Sessão de 23/09/09*

**JUSTIFICATIVA**

A fiscalização do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina - CRO-SC, tem encontrado constantemente em consultórios ou laboratórios de próteses mantidos por "práticos", produtos, equipamentos e materiais de uso clínico odontológico, de uso exclusivo de profissionais habilitados.

Diligências realizadas demonstram que os falsos profissionais adquirem as referidas mercadorias diretamente de casas dentais sem qualquer constrangimento ou dificuldade, inclusive as notas e cupons fiscais recolhidos pela fiscalização (CRO-SC em conjunto com a Vigilância Sanitária do Município) revelam que os "práticos" possuem cadastro nessas casas dentais, ao lado de profissionais devidamente habilitados.

Essa situação inviabiliza todos os esforços envidados pelo CRO-SC e pela Vigilância Sanitária, pois ao mesmo tempo em que esses órgãos somam esforços para combater o exercício ilegal da

profissão, apreendendo materiais e equipamentos, interditando consultórios e laboratórios que, via de regra, não oferecem as mínimas condições de higiene que permitam a prestação de serviços seguros e de qualidade, empresas sem o menor compromisso social ou com a saúde da população vendem livremente produtos para pessoas sem qualquer habilitação.

O combate ao exercício ilegal da profissão de forma eficaz passa pela regulamentação da venda desses produtos e materiais odontológicos com a necessidade de exigir, no ato da compra, receituário próprio fornecidos por profissional habilitado e devidamente inscrito no CRO-SC, com observância às leis que regulamentam a profissão.

Nesse sentido, este parlamentar apresenta o presente projeto de lei visando alterar a Lei do ICMS para inserir no documento fiscal relativo aos produtos, equipamentos e materiais de uso clínico odontológico um campo com a informação do número do Registro no Conselho Regional de Odontologia - CRO-SC, do profissional adquirente das mercadorias ou, em se tratando de acadêmico de odontologia, o número da matrícula e o nome da instituição de ensino superior, devidamente comprovados no ato da compra das referidas mercadorias.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 039/09

"Regulamenta o disposto no § 5º, do artigo 30, da Constituição do Estado de Santa Catarina."

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece as exceções ao disposto nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do Artigo 30, da Constituição Estadual, concedendo aposentadoria especial, com proventos integrais, ao servidor estadual, civil e militar, da Administração Direta, Indireta, Fundacional e Autárquica, do Estado de Santa Catarina, quando no efetivo exercício de atividades penosas, insalubres e ou perigosas.

Art. 2º Entre outras estabelecidas por lei e ou perícia judicial, no âmbito da administração pública estadual, para fins de concessão de aposentadoria especial, são consideradas como sendo penosas, insalubres e perigosas, as atividades exercidas por servidor público estadual em função de magistério, de saúde e de segurança pública.

Art. 3º O servidor público estadual, civil ou militar, em função de magistério, de saúde, de segurança pública ou em outra estabelecida por lei e ou perícia judicial como sendo atividade penosa, insalubre e ou perigosa, será aposentado com proventos integrais aos trinta anos de efetivo exercício, se servidor homem, e vinte e cinco anos, se servidora mulher.

Art. 4º No prazo máximo de um ano, contado da publicação desta Lei Complementar, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Estado de Santa Catarina, por proposição da autoridade competente, para fins de concessão de aposentadoria especial, submeterão ao Plenário da Assembléia Legislativa proposição estabelecendo as atividades e as funções do respectivo âmbito administrativo consideradas penosas, insalubres e ou perigosas, desde que já não estejam entre aquelas definidas em lei como sendo de magistério, de saúde e de segurança pública.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2009.

**Deputado Sargento Amauri Soares**  
Líder da Bancada do PDT

Lido no Expediente  
Sessão de 22/09/09

### JUSTIFICATIVA

O § 5º, do artigo 30, da Constituição Estadual, faculta à Lei Complementar dispor sobre aposentadorias especiais, com vencimentos integrais quando do efetivo exercício de atividades consideradas penosas, insalubres e ou perigosas. Contudo, até a presente data a matéria não foi regulamentada. Diante dessa situação muitos servidores são levados a buscar seus direitos nos tribunais.

Ora, pois, se os tribunais reconhecem esse direito social aos servidores estaduais que em situações peculiares exercem atividades prejudiciais à saúde, não há porque não considerar a conveniência e a oportunidade desta iniciativa que, tão somente, dá aos Poderes do Estado o instrumento legal para a concessão um benefício líquido e certo.

Esta proposição, se aprovada e sancionada, vai garantir a concessão do benefício da aposentadoria especial aos servidores públicos estaduais da saúde, do magistério e da segurança pública e convocar a autoridade competente do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, no âmbito de suas atribuições específicas, a submeter ao Plenário da Assembléia Legislativa proposição

regulamentando as demais funções, respectivos quadros de pessoal, que possam ser consideradas penosas, insalubres ou perigosas.

Esta proposição atende ao pressuposto da constitucionalidade na medida em que a Constituição Federal, no seu artigo 24, inciso XII, combinado com o disposto no artigo 10, inciso XII, da Constituição Estadual, fixaram como competência concorrente da União e do Estado legislar sobre direito previdenciário e previdência social.

Ademais, no mérito, não há que questionar o direito à aposentadoria especial dos trabalhadores em funções reconhecidamente penosas, insalubres e perigosas em razão de sua insofismável, permanente e prolongada exposição à situações de risco.

Ante o exposto, é tarefa inadiável da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina complementar a Constituição em vigor haja vista que, neste caso em particular, o direito de legislar se converte em dever em razão da necessidade inadiável de regulamentar uma que diz respeito a direito dos servidores públicos.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2009.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

### Proposta de Emenda Constitucional Nº 004/09

Acresce o § 4º ao artigo 13 e altera o inciso V do artigo 123 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º. Fica acrescido o § 4º ao artigo 13 da Constituição do Estado, com a seguinte redação:

"Art. 13. ....

§ 4º - A Administração Tributária, atividade essencial ao funcionamento do Estado, exercida por servidores titulares de cargos de carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual - AFRE, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuará de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio, com os demais entes da Federação."

Art. 2º. O inciso V do artigo 123 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 123. ....

V - vincular receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as parcelas pertencentes aos Municípios, a destinação de recursos para a realização de atividades da administração tributária, para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos artigos 13, § 4º, 155, §2º, e 167, e a prestação de garantias as operações de crédito por antecipação de receita."

Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Renato Hinnig  
Deputado Sergio Grandó  
Deputado Aderbal Deba Cabral  
Deputado Nilson Gonçalves  
Deputado Gelson Merísio  
Deputado Genésio Goulart  
Deputado Reno Caramori  
Deputado Pedro Baldissera  
Deputado Ismael dos Santos  
Deputado Antônio Aguiar  
Deputado Jean Kuhlmann  
Deputado Elizeu Mattos

Lido no Expediente  
Sessão de 22/09/09

### JUSTIFICATIVA

A Emenda Constitucional nº 42, promulgada pelo Congresso Nacional em 19 de dezembro de 2003, acresceu o inciso XXII ao artigo 37 e deu nova redação ao inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal.

O inciso XXII do artigo 37 trata especificamente das administrações tributárias dos entes da Federação, define-as como essenciais ao funcionamento da Administração Pública, reconhece a existência de carreiras específicas para exercê-las e prevê a prioridade de recursos para o funcionamento.

A emenda a Constituição do Estado, ora apresentada, objetiva adequar o seu texto as normas emanadas da Constituição Federal em decorrência da Emenda Constitucional n.º 42.

Faz também, principalmente, justiça, ao reconhecer no âmbito do Estado, a importância da realização dos anseios da sociedade catarinense, através das atividades exercidas pela administração tributária estadual, por seus respectivos Auditores Fiscais da Receita Estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*